



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

IZABELLY OLIVEIRA LINS DA SILVA

**Sob o Céu de Luta: A dança do Movimento de Moradores em Casa  
Amarela, Recife-PE.**

Recife  
2023

IZABELLY OLVEIRA LINS DA SILVA

**Sob o Céu de Luta: A dança do Movimento de Moradores em Casa  
Amarela, Recife-PE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Pereira de Araujo

Coorientadora: Profa. Dra. Izabella Galera

Recife

2023

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

S586s Silva, Izabelly Oliveira Lins da  
Sob o Céu de Luta: a dança do Movimento de Moradores em Casa Amarela, Recife-PE. / Izabelly Oliveira Lins da Silva. – Recife, 2023.  
133f.: il., fig.

Sob orientação de Cristina Pereira de Araujo.  
Sob coorientação de Izabella Galera.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2023.

Inclui referências e anexos.

1. Casa Amarela. 2. Movimentos de Moradores. 3. Cidadania. 4. Infraestrutura básica. 5. Equipamentos Urbanos. I. Araujo, Cristina Pereira de. (Orientação). II. Galera, Izabella. (Coorientação). III. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2023-203)

IZABELLY OLVEIRA LINS DA SILVA

**Sob o Céu de Luta:** A dança do Movimento de Moradores em Casa Amarela,  
Recife-PE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para à obtenção do Título de Mestra em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 28/07/2023.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Cristina Pereira de Araujo (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Professora Doutora Norma Lacerda (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Professora Doutora Helena Fonseca (Examinadora Externa)  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG

---

Professor Doutor Otávio Augusto (Examinador Externo)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Para minha amiga Alice Lopes (in memorian), meu amigo Leonardo Cisneiros (in memorian) e minhas avós, Helena Lins (in memorian) e Mirian Oliveira (in memorian). Queria poder dizer a vocês que consegui, mas vocês sabem, estavam comigo no momento.

## AGRADECIMENTOS

É impossível agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para minha chegada até aqui. Tenho certeza que alguns não se dão conta da importância que tiveram, não apenas para a conclusão deste trabalho, mas para a continuidade de quem sou.

Não poderia iniciar de outra forma a não ser agradecendo a minha irmã Ylkare e mãe Marineide. Por todo o incondicional apoio, cuidado e amor. Hoje, mais do que nunca, sei que será por toda a nossa vida. À Viviane e sua filhinha Luíza, e meus tios Iran e Ivan, por terem trilhado este caminho antes de mim e sempre terem apontado a direção da dedicação e estudo como ferramenta de independência e, porque não, humanidade. Ao meu avô, Antônio, por sempre incentivar, mesmo não sabendo do que se tratava e por nossos momentos de caminhadas que me ajudaram a aliviar a tensão.

Agradeço as minhas amigas Solane e seu filhinho João, Natália, Rhaissa, Dayanne e o seu filhinho Heitor, Chey, Carol, Suellen e Viviane, que tanto compreenderam minhas ausências e me deram todo o apoio que eu precisava – até mais do que eu acho merecer.

Ao amigo Pedro e seu filhinho José, por toda a amizade que iniciou na graduação. Passamos quase todas as etapas da vida acadêmica compartilhando apanhos e vitórias e hoje termino um ciclo que você terminará em breve.

Aos amigos Cadu e Leo, por entenderem as ausências e toparem fazer exercícios físicos para alívio o estresse.

A minha amiga Josiane, por ser a pessoa que me incentivou a entrar no MDU através do nosso amor pela Cultura geek. Também é a pessoa que mais ouviu as lamúrias sobre esta dissertação e aguentou todo o período em que eu falava 100% do tempo sobre a pesquisa e também o período onde nós duas não poderíamos pensar em outra coisa a não ser o nosso bem. Hoje estamos colhendo parte dos nossos sonhos e em breve será você.

A Lucas, por ter acreditado nesse tema de estudo desde a graduação e sempre ter dado o incentivo para que eu chegasse até esse momento.

Aos amigos Victor e Luiz, por me fazerem ser amiga virtual há tantos anos e adorar isso.

Gostaria, em especial, de agradecer aos meus médicos. Se hoje termino esta pesquisa é, sem dúvidas, pelo trabalho impecável que vocês desempenharam no meu tratamento. A cada pergunta sobre o que eu fazia, elogio e incentivo para o tratamento e recuperação, eu me sentia mais próxima e capaz de chegar a este momento. Aos queridos Dr<sup>o</sup> Vandrê Carneiro, Dra<sup>o</sup> Raíssa Viana, Dr<sup>a</sup> Herika Abreu e Dr<sup>a</sup> Daise. O agradecimento também se estende à minha fisioterapeuta e agora amiga, Laila Vasconcelos. E aos profissionais que me acompanham desde o primeiro ano de mestrado, minha psicóloga Natália Porto e o educador físico Miguel Souto.

Não posso deixar de agradecer a minha primeira orientadora, Lúcia Falcão. Por toda a contribuição pela formação da professora e pesquisadora que sou, além de toda a amizade que nos cerca.

Aos amigos que fiz no MDU, Bárbara, Maya, Isabela, Claudine, Cynthia, Jéssica, Lutemberg, Letícia e Itallo. Os levarei comigo, sempre com muito carinho e gratidão, por todas as conversas e incentivos conosco sendo a “turma da pandemia”.

A minha orientadora, Cris Araujo. Por ter me dado a oportunidade de entrar para o grupo e desempenhar de maneira memorável a orientação, mesmo diante de momentos tão difíceis durante o meu período no programa.

A minha coorientadora, Izabella Galera. Por ter topado de primeira a entrar na pesquisa e mostrar que os movimentos de moradores resistem e são a força que a cidade precisa para viver com dignidade. Além de sermos amigas antes de ser orientanda e orientadora.

Aos professores componentes da banca, Otávio dos Santos, Helena Fonseca e Norma Lacerda. Pelo tempo e contribuições conferidas ao meu trabalho.

Ao MDU, na pessoa de Renata Albuquerque. Por toda a dedicação no trabalho empenhado em auxiliar os alunos que muitas vezes não é reconhecido. Além, é claro, de ter acreditado que esse momento chegaria, mesmo quando eu não era discente do programa.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Pernambuco, em especial Wilton. Aos funcionários da Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE e da Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

A CNPq, pela bolsa de dedicação exclusiva, pois, mesmo essa pesquisa sendo desenvolvida durante a pandemia de Covid-19 ao longo de um governo de extrema direita, sem a concessão desta, não seria possível o seu desenvolvimento.

Aos Presidentes Lula e Dilma. Pela distribuição de renda e ampliação das políticas públicas nas quais adolescentes puderam sonhar com o ingresso na Universidade Pública e estarem realizando o sonho de se tornarem mestras e mestres, e futuramente doutoras e doutores.

“Pois sendo a história de Casa Amarela a fundir-se com a de minha família, onde encontro a construção da memória coletiva que resgata o passado, encontro paralelos que, hoje, me resgatam de minha própria história. Perdi-me entre tantas comunicações, escritas e visuais, a maior de todas, a oral. Sendo agora investigadora do passado, encontrei em seus relatos tanta história. Mesmo deixando os grandes feitos narrados pelos jornais e políticos, foi lendo e ouvindo estes documentos que percebi a vida e morte, simplificando a noção do tempo. ‘Era antigamente’. Esse antigo que hoje faço parte, ainda reelaborarei, constantemente, outros fatos. O que seria da História sem uma boa memória” (SILVA, I, 2017, p. 70)

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar quais foram os fatores que influenciaram a mobilização e desmobilização do movimento de moradores de Casa Amarela, bairro da zona norte do Recife. Optou-se por um desenho narrativo de pesquisa e o método hipotético-dedutivo, com fontes de pesquisa bibliográfica e documental, além de dados demográficos do Censo 2010 e dados disponibilizados pela Prefeitura da Cidade do Recife. Foram realizadas hipóteses e confirmadas, demonstrando que as mobilizações sociais do bairro foram criadas de forma espontânea a partir da condição carente de infraestrutura básica e equipamentos urbanos da região, o que causou uma mobilização de várias áreas da zona norte em busca de cidadania. E sua eventual desmobilização foi fruto de consequências de cunho político, social e territorial, sendo as que mais se destacam: o desmembramento do conjunto urbano de Casa Amarela pela Lei n 12.457/1988, algumas gestões municipais populares das décadas de 1980 a 2000, paradoxalmente mais voltadas para os movimentos sociais de bairro e causando uma alteração em sua participação e formas de ação, e o aumento do poder aquisitivo da população. Referente às contribuições, evidencia-se assim, as consequências para o bairro, como a formação eleitoral dentro dos movimentos, a gradual saída das famílias de baixa renda para o adensamento vertical e a fragmentação política popular.

**Palavras-chave:** Casa Amarela; Movimentos de Moradores; Cidadania; Infraestrutura básica; equipamentos Urbanos.

## ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze what were the factors that influenced the movement and demobilization of the movement of residents of Casa Amarela, a neighborhood in the north of Recife. We opted for a narrative research design and the hypothetical-deductive method, with sources of bibliographical and documentary research, in addition to demographic data from the 2010 Census and data provided by the Recife City Hall. Hypothesis were made and confirmed, demonstrating that the social mobilizations in the neighborhood were created from the lack of basic infrastructure and urban equipment in the region, which caused a mobilization of several areas of the north zone in search of citizenship. And its eventual demobilization was the result of consequences of a political, social and territorial nature, the most notable being: the dismemberment of the urban complex of Casa Amarela by Law n. increase in the purchasing power of the population. Referring to contributions, it is thus evident, as consequences for the neighborhood, such as electoral formation within the movements, the gradual exit of low-income families towards vertical densification and popular political fragmentation.

**Keywords:** Casa Amarela; Resident Movements; Citizenship; Basic infrastructure; Urban equipment.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Passeata do Encontro Metropolitano de Habitação na Conde da Boa Vista, Recife - PE.	54
Figura 2 - Participação da FEACA em protesto, na década de 1980, pela reivindicação de obras ao Prefeito Joaquim Cavalcante.	65
Figura 3 - Manchete do Jornal Folha dos Bairros de 1999: "Entre morros e mortes".	65
Figura 4 - Mapa de Bairros que faziam parte do conjunto de Casa Amarela até a Lei Municipal 14.452 de 1988.	68
Figura 5 - Localização de Casa Amarela em Relação ao Marco Zero do Recife, distância de 6,50 km.	68
Figura 6 - Mapa atual de Casa Amarela.	69
Figura 7 - Pirâmide Etária de Casa Amarela, 2010.	71
Figura 8 - Pirâmide Etária do Município de Recife, 2010.	72
Figura 9 - Pirâmide Etária de Pernambuco, 2010.	72
Figura 10 - Matéria do Jornal Folha dos Bairros, nov. 1987.	79
Figura 11 - Ciclo do Orçamento Participativo, Gestão João Paulo (2001-2004)	92

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente, por sexo do município de Recife e bairros do universo.	70
Tabela 2 - Condição e Tipo de Domicílio.	73
Tabela 3 - Abastecimento de Água	73
Tabela 4 - Energia Elétrica.	74
Tabela 5 - Destino do Lixo.	75
Tabela 6 - Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário.	76
Tabela 7 - Números de Alfabetizados por sexo	76
Tabela 8 - Classe de rendimento nominal mensal por sexo	77
Tabela 9 - Rendimento nominal mensal médio por cor, raça e sexo.	78

## LISTA DE SIGLAS

ARU	Área de Reestruturação Urbana
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CDU	Conselho de Desenvolvimento Urbano
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIRBAM	Diretoria Geral de Urbanismo
EMLURB	Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife
ESIG	Informações Geográficas do Recife
FEACA	Federação das Associações, Conselhos e Centros Comunitários de Casa Amarela
FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
MTN	Movimento das Terras de Ninguém
NPC	Núcleos de Planejamento Comunitário
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PD	Pesquisa do Censo Demográfico
PDCR	Plano de Desenvolvimento da Cidade do Recife
PMDB	Partido do Movimento Democrático do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PT	Partido dos Trabalhadores
RPA	Regiões Político Administrativas
SEPLAM	Secretária de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA CIDADANIA</b> .....	<b>21</b>
2.1	SER CIDADÃO PARA TER DIREITOS OU TER DIREITOS PARA SER CIDADÃO?.....	21
2.2	MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITOS E INFLUÊNCIAS.....	34
2.3	MOBILIZAÇÕES POPULARES EM RECIFE NO SÉCULO XX.....	40
2.3.1	<i>A questão do mocambo</i> .....	40
2.3.2	<i>A atuação do Partido Comunista Brasileiro e a Frente do Recife.</i> .....	46
2.3.3	<i>O Movimento de Bairro Recifense.</i> .....	50
<b>3</b>	<b>CASA AMARELA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA</b> .....	<b>55</b>
3.1	<i>A OCUPAÇÃO DOS MORROS E O INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE BAIRRO E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES</i> .....	55
3.2	<i>FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES, CONSELHOS E CENTROS COMUNITÁRIOS DE CASA AMARELA</i> .....	63
3.3	<i>A CONFIGURAÇÃO (NEM TÃO) ATUAL DO BAIRRO DE CASA AMARELA</i> .....	66
3.3.1	<i>Localização</i> .....	66
3.3.2	<i>População</i> .....	70
3.3.3	<i>Domicílio e Infraestrutura Urbana</i> .....	72
3.3.4	<i>Educação</i> .....	76
3.3.5	<i>Renda</i> .....	77
<b>4</b>	<b>CASA AMARELA HOJE: DO PROCESSO DE LUTAS E MOBILIZAÇÃO À DESMOBILIZAÇÃO</b> .....	<b>80</b>
4.1	<i>A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E A PROMESSA DA REFORMA AGRÁRIA</i> .....	80
4.2	<i>AS LEIS MUNICIPAIS Nº 12.457/1988 E Nº 16.293/97 - A REORGANIZAÇÃO POLÍTICA, TERRITORIAL E ADMINISTRATIVA DA CIDADE DO RECIFE.</i> .....	85
4.3	<i>As gestões Jarbas Vasconcellos (PSB) 1986-1988/1993-1996, e João Paulo (PT) 2001-2008.</i> .....	86

4.3.1	<i>Gestão Jarbas Vasconcellos (PSB) 1986-1988/1993-1996.....</i>	86
4.3.2	<i>Gestão João Paulo (PT) 2001-2008.....</i>	89
4.4	<b>RAIO X DE CASA AMARELA.....</b>	96
4.4.1	<i>Mudança no perfil das famílias.....</i>	97
4.4.2	<i>O adensamento Construtivo e a Verticalização.....</i>	98
4.4.3	<i>Saldo dos movimentos sociais de Casa Amarela.....</i>	99
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>
	<b>ANEXO A - FORÇA POPULAR. JORNAL DA PRÓ-FEDERAÇÃO DE CASA AMARELA. RECIFE, MAIO/JUNHO, 1980.....</b>	<b>109</b>
	<b>ANEXO B - CARTAZ DO MOVIMENTO TERRAS DE NINGUÉM. RECIFE: ACERVO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO.....</b>	<b>117</b>
	<b>ANEXO C - JORNAL DAS TERRAS DE NINGUÉM. RECIFE, N. 1. 1981.....</b>	<b>118</b>
	<b>ANEXO D - BOLETIM INFORMATIVO. COMISSÃO DOS REPRESENTANTES DE CASA AMARELA. RECIFE, FEV. 1980.....</b>	<b>122</b>
	<b>ANEXO E - JORNAL DE CASA AMARELA. RECIFE, ANO II, ABRIL/MAIO, Nº12. 1987. 128</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Observar a cidade do Recife a partir da perspectiva histórica dos sobrados e mocambos nos remete a projetos de transformações urbanas e sociais, quando tratamos de olhar o passado no lugar e tempo que hoje habitamos. As transformações orquestradas em nome da higiene, do progresso e da modernização, encontraram nos discursos e ações do Interventor Federal Agamenon Magalhães<sup>1</sup> e do Prefeito Novaes Filho<sup>2</sup>, durante o Estado Novo, entre os anos de 1937 a 1946<sup>3</sup>, alicerce para se apoiar. A intervenção de Agamenon Magalhães e da Liga Social Contra o Mocambo<sup>4</sup> transformou a arquitetura da cidade e abalou a dinâmica social da maioria da população. A maioria da população sendo moradora de mocambos<sup>5</sup>, ao ser atingida, protagonizou manifestações contra as ações sociais e políticas que afetaram principalmente a vida da classe trabalhadora<sup>6</sup> e reconfiguraram a cidade do Recife.

Os moradores de mocambos, ao serem expulsos (ou remanejados) dos seus territórios, migraram para áreas consideradas periféricas nas margens do centro do Recife, como por exemplo, Casa Amarela, Santo Amaro e Brasília Teimosa (PONTUAL, 2001). Estas áreas eram e ainda são carentes de infraestrutura urbana e social, além de possuírem uma precária oferta de empregos e equipamentos urbanos, o que provocou diversas manifestações sociais contra as ações do governo. Com a saída do centro da cidade e a procura por habitação nas áreas de morro da zona norte recifense, os moradores de mocambos se depararam com a falta de equipamentos urbanos básicos como: coleta seletiva, iluminação pública, ruas sem asfalto e sem saneamento básico. A ausência de creche e da regulamentação da moradia também eram questões sérias tendo em vista a liderança matriarcal (MONTENEGRO *et.al.* 2018). Para os recentes moradores de Casa Amarela, o caminho de abertura para a reivindicação de equipamentos e infraestrutura urbana, inseridos na dinâmica de classe baixa originou-se a partir da noção de reivindicação de direitos.

---

<sup>1</sup> Foi nomeado Interventor de Pernambuco pelo Presidente Getúlio Vargas e permaneceu no cargo durante todo o Estado Novo (1937-1945).

<sup>2</sup> Foi nomeado Prefeito da Cidade do Recife pelo Interventor Federal Agamenon Magalhães e permaneceu no cargo durante todo o Estado Novo (1937-1945).

<sup>3</sup> Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. (PANDOLFFI, 2015)

<sup>4</sup> Criada em 1939, a liga tinha “com o objetivo de extinguir os mocambos e de incentivar a construção de casas populares” (Folheto; Liga Social Contra o Mocambo).

<sup>5</sup> Espécie de programa do governo estadual com propósito de requalificar a cidade derrubando os mocambos e realocando seus moradores, no entanto era a sua expulsão que se praticava.

<sup>6</sup> Recife transformou-se numa cidade carente de infraestrutura e com a maioria da população sem acesso aos serviços públicos básicos. (JACCOUD, 1990, p. 53)

Considera-se os movimentos de moradores e associações de moradores de Casa Amarela como movimento social pois trata-se de uma manifestação coletiva de caráter contestador de equipamentos e serviços urbanos, além da preservação do solo ocupado (LA MORA, 1987). Embora o período da ditadura militar e a quebra de direitos civis, colocassem os movimentos sociais na ilegalidade, o movimento de moradores de Casa Amarela resiste até os dias atuais. Além disso, é nos anos de reabertura política que se unem em torno de pautas nacionais, como o fim do regime militar, e pautas locais, como a posse da terra e equipamentos urbanos, que as iniciativas populares reflorescem.

É neste período que o movimento de moradores de Casa Amarela passa a integrar uma Federação capaz de aglutinar todas as associações, clubes e grupos do Bairro. Criado em 1982, a Federação das Associações, Conselhos e Centros Comunitários de Casa Amarela (FEACA), tem o objetivo de reivindicar os equipamentos urbanos e lutar pela regularização fundiária no bairro (Departamento de Memória de Casa Amarela, 1988). Além de integrar-se em Federação, o movimento de moradores integra fóruns com outros movimentos de bairro de Recife e participa diretamente de campanhas políticas no governo estadual e municipal.

Com as eleições diretas para governo municipal em 1986, marcado pela gestão e governança democrática (LEAL, 2003), a FEACA determina o rumo das ações sociais e políticas. No entanto, algumas escolhas motivadas por direcionamento político de suas lideranças contribuíram para o início do racha entre os movimentos do bairro. Além disso, fatores externos também balançaram com a aglutinação das ações dos moradores, é quando, no final da década de 1990, já se percebe um arrefecimento das ações do movimento de moradores de Casa Amarela.

A partir deste cenário, esta dissertação tem como objetivo geral analisar quais foram os fatores que influenciaram a mobilização e desmobilização do movimento de moradores de Casa Amarela. Problematisa-se as possíveis consequências políticas, sociais e territoriais observadas entre o período de 1986 a 2008. Frente a este objetivo e problematização, formula-se alguns objetivos específicos, quais sejam:

- i. Construir o Estado da Arte sobre Movimentos Sociais e Cidadania;
- ii. Identificar as origens das mobilizações do movimento de moradores sob a perspectiva de Casa Amarela como série histórica: Mobilização: 1930-1980;

- iii. Analisar a relação entre os fatores de desmobilização do movimento de moradores no bairro entre os anos de 1988 e 2020.

Esses objetivos foram pautados a partir do estudo do contexto em que o recorte temporal foi estabelecido. O que a literatura entre historiadores e urbanistas revela é que, não apenas em Casa Amarela, mas em alguns bairros atuantes na participação popular da periferia do Recife aconteceu um arrefecimento das ações reivindicatórias, após a entrada de gestões municipais consideradas progressistas (LEAL, 2003). Sendo até motivo de uma pesquisa histórica exclusiva sobre o tempo, uma vez que existe uma gama de trabalhos que se voltaram apenas para os motivos de mobilização. Existe uma lacuna entre as pesquisas históricas e urbanas recifenses sobre o que fez esses movimentos diminuírem suas ações reivindicatórias. Esta pesquisa constitui uma proposta de investigação que visa preencher esta lacuna relacionada apenas ao movimento de bairro de Casa Amarela, analisando-os durante os anos de 1986 a 2008.

Para alcançar os objetivos, adotou-se um desenho narrativo de pesquisa, devido à trajetória singular que o movimento de moradores de Casa Amarela possui no contexto dos movimentos sociais de Recife e à utilização de diversas fontes, sendo o método utilizado o hipotético-dedutivo. No que tange às fontes, no primeiro momento de pesquisa bibliográfica e documental, foram estudadas referências acerca dos temas que norteiam a pesquisa, como movimentos sociais, movimento de moradores, cidadania, infraestrutura urbana, dados censitários e história da cidade do Recife. Os dados analisados foram coletados entre os meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022, através da Pesquisa do Censo Demográfico (CD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com resultados divulgados em 2010<sup>7</sup>, tanto como dados disponibilizados pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), por meio do site oficial e do site de Informações Geográficas do Recife (ESIG).

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos: a introdução, os Movimentos Sociais e a luta pela cidadania, Casa Amarela em Perspectiva Histórica e Casa Amarela Hoje: Do processo de Lutas e mobilização à desmobilização.

Sendo o primeiro capítulo a introdução, o segundo capítulo tem como objetivo analisar como a relação entre os níveis de cidadania no Brasil está ligada com a

---

<sup>7</sup> Os dados empregados neste trabalho foram obtidos a partir das informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2010. A escolha por esse conjunto de dados se justifica pela morosidade na publicação das estatísticas mais recentes do IBGE para o ano de 2022.

organização participativa dos moradores de classe economicamente baixas, em especial de Casa Amarela, bairro do Recife, que, por sua vez, se reflete nos movimentos sociais de maneira a reivindicar seus direitos como “cidadãos”. O capítulo está dividido em três períodos, sendo: Breve análise da cidadania no Brasil, Movimentos Sociais Urbanos e por fim, Participações Populares de bairro no Recife do Século XX. No primeiro período iremos nos debruçar sobre a cidadania no Brasil. Não é objetivo esgotarmos o tema abordando cada constituição brasileira, tampouco apontar como foi a luta por direitos a voto, por exemplo. Nosso interesse é, de maneira macro, seguir os passos de quem estudou o tema desdobrando em direitos civis, políticos e sociais, como Carvalho (2018) e a cidadania a partir do espaço geográfico, Santos (2014). Não é possível analisar cidadania no Brasil deixando de fora a amálgama da escravidão e a não inserção na sociedade dos africanos que foram escravizados após o evento conhecido como “abolição da escravatura” em 1888 e as consequências na sociedade, tanto como a questão da Subcidadania no Brasil e assim compreender o funcionamento ao acesso dos direitos das diferentes cidadanias no Brasil.

No segundo período deste capítulo, iremos analisar como o movimento de bairro está inserido nos Movimentos Sociais Urbanos do Brasil e da América Latina ao longo do século XX, e analisaremos o Estado como mediador dos conflitos e agente transformador do espaço, responsável por, pelo menos, dar continuidade às condições de desigualdade social entre os cidadãos e responsáveis em, ao mesmo tempo, ser causa e consequência das organizações populares.

Finalizando o capítulo, será analisado como os moradores de Recife traçaram um padrão de resistência e compromisso popular e local, enfrentando as ações do Estado durante o século XX. Também será analisado o movimento de bairro, mais especificamente a criação das associações de bairro na periferia recifense e suas pautas locais.

O terceiro capítulo tratará de mostrar Casa Amarela em perspectiva histórica, onde o primeiro período está voltado para as questões urbanas da capital pernambucana, envolvendo os mocambos e a intervenção de Agamenon Magalhães durante o Estado Novo. O segundo período mostra a explosão demográfica dos morros da zona norte recifense e as primeiras participações populares protagonizadas pelas mulheres na reivindicação de equipamentos urbanos e obras públicas. Finalizando o terceiro capítulo, mostramos o resultado da pesquisa baseada na coleta

dos dados censitários envolvendo Casa Amarela e seu contexto municipal enquanto bairro da capital. Esses dados coletados, principalmente da Pesquisa do Censo Demográfico do IBGE, revela uma Casa Amarela ainda que populosa e com infraestrutura adequada, torna-se patente a falta de planejamento municipal em áreas carentes vizinhas inseridas em contextos urbanos super verticais e de alto nível. Além da infraestrutura, analisaremos as variáveis que acompanham o bairro, como população, renda, faixa etária, dados de saneamento básico e educação.

Para o quarto e último capítulo, apresenta-se a análise das hipóteses da desmobilização das ações dos movimentos sociais de Casa Amarela como consequência de fatores sociais, políticos e territoriais. Sendo eles, a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Lei Municipal nº 12.457/1988 que prevê o reordenamento territorial do Recife, o envolvimento do movimento de moradores nas campanhas e gestões de Jarbas Vasconcellos (PSB) 1986-1988/1993-1996, e João Paulo (PT) 2001-2008, o partidarismo político das lideranças, o aumento do poder aquisitivo e do poder de compra e a gentrificação do bairro.

Cabe destacar que não está sendo considerado a paralisação total do movimento de moradores e sim uma diminuição de duas ações reivindicatórias, comparadas com o ciclo de mobilização. O movimento social do bairro de Casa Amarela continua ativo e tendo voz e vez nas instâncias participativas e de tomada de decisões democráticas da Cidade do Recife.

## 2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA CIDADANIA

Este capítulo tem como objetivo investigar a relação entre cidadania e direitos no contexto brasileiro, tendo como ponto de partida a questão central: “ser cidadão para ter direitos ou ter direitos para ser cidadão?”. Essa questão é recorrente em discussões políticas e sociais e busca compreender se a cidadania é um pré-requisito para o acesso aos direitos ou se, por outro lado, é a garantia dos direitos que confere a condição de cidadania. Ao longo deste capítulo, serão explorados alguns dos motivos que levaram a sociedade brasileira a ter diferentes níveis de cidadania e, conseqüentemente, de acesso aos direitos básicos. Não se pretende aqui discutir a interpretação atual do termo “cidadão de bem<sup>8</sup>”, mas sim o de analisar como se deu a construção histórica e social da noção de cidadania no país.

### 2.1 SER CIDADÃO PARA TER DIREITOS OU TER DIREITOS PARA SER CIDADÃO?

Em “Cidadania no Brasil” (2018), Carvalho realiza uma análise da cidadania brasileira a partir de parâmetros ocidentais de liberdade, participação e igualdade, que mesmo intangíveis, oferecem arcabouços para o julgamento da qualidade de cidadania nestes países (CARVALHO, J., 2018). Carvalho analisa a cidadania desdobrando-a em direitos civis, políticos e sociais.

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à propriedade, à igualdade perante a lei. [...] São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. [...] os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, o trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. [...] Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas a reduzir os excessos da desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. (CARVALHO, J., 2018, p. 15 e 17)

Assim, para o autor, o cidadão pleno seria o detentor dos três direitos: políticos, civis e sociais, e o cidadão que não possuísse um dos três direitos, seria considerado incompleto. Carvalho (2018) corrobora com esta distinção das dimensões da cidadania criadas por Thomas Humphrey Marshall, contudo, a sua contextualização está situada na Europa do século XVIII, onde surgiram os primeiros direitos civis, em

---

<sup>8</sup> Na conjuntura política em que esta dissertação é escrita, existe um sentido sociocultural ligando o termo cidadão de bem, onde se situa os apoiadores do Presidente em exercício no ano de 2021, representando uma parte da população ligada à extrema direita, conservadora e inserida no contexto da pandemia internacional de Covid-19, o chamado antivacina.

seguida os direitos políticos no século XIX e a conquista dos direitos sociais no final do século XX. O caminho para a conquista da cidadania inglesa, a partir do qual Marshall desenvolveu seu conceito, pode ser observado de maneira singular, pois a conquista dos direitos em outros países europeus foi conquistada com base em suas peculiaridades, como a construção da identidade de Estado e nação que surgiu com a Revolução Francesa em 1789. Carvalho (2018) destaca pelo menos duas especificidades brasileiras que mostram a não aplicação do modelo inglês ou francês na busca pela cidadania no Brasil, e procura compará-las e analisá-las em suas dinâmicas conferindo: maior ênfase aos direitos sociais e a sequência de eventos históricos que antecederam a conquista dos direitos sociais em relação aos demais direitos.

O processo de constituição da cidadania no Brasil colonial pode ser interpretado a partir da perspectiva da dominação e da posse. Grande parte dos grupos de povos originários brasileiros foram dominados pelos europeus, que justificavam o extermínio com base na salvação divina e na exploração comercial da recém-descoberta "terra Brasil". A principal atividade econômica que impulsionou a economia brasileira naquele período foi o sistema monocultor de produção de açúcar, que atendia à demanda europeia e que se aproveitava da geografia e do clima favorável do país. Esse sistema possui duas grandes características, o investimento de grandes capitais e necessidade de mão de obra. "Consolidou-se, por esse modo, um traço que marcou durante séculos a economia e a sociedade brasileiras: o latifúndio monocultor e exportador de base escravista" (CARVALHO, J., 2018, p. 24). Mesmo diante de outras atividades comerciais, como extração de ouro, cultivo de algodão, café e tabaco, pecuária e criação de gado, foi no cultivo da cana de açúcar que se instalou, com maior intensidade, o fator mais negativo para cidadania na sociedade brasileira: a escravidão.

Estima-se que em 1812, a população do Brasil era de 3.817.000 habitantes, entre elas 259.400 ameríndios, 1.043.000 brancos, 256.500 mestiços e negros que tiveram sido escravizados e agora estariam livres ou nascidos livres e 1.930.000 escravizados (SILVA, 2011, p.35). Foi calculado que até 1822, 3 milhões de pessoas africanas tenham sido introduzidas na colônia e transformadas em pessoas escravizadas (CARVALHO, J., 2018, p. 25).

A sociedade colonial brasileira baseava sua hierarquia a partir do seu parâmetro em relação ao escravizado: o senhor e a sua família, reclusa no campo e de posse de

grande número de pessoas escravizadas; o jagunço, muitas vezes branco ou o mestiço – superior aos escravizados ou aos libertos; os dependentes formais do senhor de engenho – que podiam significar um indivíduo apenas ou famílias inteiras que dependiam das vontades do senhor, trabalhavam em suas terras e recebiam sua proteção; os funcionários da corte, os comerciantes, as viúvas, a Igreja, ou seja, todos possuíam um grau de superioridade a partir do lugar da pessoa escravizada na sociedade. Dessa forma, mesmo concentrados no campo, com um trabalho extenuante nas lavouras e principalmente na feitura do açúcar, os escravizados da cidade também possuíam posições:

Nas casas, as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam os filhos das sinhás, satisfaziam a concupiscência dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos sinhozinhos. Na rua, trabalhavam para os senhores ou por ele alugado. Em muitos casos, eram a única fonte de renda das viúvas. Trabalhavam de carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, prostitutas. Alguns eram alugados para mendigar. Toda pessoa com algum recurso possuía um ou mais escravos. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. [...] A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto a baixo. (CARVALHO, J., 2018, p. 26)

Essa relação de hierarquia partindo, sobretudo, da relação ao escravizado, fez com que grande poder fosse centralizado nas mãos de quem tinha maior número de escravizados em sua posse. Contudo, entre os escravizados e os senhores de engenho, clero e Estado, existia uma classe livre. Embora necessitada das atividades dos grandes proprietários de terra para morar, trabalhar e defender-se do governo e de outros senhores, era livre. Este grande poder nas mãos dos senhores de engenho e de autoridades locais foi responsável por consequentes fatos que permeiam a noção de cidadania no Brasil.

Diante da limitação da falta de controle jurídico do Rei de Portugal em relação a vastidão geográfica do Brasil, os senhores de engenho e autoridades locais entram em conluio, mesmo faltando-lhes a noção de igualdade de todos perante a lei, o poder em suas mãos era o retrato de sua própria justiça levada a cabo por seus jagunços. Além de exercer uma justiça personalista, os senhores de engenho e autoridades locais, revestidos da inexistência do poder público, usavam de sua autoridade para exercer o poder patriarcal familiar na sociedade. Suas mulheres, filhos e escravizados eram sua posse e não possuíam direitos perante a lei.

As contribuições para a sociedade, como obras e reformas, eram realizadas sob sua regência, muitas vezes colhendo benesses particulares. Os impostos eram arrecadados a partir de acordos com comerciantes e a votação para escolha das autoridades era feita sob sua benção.

A consequência de tudo isso era que não existia de verdade um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia de igualdade de todos perante a lei, que pudesse ser a garantia dos direitos civis” (CARVALHO, J., 2018, p. 28).

Nesse sentido, a confusão entre poder patriarcal e pessoal com o poder público pôs a noção de cidadania no Brasil colonial em séria contestação. Para o Frei Vicente do Salvador “Verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa” (SALVADOR 1967 apud CARVALHO, J., 2018, p. 29). Ou seja, cada casa, engenho ou reduto político e social possuía suas próprias regras. Durante a colônia houveram revoltas questionadoras dessa dinâmica, levantando questões não apenas políticas, mas sociais e de cunho pessoal no cotidiano da colônia.

É importante ressaltar que as revoltas coloniais, em sua maioria, questionavam a exploração imposta pelos colonizadores, embora muitas vezes tenham sido lideradas por pessoas escravizadas que fugiam das fazendas, como no caso emblemático do Quilombo dos Palmares. Ao longo do século XVIII, ressalta-se três grandes revoltas, com elites na liderança e voltadas a ideias de cidadania europeias, como a Inconfidência Mineira (1789), relacionada à dominação portuguesa na economia; a Revolta dos Alfaiates (1798), liderada por escravizados e recém libertos, militares de baixa patente e artesãos, reivindicando o fim da escravidão e o domínio dos brancos, e a Revolução Pernambucana de 1817, no qual seus líderes eram militares de alta patente, comerciantes, senhores de engenhos e padres. Os pernambucanos proclamaram uma nova república, cujo território se estendia ao norte para a Paraíba e o Rio Grande do Norte (GOHN, p.).

Embora os ideais de igualdade entre os povos em oposição ao absolutismo monárquico não abrangessem as pessoas escravizadas, a construção da identidade pernambucana durante a guerra contra os holandeses no século XVII trouxe para a Revolução Pernambucana uma noção de pátria. A Revolução de 1817 durou quatro meses e seus líderes foram fuzilados, mas as novas ideias sobre direitos já estavam ecoando na corte portuguesa presente no Brasil.

No início do século XIX, alguns eventos históricos possibilitaram a guinada no pensamento intelectual e popular acerca de direitos e cidadania no Brasil, como a chegada da corte real portuguesa em 1808, com os costumes modernos e profissões liberais evoluindo a questão burguesa no Brasil; a independência do Brasil do reino de Portugal em 1822; e a Constituição outorgada de 1824, estabelecendo os quatro poderes, Executivo, Legislativo, Judiciário e o Moderador (resíduo do absolutismo, este poder pertencia apenas ao Imperador). A constituição ainda estabeleceu as leis para votação no Brasil: homens com 25 anos ou mais, com renda mínima de 100 mil réis, podendo ser alfabetizado ou não. Ao longo dos anos imperiais, a história eleitoral do Brasil se mostrou ligada aos interesses da elite.

No Brasil, somente em 1930, foram universalizados os direitos políticos com o sufrágio universal. Durante o século XIX, várias pressões surgiram para a abolição da escravidão, como a econômica, intelectual, social e de resistência da população negra e da imprensa. Apesar das tentativas de postergar a libertação das pessoas escravizadas, em 1888 a “abolição”<sup>9</sup> foi realizada, embora a lei não oferecesse qualquer auxílio aos negros libertos pelo Império brasileiro.

Após a abolição da escravidão, o governo brasileiro não prestou nenhum tipo de assistência para a integração da população negra recém-libertada na sociedade, o que resultou em diversos desafios enfrentados por essa parcela da população. De acordo com Florestan Fernandes em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (2008), a migração para as zonas urbanas no final do século XIX foi difícil e desafiadora para a população negra, que via na cidade a promessa de liberdade. No entanto, as cidades cresceram rapidamente, e as vantagens que a população negra encontrava no isolamento cultural, tolerância e emprego em massa, bem como as vantagens das cidades rurais, como a estabilidade social e as concepções tradicionalistas, já não eram tão atraentes. Essa dualidade revela elementos de extração rústica a estranhas contradições (FERNANDES, 2008, p. 77). Além disso, Fernandes também argumenta que a população negra perdeu a possibilidade de zelar pela pureza de seus cultos, e a macumba acabou sendo pervertida pelo branco, privando os negros das funções construtivas desses cultos, que oferecem

---

<sup>9</sup> Destaca-se que o processo de abolição da escravidão no Brasil foi, em grande parte, influenciado por pressões externas, principalmente da Inglaterra por ser um importante parceiro econômico.

oportunidades de afirmação pessoal ou coletiva por meio da vida social organizada (FERNANDES, 2008, p. 78).

Segundo Fernandes (2008, p. 79), a privação da herança cultural e da vivência em comunidade tolheu a importância do encontro, da palavra e da afetividade coletiva para a população negra, manifestando-se em padrões conscientes, desejados e sistemáticos de isolamento, envolvendo um tipo de segregação espacial e racial não aprovado na tradição cultural brasileira. Esse tolhimento se apresenta em três pontos que circundam a população liberta na cidade: a noção de que a liberdade significava a plena disposição da pessoa sobre si mesma, que dava a cada indivíduo o arbítrio de decidir quanto, onde e como trabalhar; a representação segundo a qual a dignidade do homem livre é incompatível com serviços degradantes; e o princípio pré-capitalista de que a dedicação ao trabalho deve ser regulada pelas necessidades de consumo do indivíduo com seus dependentes. Essas concepções operavam nas acomodações do trabalho livre com o regime servil sem produzir atritos violentos e, principalmente, sem fomentar a exclusão do negro como agente de trabalho livre (FERNANDES, 2008, p. 81). A dificuldade enfrentada pelo povo negro em locais antes acolhedores, como o terreiro, é um exemplo claro dessa situação e reverberou nas outras atividades da vida, como a social e econômica.

Diante da dificuldade do homem negro liberto de encontrar trabalho em atividades não extenuantes, é a mulher negra que encontra uma relativa maior oferta de trabalho.

Por causa de sua integração à rede de serviços urbano, é a mulher (e não o homem) que vai contar como agente de trabalho privilegiado não no sentido de achar um aproveitamento ideal ou decididamente compensador, mas por ser a única a contar com ocupações persistentes e, enfim, com um meio de vida. (FERNANDES, 2008, p. 76)

A mulher negra passa a integrar os trabalhos urbanos e prover a casa. “As mulheres trabalhavam como criadas, havendo ainda quem preferisse a mucama e a cozinheira “de cor” (FERNANDES, 2008, p. 83). Como provedora da casa e com os homens enfrentando dificuldades para se empregar, no vício do álcool e na “família desorganizada”, é de forma matriarcal que se estabelece uma organização familiar, econômica e social. O tratamento para a mulher negra que trabalhava dentro das casas e sobrados era superior ao tratamento e respeito oferecido à mulher que trabalha na rua, sendo lavadeira, vendendo quitutes, entre outras ocupações. No

entanto, a noção paternalista colonial persistiu e criou também hierarquias no povo negro liberto.

Em suas explicações, ele separou “os negros da casa grande” dos “negros do eito”. Os primeiros teriam aproveitado “muita coisa” em contato com o branco. Os homens e as mulheres receberam uma educação melhor e ficaram com ideais de vida mais altos. Muitos homens sabiam, até, ler e escrever; todos possuíam melhores maneiras, imitadas dos antigos senhores. Além disso, alguns estabeleceram relações de amizade com os brancos, “quando não eram parentes por concubinato”, convertendo-os, portanto, em protetores quase certos. As mulheres, por sua vez, aprenderam muita coisa sobre a administração de uma casa, sabendo cuidar dos serviços domésticos, da cozinha à costura. Abolida a escravidão, esses elementos tinham maiores probabilidades de encontrar melhores colocações que os outros. A proteção do branco abria duas compensações fundamentais: a herança das roupas usadas; o “cartucho” para algum emprego melhor. [...] Doutro lado, o “pistolão” servia para abrir caminho para os melhores empregos que poderiam alcançar, nos escritórios ou, principalmente, no funcionalismo. Não passavam, no fundo, de empregos modestos, de moços de recados, serventes, contínuos ou, muito raramente, de escriturários. Mas conferiam boa renda e prestígio, em comparação com os demais. Por isso, pela década de 1920 esse estrato da população negra começava a aparecer como a elite de cor paulistana ou, na linguagem do informante, “os pretos de salão”. (FERNANDES, 2008, p. 85, grifos do autor)

A condição da população negra, abandonada à própria sorte e sem qualquer assistência, além de lidar com as consequências do isolamento econômico, social e cultural, empurrando-os para as periferias urbanas, agora competem por espaço e oportunidades com os dependentes formais dos antigos senhores de engenho. Embora anteriormente esses dependentes possuíssem um certo grau de superioridade em relação aos escravizados negros, agora, sem o poder pessoal dos senhores de engenho, migram para as cidades em busca de uma nova vida.

O dependente formal surge no cotidiano colonial como “agregado formalmente livre e de qualquer cor” (SOUZA, 2018). Esse agregado – ou sua família – vivia nas terras do senhor de engenho e estava um degrau acima do negro transformado em escravizado, uma vez que era “livre”. “A situação social do dependente estava marcada pela posição intermediária entre o senhor proprietário e o escravo obrigado a trabalhos forçados” (SOUZA, 2018, p. 178). Seu trabalho estava inexoravelmente ligado à agricultura e ao sistema monocultor de cana de açúcar. Sua participação na economia era dispensável, à medida que não possuía trabalho essencial ou específico e sua renda era basicamente de subsistência.

Para Franco, em pesquisa intitulada “Homens Livres na Ordem Escravocrata”, de 1997, o crescimento dos dependentes formais cresceu pari passu à população

escravizada, chegando a representar 2/3 da população brasileira em meados do século XIX. Com o crescimento acelerado dos dependentes, suas vidas eram caracterizadas pela migração em busca de trabalho e abrigo, constante violência (seja como código moral de trabalho ou virilidade) e a pobreza (CARVALHO, S., 1997, apud SOUZA, 2018, p. 181). A questão da pobreza e do código moral violento não só auxiliava a enraizar o poder do chefe do dependente, o senhor de engenho ou fazendeiro, mas também refletia uma relação bilateral: os patrões necessitava do dependente para algumas funções não dadas ao escravizados e o dependente necessitava do senhor de engenho para lhe garantir moradia, alimentação e status na sociedade.

Nas suas formas fenomênicas, o agregado poderia assumir a forma de tropeiro, do vendeiro, do sitiante, ou ainda simplesmente o cabra de confiança, o braço armado e camarada de confiança do patrão. O que une todas essas formas concretas é a existência de uma relação pessoal de dependência objetiva que aparece, para ambos os lados, como se fosse o resultado de um acordo voluntário. (SOUZA, 2018, p. 183)

Essa relação entre dependente e seu patrão, tornou-se um vínculo de favor e proteção, baseada na violência, protagonizando características indissociáveis ao poder personalista. Além da ausência do poder público, os dependentes e seus patrões possuíam seu próprio código, além disso, o poder de forçar todos à sua lei também foi unânime. De acordo com Souza (2018, p. 183), a dominação presente na sociedade coletiva é regida por regras e códigos impostos pelos patrões e seus dependentes, aliada ao monopólio da terra. Essa relação simbiótica, baseada na "igualdade de necessidade", esconde a verdadeira intenção do "acordo": a disposição do patrão em prover os meios de subsistência ao dependente e sua família. Mesmo sendo "formalmente livre", o dependente não possui recursos econômicos para moradia e alimentação, dependendo da boa vontade do patrão para sobreviver. Essa relação opaca subverte a posição de igualdade entre ambas as partes, uma vez que é o dependente que abre mão de seus direitos civis e sociais.

A identificação do dependente com os interesses e desejos do senhor vai ao limite do assassinato a mando, à subordinação dos interesses da própria família e até a perda da própria liberdade para o atendimento das necessidades e dos interesses do patrão e protetor. (CARVALHO, S., 1997, p. 71, 103, 104 apud SOUZA, 2018, p. 184)

A relação entre os dependentes e seus patrões, apesar de parecer igualitária, na verdade, era marcada pela precariedade e fragilidade. Um exemplo disso é o relato de que "não havia desigualdades entre fazendeiros e sitiantes; havia mesmo amizade. Se um deles chegava à nossa porta, vinha para a mesa almoçar conosco" (CARVALHO, S., 1997, p. 84, apud SOUZA, 2018, p. 183). Essa amizade guarda semelhança com o sistema de apadrinhamento no Brasil, no qual o padrinho e, em menor grau, a madrinha, têm a responsabilidade de criar e proteger o apadrinhado na ausência dos pais ou responsáveis, tornando-o parte da família e buscando, muitas vezes com sucesso, alcançando a ascensão social.

Já para Souza (2018, p. 188), com a transição do século XVIII para o século XIX, ocorreu um movimento de migração para as cidades, a modernização da sociedade e o fim da escravidão, o que levou ao encontro do dependente formal e da população negra. Ambos eram forçados, por meio de processos e condições sociais diferentes, a assumir posições quase que intercambiáveis, com a subordinação aos interesses e desejos do senhor. Eles se tornariam a ralé dos inadaptados ao novo sistema impessoal, que foi introduzido como prática institucional sem o arcabouço ideal para a homogeneização do tipo humano, permitindo a generalização da economia emocional burguesa também para as classes subalternas.

A amálgama da escravidão e o espaço deixado pela transição do poder pessoal para o impessoal, causou uma reorganização da sociedade no final do século XVIII. Negros libertos e dependentes formais não estavam no mesmo patamar de desigualdade, uma vez que aos negros, antes de mais nada, tudo lhe era negado apenas pela cor de sua pele.

Destaca-se que a pobreza, a desobrigação do Estado em prover moradia, alimentação, saúde e educação, o isolamento cultural e geográfico, são fatores que levaram esses grupos à periferia das cidades e uma busca de reintegração na sociedade. É em 1930, mesmo diante de uma enorme confusão entre autoritarismo e luta por direitos trabalhistas e sociais que as classes trabalhadora e baixa se articulam de maneira organizada para reivindicação de diversas pautas.

Para Carvalho, (2018), entre a Proclamação da República e os anos 1930, a cidadania brasileira era negativa, o povo não participava da vida política, essa estava concentrada nas mãos de pequenos grupos.

Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se se

pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializados, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido. (CARVALHO, 2018, p. 88)

Durante o governo de Getúlio Vargas, em 1930, houve avanços significativos nos direitos sociais e políticos, mas os direitos civis tiveram um progresso lento. A luta da classe operária e dos trabalhadores, que se organizaram em greves e reivindicaram seus direitos, foi fundamental para a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Esse foi o primeiro passo para a construção de leis trabalhistas. Posteriormente, em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os direitos trabalhistas foram ampliados, incluindo o trabalhador rural, e a legislação social passou a ter uma posição de destaque.

No decorrer da Era Vargas, a criação de sindicatos foi estimulada, mas ao mesmo tempo, o governo adotou medidas autoritárias. Movimentos sociais que surgiram no início do século XX começaram a ter avanços lentos com suas demandas populares a partir de 1945. É importante destacar que durante o governo Vargas, a identidade nacional sofreu uma transformação: o Brasil dos brasileiros foi valorizado, a união em torno da nacionalidade era exaltada. Nesse contexto, segundo Carvalho (2018, p. 92), o nacionalismo, incentivado pelo Estado Novo, foi o principal meio para promover a união nacional, superando as lealdades regionais.

No período Varguista, o nacionalismo também se manifestou nas questões sociais. A esquerda destacou essas teses e os movimentos sociais as reivindicaram. A participação política e social continuou até 1964, com o início da ditadura militar. Para Carvalho (2018, p. 161), o período Varguista e a intervenção militar têm semelhanças na abordagem de questões sociais, especialmente na extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais e na promoção do desenvolvimento econômico nacional. No entanto, as diferenças entre os dois períodos revelam que, durante a ditadura militar, os direitos políticos e civis da população foram amplamente negados, com o fechamento do Congresso Nacional e nomeações para cargos públicos sem voto.

Carvalho (2018) divide o período do regime ditatorial militar em três fases, sendo a primeira do ano de 1964 a 1968, cobrindo todo o governo de Castelo Branco e o primeiro ano do General Costa e Silva. Foi um período de acentuada repressão. A segunda fase se estende de 1968 a 1974, final do governo Costa e Silva e todo o

período de Garrastazu Médici. Médici protagonizou como presidente do período mais sombrio da história do País, caracterizado pela baixa nos direitos civis e políticos, a perseguição política, assassinato, tortura e violência. E a terceira fase, que vai de 1974, com a posse de Geisel, a 1985, com a eleição de Tancredo Neves. Este período foi marcado pela liberalização do sistema por parte de Geisel e sua lenta e gradual abertura com o presidente Figueiredo.

De maneira semelhante ao que aconteceu no período varguista, os direitos abrangeram somente parte da população e mais especificamente os mais ricos e com acesso à educação. Com a forte urbanização durante o século XX, protagonizadas pela população pobre e trabalhadora nas margens das cidades, seus direitos políticos e sociais também foram colocados à margem de importância. Segundo Carvalho (2018, p. 198) “suas reivindicações, veiculadas pelas associações de moradores, tinham mais êxito quando se tratava de serviços urbanos do que de proteção de seus direitos civis” (CARVALHO, 2018, p. 198). Embora a Constituição de 1988 tenha estabelecido direitos básicos que o Estado deveria garantir à população brasileira, a maior parte dela ainda não os tem de fato assegurados. Assim, a história do país é escrita com a triste realidade de muitos cidadãos que não usufruem dos direitos que lhes são garantidos.

A Constituição federal de 1988 representa um marco democrático importante na história brasileira. Além de universalizar os direitos sociais e civis, universaliza também o voto e aumenta a possibilidade de participação na vida política da maioria da população, além de regulamentar o registro de partidos políticos, expandindo os debates sobre a reforma agrária. Destaca-se aqui a participação dos movimentos sociais urbanos e do campo, na busca da contemplação de suas pautas na Constituição. No campo político e governamental, o perigo da volta de um regime ditatorial foi sendo abrandado pelas experiências democráticas de voto e de governo na Nova República.

Desde a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985, até os dias atuais, o Brasil vive o que se chama de Nova República. Durante esse período, houve a universalização do voto e a abertura política, que permitiram uma maior participação popular nas eleições, a regularização de partidos antes perseguidos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a formação de partidos ligados à classe trabalhadora e sindical, como o Partido dos Trabalhadores (PT), além da participação da população

em protestos por eleições diretas em 1983 e 1984 e pelo impeachment do Presidente Fernando Collor em 1992.

Os direitos civis conquistados antes da ditadura militar foram restabelecidos, a liberdade de expressão dos cidadãos e da imprensa, o direito de organização e o direito de ir e vir. Além disso, foram criados o habeas data, direito que concede a qualquer pessoa acessar os documentos sob poder do governo, o mandado de injunção, onde as pessoas poderiam recorrer à justiça para reivindicar direitos constituintes, mas ainda não regulamentados, e a criação da Lei de Defesa do Consumidor.

A Constituição de 1988 promulgou importantes direitos civis que são fundamentais para a construção de uma sociedade justa e democrática. No entanto, o Estado brasileiro ainda não foi capaz de garantir plenamente esses direitos, especialmente no que diz respeito à segurança pública. A questão da segurança é particularmente preocupante nas grandes cidades, na qual, aliada à metropolização, migração acelerada e a desigualdade social e econômica resultaram em um aumento da violência. Além disso, o desemprego, trabalho informal, tráfico de drogas e a falta de preparo das forças de segurança, incluindo a Polícia Militar, agravaram ainda mais a situação. Como resultado, a população de favelas e bairros pobres experimentam um alto grau de insegurança e violência.

No entanto, é importante reconhecer que a questão da violência no Brasil é estrutural e tem raízes profundas no racismo institucional. Desde a abolição da escravidão, a população negra foi deixada à própria sorte, sem acesso a emprego, moradia e outros direitos básicos. A sociedade brasileira é construída sobre bases coloniais e escravocratas, o que resultou em um sistema social profundamente desigual. Essa desigualdade é particularmente evidente quando se trata de acesso à justiça e à segurança pública. Como resultado, muitas pessoas são tratadas como cidadãos de segunda classe e não têm os mesmos direitos e proteções que outros membros da sociedade.

Em suma, a cidadania no Brasil é um problema complexo que exige uma abordagem multifacetada. Para resolver esse problema, é necessário não apenas garantir os direitos civis constituintes, mas também enfrentar o racismo estrutural que perpetua a desigualdade e a violência. Somente quando todos os membros da sociedade tiverem acesso aos mesmos direitos, oportunidades e proteções poderemos alcançar uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que há cidadãos e subcidadãos nesse país (Souza, 2018). Chega-se nesta reflexão a partir do exposto até então, que busca mostrar que historicamente a sociedade brasileira distribuiu de forma distinta os direitos, baseados nas posses e no poder de influência da elite. Essa distribuição de direitos e formação da sociedade evidenciou a reivindicação pela cidadania a partir do que se almeja, do que necessita ou o que se tem garantido por direito. Naturalmente, a população brasileira acabou sendo analisada pelos pesquisadores a partir do grau de acesso aos direitos que os configura como cidadãos ou não. Para se ter a cidadania plena, Carvalho (2018), defende que, os cidadãos brasileiros são divididos entre três classes: a de doutores, dos cidadãos simples e dos elementos. A primeira classe é a de doutores, os privilegiados acima da lei. “Os doutores são invariavelmente brancos, ricos, bem-vestidos, com formação universitária” (CARVALHO, J., 2018, p. 216). Suas profissões seguem a cartilha de empresários a banqueiros, grandes proprietários de terra a políticos e profissionais de alto escalão que nutrem entre si, uma relação onde a lei funcione a seu favor.

A segunda classe é a de cidadãos simples, a classe média. “São a classe média modesta, os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais” (CARVALHO, J., 2018, p. 217). A classe média pensa que é da elite por frequentar alguns locais em comum, como universidades e possuírem algum dinheiro, fazendo valer a hierarquia a partir dos “elementos”. São brancos, negros ou pardos que “cresceram” a partir de uma percepção desse esforço próprio.

E a terceira classe são, segundo o jargão policial, os “elementos”, “a grande população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscates, camelôs, menores abandonados, mendigos” (CARVALHO, J., 2018, p. 218). É essa classe que tem seus direitos civis ignorados e sofrem com o descaso dos direitos sociais.

Em resumo, a análise dos direitos civis e da cidadania no Brasil revela uma realidade marcada pela desigualdade. Enquanto a parcela economicamente privilegiada tem acesso a uma cidadania plena e seus direitos garantidos, a maioria da população enfrenta obstáculos na obtenção de direitos básicos e é tratada como uma classe trabalhadora desfavorecida. Essa desigualdade está diretamente relacionada à cor da pele e por parte da população pertencentes às classes menos abastadas e com a população branca tendo mais acesso a bens e influência. Assim,

ressalta-se que é necessário repensar e reestruturar a sociedade brasileira para garantir uma cidadania plena e igualitária para todos.

## 2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITOS E INFLUÊNCIAS

As definições sobre o movimento de moradores fazem parte de um segmento do movimento social urbano, onde a luta pela moradia e o acesso aos direitos básicos estão inseridos na dinâmica da cidade. Dessa forma, torna-se necessário um percurso conceitual sobre o tema. Os pesquisadores e pesquisadoras que serão utilizados provêm de diversas vertentes e campos da ciência, bem como de diferentes nacionalidades, apresentando convergências e divergências em suas visões sobre o assunto. Ao término da exposição de parte de suas pesquisas, será apresentado o conceito adotado para os movimentos sociais e movimentos de moradores nesta dissertação. Inicia-se, portanto, com o conceito de Manuel Castells, passando por Alan Touraine, Safira Bezerra Ammann, Maria da Glória Gohn, Ana Maria Doimo, Regina Bega dos Santos e finaliza-se com Luciana de Barros Jaccoud e Luís De La Mora, pesquisadores do Recife, que vão abordar especificamente as ações reivindicatórias nesta cidade.

Em *Cidade, Democracia e Socialismo*, Castells se propõe a debruçar-se sobre os movimentos sociais de moradores que, segundo ele, podem ser definidos enquanto resposta à situação de carência devido à (in)capacidade do Estado em prover equipamentos coletivos (CASTELLS, 1974). Já em “A Questão Urbana” (2014), Castells remete às ações dos movimentos sociais às contradições encontradas no sistema capitalista. Para o autor, um movimento de luta urbana só se converte em um movimento político quando possui o objetivo de mudar a ordem social (CASTELLS, 1974).

Por movimento social se entende um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, a um tempo pela inserção dos agentes suportes na estrutura urbana e na estrutura social, e de natureza tal, que seu desenvolvimento tende objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder do Estado (CASTELLS, 1974, p 426).

Para o autor, em "Rede de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet" (2013), os movimentos sociais têm sido historicamente as alavancas da mudança social, surgindo geralmente de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. De acordo com ele, a profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade, juntamente com a degradação das condições materiais de vida e a crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos, levam as pessoas a se envolverem em ações coletivas fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas, e, no final, mudar os governantes e até mesmo as regras que afetam suas vidas (CASTELLS, 2013, p. 157).

Alain Touraine, em sua obra, oferece uma conceituação para os movimentos sociais, propondo um "sistema de influência da historicidade sobre a prática social" no qual os movimentos sociais estariam no coração da luta de classes pelo comando da sociedade e de sua historicidade, ou seja, pela produção de si própria. Para o autor, a ação conflitante dos movimentos sociais seria a luta pelo controle desse sistema, por parte dos agentes das classes sociais (TOURAINÉ, 1973, p. 347).

Para Touraine, em *La voix et le regard* (1978), os Movimentos Sociais são como "forças centrais que lutam umas contra as outras para dirigir a produção da sociedade por ela mesma, a ação de classe pela direção da historicidade" (TOURAINÉ, 1978). A historicidade, segundo o autor, é constituída pela acumulação, pelo modo de conhecimento e pelo modo cultural, obtendo influência capital no sistema de ação histórica, e seus componentes passam ainda pela mobilização e pelas necessidades e hierarquização (TOURAINÉ, 1978, apud AMMAM, p. 16).

Ainda de acordo com Touraine, os movimentos sociais se expressam através de princípios de identidade, oposição e totalidade. É por meio desses elementos que os atores dos movimentos sociais se auto definem, definem seus adversários e traçam seus objetivos. Dessa forma, a integração e o reforço recíproco desses elementos é o que caracteriza um movimento social (TOURAINÉ, 1978).

No entanto, conforme aponta Safira Bezerra Ammann (1991, p. 22), os movimentos sociais surgem da contestação das relações sociais, tendo como protagonistas indivíduos provenientes de diferentes classes sociais, etnias, partidos políticos, regiões, religiões, entre outros grupos. Vale destacar que nem todos os movimentos sociais possuem um caráter de classe ou buscam o poder, sendo que

seus objetivos podem variar entre a transformação ou a preservação das relações sociais, a depender da ameaça que elas enfrentam.

Ainda para Ammann, “os movimentos sociais protestam contra a forma de direção vigente ou anunciadas” (AMMANN, 1991, p. 21). Isto direciona ao conceito defendido pela autora: “movimento social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade” (AMMANN, 1991, p.22). Mesmo seguindo parte das concepções trazidas por Castells (1974, 1975 e 2013) e Touraine (1973 e 1978), Ammann (1991) diverge na constituição do movimento social, uma vez que, o princípio contestador deve estar no centro de sua luta, ao contrário dos movimentos que atuam em caráter de cooperação com o Estado ou com seus adversários.

Maria da Glória Gohn (1997) define movimentos sociais como "processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural" (GOHN, 1997, p. 171). De acordo com Gohn, as características do movimento social urbano no Brasil estão inseridas na contradição urbana, que por sua vez está inserida na contradição global do sistema capitalista. A acumulação e produção desse sistema causa essas mesmas contradições, e não há alternativa para a classe dominada reivindicar seus direitos senão de forma organizada.

Os movimentos sociais urbanos não são um todo homogêneo. Eles diferem, em primeiro lugar, de uma série de outros movimentos sociais, tais como os feministas, os ecológicos, os homossexuais etc., os quais também têm sido tratados, erroneamente, como movimentos sociais urbanos. Os movimentos sociais urbanos propriamente ditos assim devem ser qualificados por conterem uma problemática urbana, que tem a ver com uso, a distribuição e apropriação do espaço urbano. Portanto, são movimentos sociais urbanos as manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo. (GOHN, 1991, p. 34 e 35)

Para a sua contemporânea Ana Maria Doimo (1984), as reivindicações dos movimentos sociais se situam na esfera do consumo e suas práticas organizativas tem como principal foco o poder público, visando melhores condições de vida no meio urbano. Diante do exposto, os movimentos sociais urbanos seriam consequências do processo urbano industrial (DOIMO, 1984, p. 21). Doimo conceitualiza os movimentos sociais urbanos relacionando-os ao conceito de contradições urbanas, como categoria de estudo que se deve tomar como referência.

Muitas vezes tais movimentos surgem espontaneamente como expressão direta das contradições urbanas, resultando simplesmente alguns efeitos específicos no plano da compensação econômica imediata. Não se expandem, não avançam ao nível de outras explicações e nem tão pouco no plano do desafio político à hegemonia dominante. Outros já ganham uma consistência mais sólida e continuada. Buscam aproximações com outros movimentos e estabelecem objetivos comuns de longo prazo. Evidentemente, trata-se de movimentos com pesos diferentes no conjunto das lutas sociais. Para situá-los, necessário se faz empreender um mergulho em profundidade no seu interior – na sua dinâmica interna- para a captação dos processos em curso no tocante às orientações políticas ideológicas existentes. (DOIMO, 1997, p. 27)

Essa relação dos movimentos sociais com as orientações políticas ideológicas e com o Estado, é campo de alguns pesquisadores incluindo, Regina Bega dos Santos (2008). Para a autora, existe uma multiplicidade de movimentos sociais urbanos, como por exemplo, alguns grupos que lutam contra o estado e as instituições constituídas, refletindo que a resolução dos seus problemas só será resolvida com a sociedade mais igualitária, relacionando-se com a luta revolucionária e buscando a transformação do sistema político, e outros grupos de caráter reivindicatórios, onde após a resolução de suas pautas, os grupos são dissolvidos (SANTOS, R., 2008, p. 11).

Desta maneira, movimentos sociais urbanos se denominam desta forma “porque atuam sobre a problemática urbana relacionada com o uso do solo, com apropriação e distribuição da terra urbana e de equipamentos coletivos” (SANTOS, R., p.11). Suas principais pautas seriam em torno do movimento por moradia e pela implantação ou melhoria de serviços públicos. Contudo, alguns movimentos que ocorrem na cidade não possuem pautas envolvendo o urbano ou tampouco serviços e moradia, esses movimentos são chamados de novos movimentos sociais que identificam novas formas de opressão.

Os novos movimentos sociais ocorrem no marco da sociedade civil estabelecendo uma distância calculada, simétrica, do Estado, dos partidos políticos e dos sindicatos. Seus protagonistas são grupos sociais com contornos definidos ou menos definidos, sempre visando os interesses coletivos, embora localizados, suas pautas possuem relevância universal. Fazem parte dos novos movimentos sociais: o movimento de feministas, ambientalistas, por direitos de grupo, de gênero, étnicos, religiosos, pela paz, entre outros. Para a autora, as suas reivindicações são distintas daquelas resultantes das relações de trabalho e da produção capitalista (SANTOS, R., 2013, p.12).

Observa-se que tanto no Brasil como na América Latina, os movimentos sociais adquiriram essas características populares principalmente após os anos 1970, ainda no período de cerceamento de direitos.

Contudo, Doimo revela que, aqui no Brasil, as pautas dos novos movimentos sociais se relacionam principalmente na "precariedade nas condições de vida da população mais pobre, como, por exemplo dos pontos moradia, saúde, educação, saneamento e transportes públicos" (DOIMO, 1995, apud, SANTOS. R., 2008, p. 12).

Em paralelo, Regina Bega ainda argumenta que a população inicia a participação popular de acordo com o implemento das camadas populares e das contradições produzidas pela urbanização capitalista. É partindo da compreensão de que os equipamentos coletivos, públicos, moradia digna, entre outras pautas, são direitos e que estes não são oferecidos com qualidade na periferia, os movimentos sociais urbanos são formados (SANTOS, R., 2008, p. 15).

Embora as pesquisas realizadas, principalmente nos anos 1980 e 1990, apontem para o protagonismo dos movimentos sociais urbanos na cidade de São Paulo, diante do movimento de associações de bairros em 1942, e o movimento de associação de moradores em 1954-1964, é importante ressaltar que a periferia do Recife possui incontáveis experiências populares de organização civil e urbana desde antes dos anos 1930. Conseqüentemente a essas experiências de reivindicação urbano popular, é natural que se tenha conceitos e pesquisas realizadas por pesquisadores recifenses que acompanharam essas experiências populares, como os casos de Luciana de Barros Jaccoud e Luís De La Mora.

Luciana de Barros Jaccoud em "Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955-1968" (1990), acompanha os movimentos sociais que emergiram em meados dos anos 1950 e fez um estudo cronológico, histórico e político desde 1937, início do Estado Novo e governo estadual do Interventor Agamenon Magalhães. Enquanto que, Luís De La Mora, se debruça nos movimentos sociais da periferia recifense, desde o final da ditadura até a implantação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Recife.

Segundo Jaccoud (1990), os movimentos sociais são originados das contradições sociais vivenciadas pelas classes sociais desfavorecidas. Tais movimentos são caracterizados por terem bases locais e mobilizarem grupos sociais a partir de situações específicas de carências cotidianas e necessidades imediatas, relacionadas às suas condições materiais de vida. No caso do Recife, a influência do

crescimento populacional e da urbanização desordenada da cidade gerou carências e necessidades da população pobre, como a falta de infraestrutura urbana e o acesso limitado a serviços públicos básicos. Conforme destacado por Jaccoud (1990, p. 53), "[...] o Recife transformou-se numa cidade carente de infraestrutura urbana, com a maior parte da sua população morando em morros e alagados sem acesso a maioria dos serviços públicos básicos". A autora ainda ressalta que a incapacidade do Estado em gerar empregos e incorporar os trabalhadores no sistema capitalista contribuiu para a situação de carência na cidade.

É a partir desse panorama de carência da maior parte da população recifense e a falta de infraestrutura urbana na periferia que surge com mais força, a partir de meados dos anos 1950, duas formas de organização popular: as associações de bairro, que expressavam as carências e demandas das populações dos bairros periféricos dos centros urbanos do Estado, em especial do Recife, e os sindicatos Urbanos de, canalizadores das reivindicações e palco das lutas do operariado urbano de Pernambuco (JACCOUD, 1990). Assim, na próxima sessão iremos analisar como a formação das associações dos moradores configuram as primeiras experiências urbanas populares de Pernambuco.

Para La Mora (1987, p. 256), o movimento social pode ser definido como

[...] toda manifestação coletiva que vise à conquista ou preservação de um direito considerado legítimo por uma categoria social, através da pressão exercida com maior intensidade e violência, dependendo do caráter do conflito inicial e a rapidez que se pretende imprimir a sua superação. Esses conflitos estão presentes em todos os tipos de relações sociais, sejam elas de produção, de bens e serviços, de reprodução da força do trabalho ou de gestão. [...]. O caso mais característico de movimentos sociais urbanos na esfera da reprodução de força do trabalho está constituído pelos movimentos de bairro, nascidos da necessidade de lutar coletivamente pela conquista e preservação do solo ocupado e para pressionar o poder público a instalar equipamentos e serviços urbanos na área. (LA MORA, 1987, p. 256-258)

Destaca-se, portanto, que depois da revisão dos conceitos sobre movimentos sociais, o que mais se aproxima dos objetivos desta pesquisa é o conceito defendido por La Mora, que aborda o movimento social urbano e os movimentos de bairro. Esses movimentos lutam pela garantia de direitos e por melhorias urbanas e equipamentos públicos e privados, que mobilizam a população a partir de suas necessidades na comunidade. É na luta por melhorias urbanas que os participantes dos movimentos "tomam consciência" de seus direitos como cidadãos e percebem as causas da segregação socioespacial. Através da organização da luta popular, os cidadãos

periféricos reivindicam o papel do Estado na provisão de suas necessidades básicas, buscando a igualdade de serviços entre as classes em toda a extensão da rede urbana. Na sequência, será feita uma breve discussão sobre as mobilizações populares em Recife, nas quais a luta por direitos no bairro de Casa Amarela se insere.

### 2.3 MOBILIZAÇÕES POPULARES EM RECIFE NO SÉCULO XX

Durante as primeiras décadas do século XX, a questão da habitação popular no Recife foi solucionada pelos moradores de classes baixas com a construção do mocambo. Segundo Lira (1996, p. 132-133 apud Pontual, 2001, p. 33), o mocambo foi considerado um mal e uma realidade indesejável, representando um perigo sanitário e estético. Apesar disso, o mocambo e seus habitantes tiveram um papel significativo na configuração socioeconômica e paisagística da cidade do Recife, mas foram frequentemente estigmatizados como responsáveis pela vadiagem e pela sujeira na cidade, como será apresentado a seguir.

Nesse contexto, a esquerda recifense se mobilizou para denunciar o descaso dos governantes com as famílias desabrigadas e despejadas, incentivando a luta por direitos humanos e urbanos básicos. Como destaca Dulce Pandolfi (2015), a luta pela moradia e pelos direitos urbanos se intensificou diante das ações higienistas promovidas pelo Interventor Federal Agamenon Magalhães<sup>10</sup> durante o Estado Novo. A esquerda recifense também estimulou a participação na política eleitoral e na criação de associações de bairro como forma de fortalecer a luta popular por melhores condições de vida.

#### 2.3.1 *A questão do mocambo*

A luta por moradia e direitos urbanos básicos para os moradores de baixa renda do Recife é uma questão que remonta ao início do século XX. Durante este período, a busca por habitação em áreas urbanas com oportunidades de emprego ao redor era um desafio constante. A transformação de áreas rurais em subúrbios ou povoações periféricas como o Madalena, da Torre, Casa Forte, Monteiro e Apipucos foi uma das alternativas encontradas pela população para garantir um lugar para viver (MELO, M., 1978). Além disso, a procura por áreas próximas ao olho d'água era predominante, seja para moradia, indústria ou comércio (MELO, M., 1978).

---

Essa luta por direitos humanos básicos, como moradia digna, saneamento e infraestrutura adequada, foi e ainda é uma constante na história da cidade do Recife. A população de baixa renda sempre se viu em uma situação precária, muitas vezes em áreas de risco, sem acesso a serviços públicos básicos, como água e luz, e em condições sub-humanas. A busca por moradia e direitos urbanos adequados era uma necessidade urgente, e a luta por esses direitos se tornou cada vez mais organizada, com a criação de associações de bairro, participação política e ações de resistência.

Os aforamentos do terreno da marinha e dos seus acrescidos nos mangues do Grande Recife, surgiram em face do interesse de certas indústrias ou comércio que se localizaram às margens das áreas banhadas pelas águas salgadas. Assim, poderiam receber e embarcar os produtos e mesmo expelir os resíduos imprestáveis do seu fabrico ou comércio. A venda de madeira dos mangues, para aproveitamento nos costumes e nas grandes fornalhas ou mesmo nos lares mais modestos também despertou o desejo de aforar essas terras enlameadas. (BEZERRA, 1965, p.38)

Com o processo de industrialização e comércio aliado ao desaceleramento da economia canavieira na zona da mata pernambucana, em plena segunda grande guerra mundial, Recife passou a atrair um grande fluxo de trabalhadores. Esse fluxo populacional atraiu até 1950, cerca de 60% de novos moradores para a capital (BEZERRA, 1965).

Com as promessas de melhora de vida por meio de propaganda política, as famílias vindas do campo concentraram-se na cidade e enfrentaram uma série de problemas junto à população que havia sido escravizada e a classe pobre de Recife. Com o interior do Estado vivendo uma crise econômica desde o final da colônia, a concentração de trabalhos na capital e as condições de vida para os trabalhadores eram precárias, a alternativa viável foi a de ocupar terras no centro da cidade, áreas de mangue, do porto e de rio. No entanto, a ocupação que podia até ser pacífica, resultava numa dívida maior entre o morador do que seria o mocambo e o dono da terra ou aforador<sup>11</sup>.

[...] os fatores geográficos, fisiográficos, demográficos, sociais, econômicos, culturais e políticos se conjugavam para que esta valorização surgisse, embora, sob certos aspectos, isto não fosse desejável. Tornou-se, portanto, um bom negócio aterrar mangues e loteá-los ou mesmo loteá-los sem aterrar. Construir mocambos e alugá-los ou comprá-los para fazer fonte de rendimento não tributados. Fortunas foram feitas á custas dessas terras aforadas. (BEZERRA, 1965, p. 39)

---

<sup>11</sup> Por aforador se designa o dono do terreno, casa ou mocambo que cobrava do alugador o foro, mais conhecido como aluguel de chão.

A questão do aterramento e do foro resultou numa séria reivindicação social, uma vez que os mocambeiros e os foreiros (pessoa que ocupa o terreno e paga o foro) não possuíam registro formal do aluguel do terreno.

A relação jurídica entre estes e os proprietários não chegava a se formalizar em termos contratuais. Embutida nesta relação estava a troca do direito de morar pelo dever de zelar, aterrando os alagados em que muitos se fixaram. Esta prática que levaria à alegação futura dos moradores de que “o solo é nosso, nós o construímos”, demonstra que a “sociedade brasileira opera com uma forte orientação hierárquica herdada dos tempos coloniais e que anda opera nos anos 20 [...]”. (MOURA, 1990, p. 58)

Os proprietários de mocambos que não expulsaram os moradores, criaram o aluguel de chão, de maneira que o morador soubesse que estava pagando pelo direito de morar e zelar pelo terreno, mas que a posse era do proprietário. O aluguel do chão representava um mecanismo que revelava a

relação entre proprietário e ocupantes que, se por um lado rendia algum lucro, tinha o objetivo de evidenciar a presença do proprietário da área, evitando que se caracterizasse o direito de usucapião do ocupante (MOURA, 1990, p. 24).

Mesmo com as formalidades do aluguel do chão, inúmeros moradores se sentiam menosprezados pelos altos preços cobrados em detrimento à péssima qualidade do terreno. O incentivo ao aterro e ao foro, aflorou em Recife a propagação dos mocambos e reconfigurou a cidade de maneira econômica, social e cultural.

De acordo com Melo (1978), em 1920, a população do Recife era de 240 mil habitantes e cresceu lentamente, em uma taxa geral de 1,91%, até 1940. Porém, nos censos de 1940 e 1960, houve um crescimento significativo da população, registrando um aumento de 348 mil para 797 mil habitantes na cidade. Conforme os dados apresentados por Virgínia Pontual em “Uma Cidade, Dois Prefeitos” (2021), em 1913, Recife contava com um número expressivo de mocambos, totalizando 16.347 construções, o que correspondia a 43,3% das residências da cidade. A situação dos mocambos na cidade foi agravada pelo discurso de modernidade do Interventor Federal Agamenon Magalhães durante o Estado Novo (1937-1945), que buscava reverter o cenário de “crescimento desordenado” e de cidade “mal educada, cheia de vontades, a fazer o que bem entende” (Jornal do Comércio, 1941).

As ações higienistas de Magalhães causaram grande impacto na vida dos moradores de mocambos, que viram sua situação se agravar cada vez mais. Com o apoio das elites e do prefeito do Recife, Novaes Filho, Magalhães iniciou uma campanha para “limpar” a cidade e diminuir o número de mocambos. Em 1938, o

prefeito baixou um decreto proibindo a construção de mocambos na capital pernambucana e, cinco meses depois, criou a Comissão Censitária de Mocambos, que realizou um censo completo sobre os mocambos na cidade.

Os dados do censo foram considerados preocupantes para as autoridades locais, revelando que 164.877 pessoas, ou cerca de um terço da população total de 500.000 habitantes, viviam em mocambos. Havia um total de 45.581 construções do tipo de mocambo, sendo 3.000 de propriedade dos moradores. A maioria dos moradores dos mocambos era empregada, com apenas 3,30% desempregados. Os homens desenvolviam atividades de artesãos, operários, comerciários e empregados no setor de transporte, enquanto as mulheres se dividiam em trabalhos domésticos como diaristas, lavadeiras e cozinheiras. A taxa de alfabetização era de 2/3 da população dos mocambos, e 62,7% das crianças frequentavam a escola. Esses dados foram amplamente divulgados pela imprensa como forma de influenciar a população a se unir em prol da campanha pela extinção dos mocambos.

O interventor Agamenon Magalhães, no intuito de alcançar a maioria da população através de um discurso publicitário, divulgou o plano da Liga Social contra Mocambo para a população. Este plano visava a extinção dos mocambos e continha as seguintes medidas: a) construir casas de 3 a 8 contos que os habitantes dos mocambos pudessem adquirir ou alugar; b) construir casas tanto para fins de assistência social quanto para operários sindicalizados e contribuintes dos Institutos de Previdência, Caixa e Pensões do Ministério do Trabalho; c) não permitir mais a construção de mocambos e interditar todos os mocambos desocupados pela Saúde Pública, intimando o proprietário a demolir; d) taxar rigorosamente os terrenos onde existissem mocambos; e) aterrar os terrenos alagados; e f) adotar uma "solução" humana em relação à indenização para os habitantes ou proprietários dos mocambos. (Folha da Manhã, 1939, apud PANDOLFI, 2015, p. 85 e 86).

A proposta do Estado Novo em relação à destruição dos mocambos e à integração dos mocambeiros na sociedade por meio do trabalho e da propriedade estava em conformidade com a política nacional varguista. Os primeiros conjuntos habitacionais criados neste período na capital pernambucana receberam o nome de Vila dos Pescadores, das Costureiras, das Cozinheiras, entre outros.

É importante destacar a visão que o governo fazia do morador do mocambo. O estado agia de forma a conseguir o apoio tanto da população em geral quanto dos próprios moradores de mocambo. Por exemplo, a campanha doutrinária realizada pelo departamento de saúde pública iniciou a interdição

de milhares de mocambos como motivo de saúde pública. O morador do mocambo, segundo Pandolfi (2015), era percebido como intoxicado fisicamente pela contaminação da saúde prejudicada pela ausência de higiene e de conforto mínimo por morar em um mocambo. Os jornais da época, mais especificamente o jornal Folha da Manhã, onde o interventor Agamenon Magalhães fazia parte do corpo editorial, comparavam o mocambo à senzala, afirmando que o mocambo estava para a civilização atual como a senzala estava para a colônia.

Além disso, o mocambo era visto como causa e não consequência de uma situação de desigualdade econômica na capital pernambucana. Magalhães estabeleceu uma conexão entre a pobreza e a ignorância com objetivos econômicos.

Ele argumentava que um indivíduo, mesmo residindo em um mocambo, poderia se transformar em um consumidor se assim o desejasse, sendo a sua alternativa, sair do mocambo.

Durante a década de 1940, a cidade do Recife passou por um processo de transformação urbana, incluindo a destruição dos mocambos. A Liga Social Contra o Mocambo, criada em 1939, foi responsável pela destruição dessas moradias, com o objetivo de "limpar" a cidade e erradicar as doenças e problemas associados às construções. No entanto, em 1943, os números apresentados pela Liga eram irrisórios em relação ao número real de construções existentes na cidade, o que indica que a ação não foi tão efetiva quanto se esperava. No mesmo ano, o governo apresentou um relatório que mostrava a construção de apenas 5.707 casas na capital e 8.109 no interior, enquanto que, em 1938, o censo oficial apontou 45.581 construções desse tipo em Recife.

Com a crise do Estado Novo, a oposição em Recife conseguiu espaço para criticar a ação da Liga Social Contra o Mocambo, que desapropriava os terrenos onde estavam as construções por quantias ínfimas, expulsando os moradores para o interior do estado. Apesar dos baixos números de construções habitacionais, o interventor Agamenon Magalhães comemorou a emigração dos moradores dos mocambos para outras regiões do país e do estado, afirmando que a população que deixava a cidade era composta por pessoas que não produziam, não tinham emprego ou arte.

Em 1945, a Liga Social foi transformada em uma autarquia administrativa chamada de Serviço Social Contra o Mocambo, com uma gestão composta por presidente e cinco membros do conselho, nomeados pelo governador do estado. Sem o apoio do interventor e o aparato repressivo do Estado, o Serviço Social Contra o Mucambo enfraqueceu gradualmente. Estimativas indicam que, vinte anos após a

criação da Liga Social, em 1939, a quantidade de construções do tipo mocambo havia sido duplicada na capital pernambucana, chegando a aproximadamente 100 mil em 1960.

A Liga Social Contra o Mucambo não apresentou uma solução efetiva para a questão habitacional na cidade do Recife, tampouco uma alternativa viável para a população que vivia nesses locais. No entanto, é importante destacar a coerência do discurso do governo, que via o mocambo como a causa da desigualdade econômica e social em Pernambuco e culpava seus moradores pela concentração urbana, êxodo rural e baixos salários. O período político em que ocorreu a busca pela destruição dos mocambos supervalorizou as ações repressivas por parte do Estado, mas, mesmo assim, o número de construções desse tipo continuou a crescer na cidade.

Ao se fazer a análise dos dados do censo do serviço de mocambos, encomendado pela prefeitura de Recife em 1938, é possível observar por um ângulo diferente daquela apresentada pelas autoridades da época. Segundo o censo, havia 164.877 moradores nos mocambos, e apenas 3,30% eram desempregados, o que significa que cerca de 159.437 desses moradores exerciam atividades remuneradas. No entanto, não foram fornecidos detalhes sobre a quantidade de crianças nesse total de moradores. Além disso, a taxa de alfabetização era de 2/3 da população, o que equivale a cerca de 109.918 moradores. Mais da metade das crianças contabilizadas no censo, 62,7% de um universo não identificado, frequentavam a escola. Se o objetivo do Interventor era transformar os moradores dos mocambos em consumidores, por que não fazer isso por meio do acesso a bens de consumo ou garantindo-lhes habitação? Afinal, a tentativa de transformá-los em proprietários de terra legalizados por meio de habitações populares, através das ações da Liga Social contra o Mocambo, foi irrisória.

A tentativa de aliar a destruição dos mocambos à "limpeza" urbana e social do centro do Recife não ocorreu plenamente, basta observar os dados da década de 1970 já apresentados onde o número das construções do tipo mocambo haviam triplicado na capital pernambucana. No entanto, não se deve analisar o discurso e as ações repressivas contra os moradores dos mocambos sem levar em consideração a questão social e racial. Os moradores dos mocambos foram empurrados para as zonas periféricas da cidade, assim como a população negra e os dependentes formais foram no século passado, e continuam sendo até hoje.

### 2.3.2 *A atuação do Partido Comunista Brasileiro e a Frente do Recife.*

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em 1922 e teve um papel importante na história do Brasil. Surgiu das lutas operárias que ganharam força na Rússia entre 1917 e 1920. O PCB se desenvolveu como uma força política durante sua formação, de 1922 a 1930. Seu objetivo era reunir líderes das lutas operárias com membros da intelectualidade e da cultura brasileiras.

Até 1935, o PCB experimentou um desenvolvimento político significativo, sendo reconhecido pela Internacional Comunista, aumentando sua quantidade de membros e participando ativamente de eleições, lançando o primeiro operário negro como candidato à presidência em 1930. Além disso, foi nesse contexto em que o partido se posicionou contra o racismo e se comprometeu a defender os direitos de negros e índios. No entanto, em meio às transformações sociais resultantes da Revolução de 1930 e da era Vargas, também houve um declínio em sua atuação na década de 1930 até 1942.

Em 1930, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) lança a legenda “Trabalhador Ocupa Teu Posto”, com objetivo de atuar mais intensamente no cenário eleitoral do Recife e de cidades vizinhas. Conforme dito anteriormente, durante o início do século XX, a população que vivia em mocambos e alagados no Recife teve que se mobilizar diante das condições precárias de moradia, tanto no centro quanto nas periferias, lutando por equipamentos urbanos básicos e pelo direito à posse da terra. Essas demandas foram construídas através da participação popular, com a criação de associações de moradores, e ganharam força com o apoio dos sindicatos trabalhistas e partidos políticos de esquerda, principalmente o PCB.

No entanto, em 1937, devido a Lei Agamenon Magalhães, o registro eleitoral do PCB foi cassado. Com a sua capilarização prática e eleitoral de grande influência principalmente na periferia do Recife e as vitórias eleitorais durante 1940, o PCB inicia uma aliança política com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formando-se assim a Frente do Recife (CÉZAR, 1985). A Frente do Recife tinha um intuito de concorrer às eleições municipais de 1955 contra os partidos de maior destaque na política pernambucana, o Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), (SANTOS, 2008).

Liderada principalmente pelo PCB, PTB e PSB, a Frente do Recife se organizou sob a bandeira da defesa dos interesses populares, nacionalistas, desenvolvimentista e reformista, ganhando a maioria das eleições municipais e estaduais que disputara, por vezes se aliando a partidos menores e até antagônicos como o PSD. A Frente do Recife levou a representação popular das periferias para o governo, no entanto, ao fazer coligação com a UDN, formando as Oposições Unidas, resultado direto da parceria e eleição de Pelópidas Silveira para a Prefeitura do Recife em 1955, a Frente do Recife rompe com a ideia de continuidade. Contudo, não ignora as permanências existentes entre uma e outra formação (SANTOS, 2008).

A gestão de Pelópidas Silveira buscou “aproximar o Executivo Municipal da população do Recife, ao mesmo tempo em que resgatava junto às classes trabalhadoras possibilidades de participação popular num projeto democrático de gestão da coisa pública” (JACCOUD, 1990, p. 90). Mesmo com todo apoio da esquerda recifense e do Prefeito, as associações de bairro que surgiram estimuladas por Pelópidas sofreram forte repressão dos vereadores (JACCOUD, 1990, p. 91) e da perseguição política sofrida pelo PCB. Contudo, o objetivo emancipador dos bairros e apartidário estavam presentes.

Durante a nossa campanha eleitoral, preconizamos e incentivamos a criação, nos diferentes bairros, de associações apartidárias que traduzam os interesses desses núcleos de população. Preocupava-nos o divórcio sempre existente entre as administrações e as vastas camadas populares, deixando as primeiras sem uma visão de conjunto de nossa realidade e as segundas relegadas ao mais cruel desamparo (...). Abre-se, assim, uma nova era para o Recife, onde as camadas mais sofredoras do povo podem fazer ouvir a sua voz, junto aos responsáveis pela coisa pública, de forma organizada e sem os prejuízos dos sectarismos de partido ou de facções. (Diário oficial, 13 de março de 1956, apud PONTUAL, 2001, p. 202)

Pelópidas seguiu honrando os movimentos populares que auxiliaram na sua vitória. Durante seu mandato, promoveu audiências públicas no Teatro de Santa Isabel e diretamente nos bairros. Esta última proporcionava “um resultado mais eficaz, dada a possibilidade de constatação dos problemas no local” (PONTUAL, 2001).

O funcionamento dessas audiências públicas, geralmente, dava-se da seguinte forma: o governante Pelópidas Silveira com os diretores dos diversos Departamentos da Prefeitura e vereadores iam para o local previamente marcado no bairro, recebiam as reivindicações, as críticas, e forneciam as informações, cabendo a Pelópidas Silveira expor as linhas de ação, justificar as dificuldades de atendimento a todos os pleitos e relatos os fatos em evidência que envolviam seu governo. (PONTUAL, 2001, p.203)

As audiências eram marcadas previamente e aconteciam, preferivelmente nas bibliotecas populares, escolas, clubes locais, com o apoio dos moradores e

principalmente das associações de moradores (PONTUAL, 2001). Contudo, as associações de bairro sofreram nessa primeira fase, uma forte repressão do governo estadual, com invasões de suas sedes, detenções de liderança populares e cerceamento de suas manifestações. Esse movimento foi paralelo à repressão desencadeada pelo governo do general Cordeiro de Farias às hostes do PCB, chegando a desarticular várias de suas organizações, inclusive o Comitê Estadual do PCB, prendendo ou colocando na ilegalidade a maior parte de seus membros.

A gestão de Cid Sampaio (UDN) como governador do Estado entre os anos de 1959 a 1963, trouxe graves consequências aos comunistas dentro da Frente do Recife pois o governador não cumpriu a promessa de governar com a base eleitoral que o havia eleito. O PCB não possuía representação no Estado, apenas junto à Assessoria Sindical, que foi criada para intermediar os conflitos trabalhistas (JACCOUD, 1990).

Logo após a posse de Sampaio no governo estadual em 1959, o PCB lança o nome de Miguel Arraes, como candidato da Frente do Recife para a Prefeitura da Cidade do Recife (JACCOUD, 1990). Seguindo os passos e colhendo os frutos da gestão Pelópidas Silveira, Miguel Arraes venceu as eleições municipais de 1960, com base em comícios nos bairros periféricos e apoio popular de movimentos sociais, associações de moradores e sindicatos urbanos<sup>12</sup>.

A gestão popular de Arraes na Prefeitura ampliou a noção participativa do Estado e fez seu nome ecoar em todo o território pernambucano. A criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), visando a alfabetização de adultos, que logo ganhou a participação de artistas e intelectuais e “passou a atuar como amplo movimento de conscientização política e valorização da cultura popular, dentro de uma proposta de alfabetização” (JACCOUD, 1990, p. 97), também ajudou o nome de Miguel Arraes se tornar conhecido. Dessa forma, o PCB, PSB, PTB e PST então o apoiam para a candidatura ao Governo Estadual na eleição de 1963 e voltam a se articular como Frente do Recife, rompendo com a parceria com a UDN e Sid Sampaio.

Mais uma vez a influência do PCB foi fortemente necessária para a vitória, uma vez que mesmo com o apoio dos principais movimentos sociais, sindicatos urbanos, associação de moradores, ligas camponesas e movimento estudantil, o apoio à Miguel

---

<sup>12</sup> As associações de Moradores e Sindicatos urbanos do Recife lançaram o manifesto chamado “Proclamação aos trabalhadores”, assinado por 30 entidades, declarando-se solidário à candidatura de Arraes no governo municipal.

Arraes só era mais intenso onde o PCB configurava como maioria. A gestão de Arraes no Governo do Estado foi marcada pela grande mobilização dos movimentos sociais e das ações das classes dominantes, caracterizando seu curto mandato na “nova relação instituída entre governo-movimentos populares e governo-classes dominantes, com base na ideia do Estado mantenedor dos direitos e promotor do bem-estar social que se pretendia implantar” (JACCOUD, 1990, p. 102).

O PCB passou a ter maior influência política entre os movimentos sociais urbanos e rurais, devido ao enfraquecimento das ligas camponesas com as ramificações urbanas. O partido comunista passou a ter máximo apoio onde o projeto nacional-reformista vigorava e esse apoio se estendia ao governo estadual. Mesmo diante de todo o esforço em conciliar as classes trabalhadoras com as dominantes e a mediação e influência do PCB, o governo Arraes não conseguiu ter controle sobre o desdobramento das lutas sociais, principalmente na questão de organização de greves sindicais e com o posicionamento forte e independente das lideranças camponesas.

O agravamento dos conflitos, em especial os episódios de invasões de terra e embates jurídicos pela garantia da propriedade, a reprodução das greves fortemente combatidas e as ameaças de retaliação pelas classes proprietárias, que chegaram até ao boicote econômico como forma de materializar sua oposição ao governo, levaram-no a reforçar sua política de conciliação e mediação. (JACCOUD, 1990, p.104)

Diante dos conflitos entre as classes e das eleições municipais de 1963, a Frente do Recife, liderado ativamente pelo PCB, lança novamente Pelópidas Silveira para prefeitura do Recife. Com o governo abalado, Arraes participa ativamente da campanha do camarada. “Foi na realidade uma prova de força para as correntes, cada vez mais definidas, em embate político no estado” (JACCOUD, 1990, p.105). Pelópidas Silveira ganha a eleição com estreita vantagem de apenas 5 mil votos, num total de 189 mil votos válidos. Contudo, a Frente do Recife não consegue eleger seu candidato à vice. A gestão de Pelópidas durou apenas 3 meses, o avanço da conspiração civil-militar e de manifestações contra o prefeito e o governador Miguel Arraes encontraram nas marchas religiosas e femininas clima próspero para a perseguição política e econômica.

Em fevereiro, as classes empresariais chegaram a decretar um lockout, ápice do processo de resistência à política desenvolvida por Arraes e ao avanço da mobilização popular no estado. Paralelamente, os meios de comunicação aderiram integralmente à campanha de detratção do governador. Sem resistência, esses movimentos ganharam espaço e, com o 31 de março de 1964, vieram a imperar sem dificuldades. (JACCOUD, 1990, p. 105)

Com o início do regime militar, a oposição aos governantes da Frente do Recife se intensificou e mesmo com o caráter resistente dos movimentos sociais onde o PCB era atuante e com pedidos de armas para fortalecer a resistência no Estado, não parou a repressão militar no Estado. A desmobilização rápida dos movimentos populares veio através de leis que colocaram os partidos na ilegalidade e no encarceramento de líderes e participantes.

Abarrotadas, as prisões de líderes sindicais, populares e partidários, desmontada a estrutura organizativa dos movimentos sociais do estado, desestruturados a Frente do Recife, o Partido Socialista e o Partido Comunista; cassados os mandatos de deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores, aliados ou representantes das forças políticas então derrotadas, não restaram até muitas trincheiras o posicionadas em Pernambuco. No entanto, sob o rigor da repressão política e social, escondia-se uma lógica de desmobilização e um processo de resistência. (JACCOUD, 1990, p.144)

Apesar da forte repressão política e social, que resultou em prisões, assassinatos e exílios de integrantes e líderes do PCB, este partido não deixou de participar da resistência popular em Recife. Para isso, se organizaram dentro de algumas associações de bairro e sindicatos que não foram fechados, e voltaram-se para pautas locais e nacionais de cunho urbano e de libertação política. A forte liderança do PCB na Frente do Recife durante o regime militar, mesmo na ilegalidade, desenvolveu uma relação estreita entre a política eleitoral e os movimentos sociais recifenses. Isso se refletiu no período de lenta e gradual abertura política, que se estendeu do final da década de 1970 até o final do golpe militar em 1985, quando as células comunistas, os movimentos de bairro e as comunidades eclesiais de base tiveram influência na resistência popular em Recife.

### 2.3.3 *O Movimento de Bairro Recifense.*

As associações de moradores ou associações de bairro são integradas ao cotidiano dos bairros periféricos do Recife. As “associações visavam diretamente o Estado em busca de benfeitorias urbanas nos bairros e periferias da capital” (JACCOUD, 1990, p.54). Suas reivindicações eram locais, “práticas e imediatas”: estavam em pauta a moradia, os transportes e a infraestrutura urbana (JACCOUD, 1990, p.54). Em 1931, com a influência do PCB e da esquerda recifense, já se tinha o registro das primeiras associações de moradores, intituladas como Ligas, Sociedades beneficentes ou amigos de bairro.

Das sociedades criadas, talvez a mais antiga seja a “Liga Mista dos proprietários pobres da Vila São Miguel”, dos Afogados, que se instalou com personalidade jurídica em 1931 com 280 associados. Entretanto, ela existia desde 1929 com o nome de “Sociedade a Bem da Nossa Defesa”. Existem ainda, outras importantes, como a “Sociedade Defensora do Proprietários do Largo dos Pescadores”, na Estrada dos Remédios, fundada em setembro de 1948; a “Sociedade Defensora dos Proprietários da Ilha do Maruim”, a Associação Defensora de Brasília Teimosa”, fundada em 2 de março de 1952; a “Liga 21 de Abril”, localizada em Santo Amaro e tantas outras espalhadas por Olinda e Recife. (BEZERRA, 1965, p.41)

As associações de bairro surgiram inicialmente com o objetivo de proteger seus membros dos trâmites judiciais envolvendo suas casas e mocambos, como foi o caso da Liga de Proprietários da Vila São Miguel, cujo objetivo central era "congregar debaixo de uma bandeira, sem distinção de cor, nacionalidade ou credo político ou religioso, todos os proprietários pobres da Vila São Miguel" (CÉZAR, 1958, p. 161). Com o tempo, a população urbana de Recife começou a exigir mais espaço e voz política à medida que o Estado politizava o espaço urbano através de ações de intervenção no uso do solo e propostas para áreas urbanizadas. Para Maria do Céu César (1985), as organizações populares, como as associações de bairro e as ligas de moradores, foram criadas para garantir a ocupação de alagados e morros e reivindicar serviços de infraestrutura e equipamentos coletivos, tais como água, luz, esgoto, transporte, entre outros. Dessa forma, as classes populares urbanas começaram a demandar mais espaço de participação política.

Diante da influência do PCB nas articulações populares e associações de moradores, o papel de liderança na Frente do Recife foi determinante para as vitórias da articulação, o que ocasionou o fortalecimento dos movimentos de bairro principalmente na gestão de 1955 a 1960 do Prefeito Pelópidas Silveira (PSD/Frente do Recife).

Pelópidas teve um forte respaldo de organizações sindicais em sua campanha. Para obter o apoio popular dos bairros periféricos, morros e alagados do Recife, ele procurou estimular a formação de organizações de moradores, conhecidas como associações de bairro. A Frente do Recife tinha como objetivo incorporar um caráter popular à sua campanha, propondo a participação da população para a solução dos problemas principais (JACCOUD, 1990, p. 89).

Uma das metas da gestão de Pelópidas era estimular a formação das associações de bairro, e a Prefeitura preparou um modelo de estatuto para orientar sua organização nos bairros. As associações de bairro começaram a proliferar no

Recife, estimuladas pela "pregação" realizada durante a campanha eleitoral, pela atuação do PCB em bairros mais populares, particularmente onde já existiam células comunistas do Partido ou um trabalho de organização popular (JACCOUD, 1990, p. 55).

Em muitos casos, as associações tiveram suas reivindicações atendidas, mostrando a força popular quando organizada, unida e bem estruturada, como nos exemplos de Casa Amarela e do bairro do Pina. O jornal Folha do Povo de 21-02-1958 destaca as obras estruturais realizadas no bairro e a inauguração de uma escola, uma reivindicação dos moradores (JACCOUD, 1990, p. 90).

Portanto, a gestão de Pelópidas buscou o apoio popular para solucionar os problemas enfrentados pela população dos bairros periféricos do Recife. Com o estímulo à formação das associações de bairro, a população organizada e unida teve suas reivindicações atendidas em muitos casos, mostrando a importância da participação e da pressão popular para a melhoria das condições de vida nas periferias da cidade.

A influência das associações de moradores se alastrava pela cidade de tal forma que no mês de março de 1959, seis associações de bairro foram criadas e nos atos de inauguração, o nome de Miguel Arraes (PSD/Frente do Recife) era ecoado como o próximo prefeito da cidade. Segundo César (1985), a importância da gestão participativa de Pelópidas Silveira e a ação do PCB são analisadas como determinantes na criação e organização das associações de moradores.

É incontestável que as associações de bairro não surgiram espontaneamente. Está patente a ação de Pelópidas Silveira e da Frente do Recife, em especial do PC. A própria prefeitura do Recife se encarregou de fornecer um modelo de estatuto e era grande estimuladora do movimento. Apesar disso a Prefeitura nunca arrogou a si a tarefa de indicar diretorias, que eram eleitas pelos moradores. (CÉZAR, 1985, p. 163).

O apoio popular vindo da boa relação entre Pelópidas, PCB e o movimento de bairro foi tão significativo para o candidato do PSD que seu comício de candidatura foi chamado por "dezenas de associações de moradores". As ações populares do PCB e a atuação político partidária na Frente do Recife, com a vitória de Miguel Arraes no pleito municipal de 1959, maximizaram o caráter reivindicativo e participativo dos movimentos de bairro. Diante de todas as vitórias populares e do crescimento vertiginoso das associações de moradores do Recife se estendendo ao longo do

território pernambucano, é criada a Federação das Associações dos Bairros do Estado de Pernambuco (FABEP), com o apoio do Conselho Sindical (CONSINTRA), Conselho de Administração das Ligas Camponesas, União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), Federação dos Servidores Públicos e associações de bairro.

Aproveitando a boa relação entre o PCB, a Frente do Recife, e o governo municipal e estadual, o então governador Miguel Arraes, promoveu a extensão da participação das associações de moradores e movimentos de bairro por todo o estado. Segundo os estatutos da FABEP, aprovado em assembleia pelas entidades a ela filiadas, os seus objetivos são:

Criar, instalar ou defender (...) associações reivindicativas de legítimos interesses coletivos e nacionalistas. - Organizar e instalar a Associação de Foreiros do Recife. - Reunir assembleia das associações integrantes desta Federação para debater problemas comuns de reforma agrária e urbana, regulamentação da remessa de lucros para o exterior, nacionalização de bancos e empresas estrangeiras, planejamento urbanístico, abastecimento de gêneros alimentícios e de água, defesa da fauna e das reservas florestais e minerais, defesa da indústria nacional, habitação, transporte, bem-estar, saúde, educação, alfabetização e ensino técnico-profissional. (CÉZAR, 1965, p. 170).

Desde sua criação e com base em seu estatuto, a FABEP se mostrou fortemente ligada ao PCB e defensora da Frente do Recife (CÉZAR, 1965). Prova dessa relação é a sua principal iniciativa, o I Encontro de Associações de Bairro.

Uma das principais iniciativas da FABEP foi o I Encontro de Associações de Bairro, o que resultou em uma Carta de Reivindicações ao Prefeito Pelópidas Silveira e ao Governador Miguel Arraes, onde são abordadas questões atinentes a: saúde, abastecimento de gêneros alimentícios, água, transporte, saneamento e habitação. Houve também várias reivindicações no sentido de uma maior participação popular nas decisões políticas. (Jornal da Hora, 7 a 13 de dezembro de 1963 apud CEZAR, 1985, p. 172).

A criação da FABEP foi um forte impulsionador das ações dos movimentos sociais na capital pernambucana. Entre elas, várias frentes por equipamentos urbanos e regularização fundiária foram criadas pelo o Estado. Como o Encontro Metropolitano de Habitação que aconteceu na Avenida Conde da Boa Vista e contou com a participação dos moradores de Casa Amarela no ano de 1980.

**Figura 1 – Passeata do Encontro Metropolitano de Habitação na Conde da Boa Vista, Recife - PE.**



Fonte: Acervo, ETAPAS.

Mesmo com a forte organização dos moradores na periferia do Recife, durante o golpe militar de 1964 as associações de bairro e as ações participativas passaram por um longo caminho de violência, perseguição e repressão.

De acordo com Jacoud (1990), a organização dos movimentos de bairro durante a ditadura civil-militar no Brasil era baseada principalmente no centralismo da liderança, que orientava as ações políticas dos moradores. Apesar disso, as lideranças das associações e partidos políticos acabaram sendo perseguidas e presas, exiladas ou assassinadas pelo regime militar. No entanto, as associações de moradores e partidos como o PCB continuaram funcionando, mantendo a questão democrática e da participação popular durante a ditadura militar, pois as necessidades dos bairros e dos moradores continuavam presentes.

Com o fim da ditadura militar, os moradores, as associações de moradores, movimentos de bairro e partidos políticos, incluindo o PCB, voltaram a se organizar ativamente e protagonizaram novamente a participação popular organizada na cidade do Recife.

### **3 CASA AMARELA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Neste capítulo será abordado como se deu a ocupação dos morros de Casa Amarela, em duas etapas, sendo a colonial e a feita na década de 1930. O objetivo é analisar os possíveis fatores que reuniram os moradores e que os motivaram a se organizarem enquanto um movimento social. Busca-se também analisar a forma dessa organização, suas principais reivindicações e quais foram as conquistas. No final do capítulo, levando em consideração o atual bairro de Casa Amarela, é realizada uma análise tendo como base os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) obtidos a partir de sua pesquisa de domicílio feita em 2010.

#### **3.1 A OCUPAÇÃO DOS MORROS E O INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE BAIRRO E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES.**

Sobre a ocupação do bairro de Casa Amarela, as primeiras fontes históricas sobre a povoação do Arraial remontam ao ano de 1630, onde a população se refugiou nos arredores do Arraial do Velho Bom Jesus fugindo da invasão holandesa (COSTA, 2001). Em 1635, com a rendição do forte devido à falta de alimentação e material bélico para combater o inimigo, os moradores voltaram para suas casas onde foram reerguidas.

No final do século XVIII, com a extinção dos engenhos Casa Forte e Monteiro, comerciantes passaram a se instalar na região que era então considerada o "interior". Na época, pessoas endinheiradas frequentavam a região para se recuperarem de doenças, aproveitando os bons ventos proporcionados pela elevação em relação ao nível do mar. Foi nesse contexto que o comendador Joaquim dos Santos Oliveira, que se curou de tuberculose na região, construiu uma casa próxima ao Arraial (atual Sítio da Trindade) e a pintou de ocre, tornando-a uma referência na região. A partir desse momento, a localidade passou a ser conhecida como Casa Amarela.

A história do bairro de Casa Amarela durante o século XIX ainda é pouco conhecida, deixando uma lacuna na historiografia. No entanto, de acordo com Morisson (1989), existem registros de ramais de maxambomba em 1871, a inauguração da Estação Ferroviária do Arraial em 1881 (conforme o Guia Geral de 1960) e a instalação de estações terminais de ônibus elétrico, conhecido como "trollebus", em 1917. A construção desses modos de transporte sugere que já havia

uma densidade demográfica suficiente em Casa Amarela para justificar a necessidade de transporte coletivo.

No início do século XX, a ocupação dos morros de Casa Amarela se intensificou devido à crise econômica e ao êxodo rural, com trabalhadores vindos da zona da mata pernambucana em busca de emprego na capital (PONTUAL, 2001). Além disso, a população que havia sido "liberta" da escravidão em 1888, também contribuiu para o crescimento da região. Nos anos 1930, as políticas higienistas do governo estadual e municipal buscaram solucionar o "problema do mocambo" na capital, o que pode ter atraído mais moradores para Casa Amarela.

No entanto, alguns movimentos de moradores começaram a se organizar como associação após a expulsão dos mocambeiros de suas casas no centro do Recife e a chegada desses moradores em áreas periféricas da cidade. Um exemplo disso são as primeiras ações reivindicativas por moradia no bairro de Casa Amarela, na zona norte do Recife.

A ocupação dos morros da zona norte recifense se deu a partir da crise econômica – em função da migração da zona da mata para o centro no início do século XX – e da política higienista durante a Intervenção de Agamenon Magalhães no período do Estado Novo, o que agravou as ações do Estado na erradicação dos mocambos anos depois, conforme explicitado no item 2.3.1.

Ao longo da década de 1950, ocorreu maior concentração em torno do mercado público e o espraiamento de uma ocupação sem alinhamento e sem regularidade, característica de mocambos, subindo o Morro da Conceição, Alto José do Pinho, Alto José Bonifácio, Alto do Mandu, Alto da Esperança e Alto da Favela, e descendo pelos córregos do Euclides, Zeca Tatu, Saudade e Zé Grande. O bairro de Casa Amarela apresentava, no ano de 1960, 114,97 hab./ha. – a mais alta densidade da cidade”. (PONTUAL, 2001, p.49)

A densidade habitacional do bairro e a carência de infraestrutura, fez com que as lutas por equipamentos urbanos em Casa Amarela se tornassem uma realidade. As primeiras ações foram iniciadas a partir do encontro de mulheres chefes de família que enfrentavam dificuldades em ter uma renda, pois não havia creches na região para deixar seus filhos e apoiá-las a ter atividade remunerada para si e para seus maridos.

Elas também reivindicavam postos de saúde, iluminação pública e a posse da moradia. Durante a década de 1960, a alternativa que as moradoras e mães de Casa

Amarela encontraram para pressionar a prefeitura em troca de serviços de infraestrutura como recapeamento de ruas, projetos de escoamento de esgoto, iluminação pública e implementação de áreas de lazer e estudo para as crianças e jovens, foi caminhar pelos morros em troca de assinaturas para um abaixo-assinado com objetivo de ter suas pautas atendidas. Em entrevista para o Departamento de Memória da Federação das Associações de Casa Amarela, uma das precursoras desse movimento, a moradora Antônia, conhecida na comunidade como Tôta, oferece em detalhes como se dava o trabalho de ação e pressão para reivindicar os equipamentos urbanos básicos, como no caso da organização para a iluminação.

Aí a gente, né? Tome abaixo assinado, tome abaixo assinado. Aí, quando ele cismou (o Prefeito Geraldo Magalhães), deu. Cheguei lá fora, aí ele disse: Essa mulher perturba muito! A senhora perturba muito! Eu digo: eu perturbo porque meus filhos tão tudo lá no escuro, dentro da lama. Além de estar na lama, no escuro. Aí ele olhou... vá simhora que amanhã esse poste chega lá. E chegou mesmo! (DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA, 1988, p. 13, grifos do autor)

Durante sua entrevista, é possível observar que para se conseguir os postes, era preciso estrutura no terreno, para se conseguir essa estrutura, era necessário a construção de um canal na área. Dessa forma, suas mobilizações giravam em torno do que se precisava para melhorar a vida das famílias e a necessidade da área. Dessa vez, a luta foi pela construção de um canal capaz de abastecer as comunidades de morro com água encanada:

Terminou a luta da luz, né? Aí agora vamo amolar pra botar água. Aí fomos andar pra água. Andemo... sei que foi vinte e dois abaixo assinados que a gente botou pra entrar água. Quando chegava lá, eles diziam: Ah! Não. Lá não pode passar cano não, não, aquele canal podre. Não pode! [...]Aí quando foi com 22 abaixo assinado, aí O rapaz disse assim: ou de Dona Maria a senhora tá abusando muito aqui, amanhã a gente vai levar encanação. Aí quando foi no outro dia, chegou uma caminhonete cheia de homem. Com um bocado de coisa na canga. Eu digo: Olha aí, tá vendo interrogação o negócio tá melhorando. [...] Buriti não tinha água, Massaranduba também não tinha água [...] Nem propriamente a fábrica tinha água, o que eles tinham era um cano no tanque que botava água e ligava o cano mestre direto de Sítio Grande. Mas agora todos tinham água, canal da Macaxeira, Buriti, Massaranduba, e até o povo da fábrica da Macaxeira. (DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA, 1988, p. 14 e 15)

No entanto, as soluções pontuais decorrentes das reivindicações das mobilizações sociais do bairro produziam resultados imediatos para problemas específicos, mas a questão central era quando a prefeitura iria desenvolver um projeto

capaz de promover a integração e a implementação de todos os equipamentos urbanos necessários para a zona norte. Nesse sentido, os moradores precisavam se adaptar à falta de planejamento da gestão, como no caso do aterramento e adaptação das casas em relação ao canal, realizados pelos próprios moradores que não aguentavam mais as inundações após as chuvas. A alternativa entre esperar o poder municipal realizar alguma ação de reparo no nível do canal e das casas e a efetiva ação da comunidade fez com que Antônia e os demais moradores se mobilizassem eles próprios para frear os problemas em que se encontravam.

Aí, quando foi um dia, eu digo: que é que esses homens estão fazendo aqui? Vão ajuntar esses homens que tem e vamos tirar esse canal daqui, botar para o lado de lá, para entrada, porque o canal ficava lá. Porque o pensamento era fazer o que fizeram, no caso da prefeitura: aterrar aquele lado de lá para os grandões, para os grandão morar né (área da estrada do Arraial e arredores)? Aí peguei... nesse tempo, eu andei, arrumei ainda 10 mil conto de réis. Foi muita cachaça. Comprei miolo e cachaça! Fiz um bocado de cozido lá numa panela! Os homens se danava a cavar o canal, menino, mas que... quando foi de duas horas da tarde o canal tava rompido para o lado de lá aí eu digo: agora tá tudo bom, não vai mais entrar água nas nossas casinhas. (DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA, 1988, p. 15[IL1] )

À medida que as reivindicações populares se transformavam em projetos realizados pela Prefeitura, os próprios moradores notaram que a barreira do silêncio entre eles estava sendo rompida. A relação com a Autarquia de Urbanização do Recife (URB) e com as gestões estiveram presentes nas movimentações do movimento de moradores de Casa Amarela. Antônia relata que ouvia no rádio a agenda do Prefeito Gustavo Krause e organizava o movimento para entregar seus abaixo-assinados com as cobranças dos moradores. “[...] eu vi danado na rádio: Gustavo Krause vai dar o terreno da união para os jogadores. Eu digo: é hoje que eu vou pegar aquele homem” (DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA, 1988, p. 16 e 17). Nesse sentido de buscar a palavra do Prefeito, Antônia, aproveitando a oportunidade do diálogo direto, marcava o dia da visita do Prefeito na comunidade, buscando a resolução dos problemas da comunidade. “O senhor vai assinar esse papel aqui como o senhor vai se apresentar lá, o senhor sabe quanto é do mês hoje? Ele disse: hoje é cinco. Depois o senhor vai dizer que no dia dez o senhor vai lá” (DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA, 1988, p. 17). Na ocasião da visita de Gustavo Krause nos morros de Casa Amarela, se fez presente o tema da multa e da presença

do fiscal cobrando um valor pela modificação das construções realizadas nos terrenos, que vale salientar, os moradores não possuíam documentos de compra, venda ou aluguel.

Porque aqui tudo é pobre, tudo tá morando em casinha de tapada de papelão, de pedaço de zinco e todo esse povo vai dar melhoramento nas suas casas, e, se o fiscal tá em cima da gente pra pagar multa, com que vai se pagar a multa se numa casa... num mocambo de palha de coco, com que vai se pagar a multa? Então o senhor vai tirar eles pra que o pessoal possa fazer um melhoramento nas suas casas... Aí ele tirou. (DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA, 1988, p. 20 e 21).

O diálogo constante entre os moradores moldou as principais pautas de suas reivindicações, apresentando alternativas viáveis para a implementação dos projetos. Um exemplo disso foi o calçamento para viabilização do canal da Macaxeira. Antônia relata que houve desentendimentos, pois para existir uma calçada, seria necessário ter margem e essa margem teria que vir dos terrenos das próprias casas que margeiam o canal:

"Começou o calçamento, né? [...] houve uma briga lá embaixo, pois ninguém queria ceder pedaço de terra para o calçamento. Passava-se por uma confusão medonha, mas mesmo assim, entrando em becos e saindo, ainda fizeram o calçamento" (DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA, 1988, p. 20 e 21).

Como o desejo de concretizar a necessidade era maior do que as questões internas, a comunidade entrou em diálogo, assumindo um papel que muitas vezes era da Prefeitura e das secretarias que se dividiam entre gestão da cidade e o sistema autoritário durante a ditadura militar.

Durante a década de 1950, a participação popular na política do Recife foi bastante incentivada pelos comunistas e disseminada pela Frente do Recife. No mandato de Pelópidas Silveira na Prefeitura do Recife, entre os anos de 1955 a 1969, os movimentos sociais urbanos e os movimentos de moradores do Recife tiveram uma relação de cooperação com prefeitura.

Na gestão de Pelópidas, existiram duas maneiras da população de se reportar diretamente com o prefeito e seus assessores, eram elas as audiências públicas nas comunidades ou no Teatro Santa Isabel no centro do Recife. Essas audiências públicas contavam com grande comoção popular, uma vez em que o povo falava de suas necessidades diretamente com os prefeitos, ou com quem poderia resolver. O alvorecer das associações de moradores estava em fluxo contínuo e em Casa Amarela não era diferente.

A sociedade beneficente mista de Casa Amarela já tinha sido fundada em 1931, com objetivo de "assistir Associados e familiares nos casos de enfermidade e morte do bairro". Em 1946 foi criada a Associação dos Moradores de Casa Amarela, visando assistir os moradores em suas necessidades ligadas ao oferecimento de equipamentos urbanos públicos na região.

As entidades populares localizadas nas áreas periféricas da Zona Norte Recife tiveram na gestão participativa de Pelópidas Silveira, vitórias ligadas diretamente às suas reivindicações e necessidades locais. Como por exemplo pode ser citado: a pavimentação da Avenida Norte, da Rua da Aurora até a Estrada de Água Fria, interligando várias comunidades da zona norte ao centro recifense, contribuindo também para o descongestionamento do tráfego no centro da cidade; com a abertura da Avenida Canal, entre Avenida João de Barros e Parque Amorim, muitos moradores foram morar em Casa Amarela. Durante a gestão, também foram realizadas as sinalizações dos pontos de paradas da Encruzilhada, a canalização do Córrego do Bartolomeu, e o canal do malaco em Casa Amarela (PONTUAL, 2001).

A cooperação não era apenas entre os movimentos de bairro e a Prefeitura, programas criados em gestões anteriores também foram utilizados para maior assistência da população de baixa renda, como o Serviço Social Contra o Mocambo (já na sua fase enquanto autarquia e sem os aparatos repressivos da Intervenção de Agamenon Magalhães vistos anteriormente). Pelópidas Silveira entrou em acordo com o órgão para auxiliar na retirada dos mocambos de forma mais humanizada, além de ceder 10 funcionários da Prefeitura para tratar das questões burocráticas, como por exemplo, o financiamento da indenização recebida pelas famílias na ocasião da remoção, para que fossem viabilizadas as construções do Parque Amorim e da Avenida Norte. Nesta altura, o movimento de bairro de Casa Amarela já possuía vitórias e conquistas a partir de suas reivindicações e se constituiu, cada vez mais, como exemplo para os demais movimentos da Periferia do Recife.

Cabe destacar que, no Recife, o movimento de bairro tem como metodologia de ação a participação, conscientização, organização, e transformação social e territorial dos seus bairros. Esse compromisso com as pautas comunitárias locais atraíram o interesse dos prefeitos da cidade, pois como explicitado na seção anterior, as camadas populares organizadas do Recife conseguiam não apenas interferir no jogo eleitoral pernambucano, elas conseguiram, em muitas ocasiões, virar o jogo a seu favor.

Ciente da força da população organizada, o então Prefeito Gustavo Krause, nomeado pelo Governador Marco Maciel, em 1979, se antecipa e já em seu discurso de posse, enaltece não apenas a organização popular; ele declara que "o governo se fará da cidade para prefeitura e não da prefeitura para Cidade, o povo é fonte de poder e o governo instrumento de sua vontade".

É meu compromisso buscar melhoria da qualidade de vida, principalmente das populações de baixa renda, porque o bem comum é o fim maior do exercício do Poder e a sua realização implica em atender a todos em relação de suas necessidades. O homem é a medida de todas as coisas e o social, a medida de todas as prioridades. É meu compromisso mobilizar todos os homens da cidade do Recife para a edificação de obra comum, porque o artesanato do bem-estar não é tarefa exclusiva do governo e a Democracia pressupõe a participação coletiva tanto pelo Direito de pensar como pela obrigação de fazer. Creio no homem como ser individual; tenho esperança no homem como ser político. É meu compromisso que o povo não me fará pedidos porque me anteciparei de sua vontade. Subirei morros, visitarei palafitas, percorrerei Avenidas, beberei conhecimentos na intuição Popular, aprenderei a sabedoria de vivência feita: o governo se fará da cidade para prefeitura e não da prefeitura para a cidade. O povo é fonte do poder e o governo instrumento da sua vontade" (trecho do discurso de posse do Prefeito Gustavo Krause extraído do documento da prefeitura da cidade do Recife Secretaria de planejamento e urbanismo-sistema de ação Comunitária, apud, SILVA; AMORIM; MONTENEGRO, 1988, p, 17)

Gustavo Krause seguiu o projeto nacional chamado de "desenvolvimento com participação". Esse projeto visou adotar uma política mais efetiva de atendimento às reivindicações populares para dirigir as cidades diante do novo quadro urbano. Na gestão de Krause, as reivindicações populares foram antecipadas no plano de movimento do Recife que consistia em não apenas apresentar melhorias urbanas nas comunidades, mas de cortar gastos públicos:

"o conjunto das necessidades básicas das famílias que vivem em estado de pobreza absoluta é relativamente pequena. Assim o atendimento pode ser efetuado com o volume de recursos comparativamente menor ao que seria exigido para a construção de obras públicas de grande porte" (Prefeitura da Cidade do Recife. Plano Desenvolvimento. Recife, PCR, 1980, p. 26).

Alguns programas como "levantar a mão pelo seu bairro", "um por todos" e os núcleos de planejamento comunitário (NPC), conhecido como barracões foram criados nesta perspectiva.

Os barracões visavam o planejamento participativo, coordenado pela secretaria de planejamento urbano e tinha como objetivo coordenar o planejamento e execução da cidade para a população de baixa renda. Sua integração com as secretarias setoriais da prefeitura para as causas da comunidade garantiria o estímulo à formação

de grupos representativos dos interesses coletivos das Comunidades através de associação de moradores, estimulando o levantamento, a discussão e a hierarquização dos problemas e necessidades da comunidade sendo protagonizados pela própria comunidade em conjunto com a prefeitura. Nos espaços físicos dos barracões, eram desenvolvidas atividades sociais como emissão de documentos, assistência jurídica e médica, além de telecursos (Plano de desenvolvimento. Recife, PCR,1981).

É importante destacar que no Plano de Desenvolvimento do Recife, para a mobilização das comunidades, a prefeitura foi capaz de aglutinar e incentivar a formação e a organização legal de várias associações de moradores nas periferias do Recife. Contudo, essa relação com a prefeitura aponta um caráter maior de cooperação do que de reivindicação, característica marcante do movimento de bairro dos anos 1930-1940.

a comunidade participaria, ao lado da prefeitura, nas formas de identificação das carências sociais, de modo a indicar e eleger o conjunto de obras e serviços a serem prioritariamente realizados; da formulação dos programas, objetivando assegurar a idealização de soluções simples, compatíveis com estado desenvolvimento e o grau de aspiração das populações de cada área: na fase de execução das obras, visando propiciar ampliação das oportunidades de emprego através da incorporação das pessoas a programas intensivos de mão de obra e gestão dos equipamentos comunitários de modos a utilizá-los de forma mais coerente com os hábitos sociais de cada comunidade. (Prefeitura da Cidade do Recife, Sistemas de ações comunitárias, Programa de ação, 1981. Recife, PCR Secretaria de planejamento e urbanização, 1981. apud. SILVA; AMORIM; MONTENEGRO, 1988, p. 19)

A incorporação dos projetos da Prefeitura nas comunidades fez com que a prefeitura se antecipasse à reorganização da mobilização dos bairros populares no período de redemocratização e esses barracões evidenciavam o modus operandi da Prefeitura em relação às periferias populares de Recife.

Ao passo que os objetivos populares eram transformados em projetos realizados por parte da Prefeitura, os próprios moradores relatam que foi se rompendo os desafios do diálogo com a gestão, mesmo estando em pleno momento de perda de direitos, devido a ditadura militar. Outra expectativa de vida fora apresentada a eles (MONTENEGRO, 2013) e novas participações foram tomando forma, como o caso do movimento intitulado “Terras de Ninguém”.

O Movimento Terras de Ninguém (MTN) foi liderado por moradores de Casa Amarela devido ao aumento do foro, uma espécie de aluguel pelo uso das terras de

posse da Santa Casa de Misericórdia. O responsável pelo aumento, Rosa Borges, é figura conhecida entre os trabalhadores por se tratar de dono de grandes lotes de terra na região.

No final da década de 1960, os moradores se organizaram por meio do Terço dos homens e se apoiaram uns nos outros para o não pagamento do foro, uma vez que o valor aumentou não proporcionalmente ao salário dos moradores. Vendo o movimento da Igreja Católica com D. Hélder Câmara e a atuação sempre presente do PCB, por meio de células comunistas presentes na comunidade, os moradores se organizam maciçamente e o movimento ganhou o País.

Com a organização popular local ganhando força e participação, após 15 anos de luta constante com o objetivo de ter a posse da terra passou por várias fases, chegando ao fim em dezembro de 1980 quando o documento de desapropriação do terreno em favor dos moradores de Casa Amarela foi assinado.

A década de 1980 é marcada não apenas com a vitória pela luta da regularização da terra, mas com o fortalecimento dos movimentos de moradores organizados. Ainda em 1978, em plena concordância com outros bairros populares do Recife, os moradores de Casa Amarela se percebem inseridos em um forte movimento das associações, centros comunitários e conselhos, unidos a uma lenta e gradual abertura política.

É quando, devido ao forte movimento das associações articuladas com os centros comunitários e conselhos do bairro que, durante o processo de lutas, veio a necessidade de criar uma entidade que unisse, defendesse e fortalecesse os interesses comuns de todos os órgãos do Bairro. Foi criada assim, em 1982, a Federação das Associações, Conselhos e Centros Comunitários de Casa Amarela (FEACA), formada por associações de moradores, centros comunitários e conselhos de residentes.

### 3.2 FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES, CONSELHOS E CENTROS COMUNITÁRIOS DE CASA AMARELA – FEACA.

A FEACA tinha, como objetivo, trabalhar em três grandes pautas: i. o fornecimento dos equipamentos urbanos; ii. a regularização fundiária das casas da região e das obras de contenção das barreiras e iii. a criação dos departamentos de saúde, imprensa e memória com objetivos de resgatar a memória popular do bairro (Departamento de Memória de Casa Amarela, 1988).

Em 1982, Casa Amarela possuía 184.184 habitantes, “considerado como o maior bairro do Recife em termos de área e população, tendo os seus habitantes, em sua grande maioria, uma situação de baixa renda” (FERREIRA, 1991, p. 77). Em dados coletados pela Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS), o bairro possuía 25 áreas, sendo elas: Nova Descoberta, Guabiraba, Jardim Primavera, Alto do Reservatório, Alto da Telha, Alto do Carroceiro, Vila da Amizade, Córrego da Bica, Arca de Noé, Jenipapo, Canal da Macaxeira, Alto da Foice, Alto José do Pinho, Escailabi, Alto José Bonifácio, Córrego do Euclides, Córrego do José Grande, São Domingos Sávio, Morro da Conceição, Vasco da Gama, Alto 13 de Maio, Dois Irmãos, Apipucos, Alto do Mandu e Canal do Buriti (FERREIRA, 1991, p. 78 e 79).

Pela extensa área de atuação da FEACA, as reclamações chegavam até a Federação de diversas formas, seja formal através das identidades cadastradas ou por meio de reclamações de moradores. Segundo Ferreira (1991), dentre aqueles que faziam reclamações para a FEACA, 70% dos problemas giravam em torno de infraestrutura, como muros de arrimo, saneamento básico, pavimentação, iluminação pública, habitação, limpeza urbana, entre outros.

Os problemas mais graves giravam em torno da ameaça de queda de barreira, motivo de muita preocupação durante os tempos chuvosos na zona norte recifense. Além disso, problemas de canos quebrados e esgoto a céu aberto eram recorrentes (FERREIRA, 1991, p. 94). As principais atividades da FEACA eram de cunho reivindicativo, como a contenção de barreiras, legalização das casas, segurança, saúde, educação (figuras 2 e 3). Destacam-se aqui o trabalho da entidade no campo da alfabetização de Jovens e Adultos.

Figura 2 - Participação da FEACA em protesto, na década de 1980, pela reivindicação de obras ao Prefeito Joaquim Cavalcante.



Fonte: Acervo, ETAPAS.

Figura 3 - Manchete do Jornal Folha dos Bairros de 1999: "Entre morros e mortes".



Fonte: Acervo, ETAPAS.

As principais vitórias da FEACA, para a maioria de seus associados, foram pela pavimentação de ruas, abastecimento de água encanada, muros de arrimo, construção de escadarias e canaletas, iluminação pública, colégios públicos e instalação de creches, sede das associações, postos de saúde e regularização de terras (FERREIRA, 1991, p. 101 e 102).

A organização entre comunidades resulta na percepção de identidade de sujeitos dotados de direitos, onde o sentimento de pertencimento local é um dos pilares desta construção de identidade. Foram inúmeras conquistas e suas pautas desenvolveram para além dos equipamentos urbanos iniciais:

bibliotecas, maracatus, teatros populares, grupos musicais, botecos, clubes e torneios de futebol e outras agremiações esportivas, escolas de samba, cursos e oficinas, artes plásticas, medicina preventiva, mutirões, televisões e rádios comunitárias, clubes de mães, de jovens, além das próprias Associações de Moradores (LUNA, 2014, p.90)

Espaço de luta e afetividade, Casa Amarela se configurou como um reduto político e participativo na Cidade do Recife. É neste contexto de ação prolongada das associações de moradores que Recife assiste um arrefecimento de suas atividades, notadamente, a partir de 1988, quando foi promulgada a Lei Municipal nº 14.452 de 1988, instituindo 12 Regiões Político Administrativas, agrupadas em zonas e com território demarcado, para fins de ordenação de trabalhos censitários. É dessa forma que o bairro de Casa Amarela perde grande parte de seu território e vivencia o arrefecimento de suas lutas populares.

### 3.3 A CONFIGURAÇÃO (NEM TÃO) ATUAL DO BAIRRO DE CASA AMARELA

#### 3.3.1 *Localização*

A Lei Municipal nº 14.452 de 1988 foi responsável por estabelecer a divisão do Recife em 12 Regiões Político Administrativas (RPA) e 6 zonas, trazendo uma reorganização territorial que resultou nos atuais 94 bairros da cidade. Casa Amarela, por exemplo, foi enquadrada na RPA 05, Microrregião 3.1, zona norte, a cerca de 6,50 quilômetros do Marco Zero da Cidade (figura 5). Essa RPA também abrange outros bairros como Pau Ferro, Guabiraba, Sítio dos Pintos, Dois Irmãos, Brejo da Guabiraba, Córrego do Jenipapo, Apipucos, Macaxeira, Nova Descoberta, Brejo de Beberibe, Alto do Mandu, Vasco da Gama, Alto José Bonifácio, Morro da Conceição, Alto José do Pinho e Mangabeira.

No entanto, atualmente, a legislação de ordenamento territorial vigente no Recife é a Lei Municipal nº 16.293 de 22/01/1997, que promoveu uma reformulação das RPA's, reduzindo-as para 6. Essa nova organização territorial visou facilitar a gestão e o planejamento urbano da cidade, além da instalação de unidades desconcentradas de gestão.

Nessa nova configuração, Casa Amarela faz parte da RPA 3, integrando a microrregião 3.1, juntamente com bairros como Aflitos, Alto do Mandú, Sítio Grande, Apipucos, Casa Amarela, Casa Forte, Derby, Dois Irmãos, Espinheiro, Graças, Jaqueira, Monteiro, Parnamirim, Poço, Santana, Tamarineira, Sítio dos Pintos e São Brás. Já a microrregião 3.2 inclui bairros como Alto José Bonifácio, Alto José do Pinho, Mangabeira, Morro da Conceição e Vasco da Gama. Por fim, a microrregião 3.3 engloba Brejo da Guabiraba, Brejo do Beberibe, Córrego do Jenipapo, Guabiraba, Macaxeira, Nova Descoberta, Passarinho e Pau Ferro.

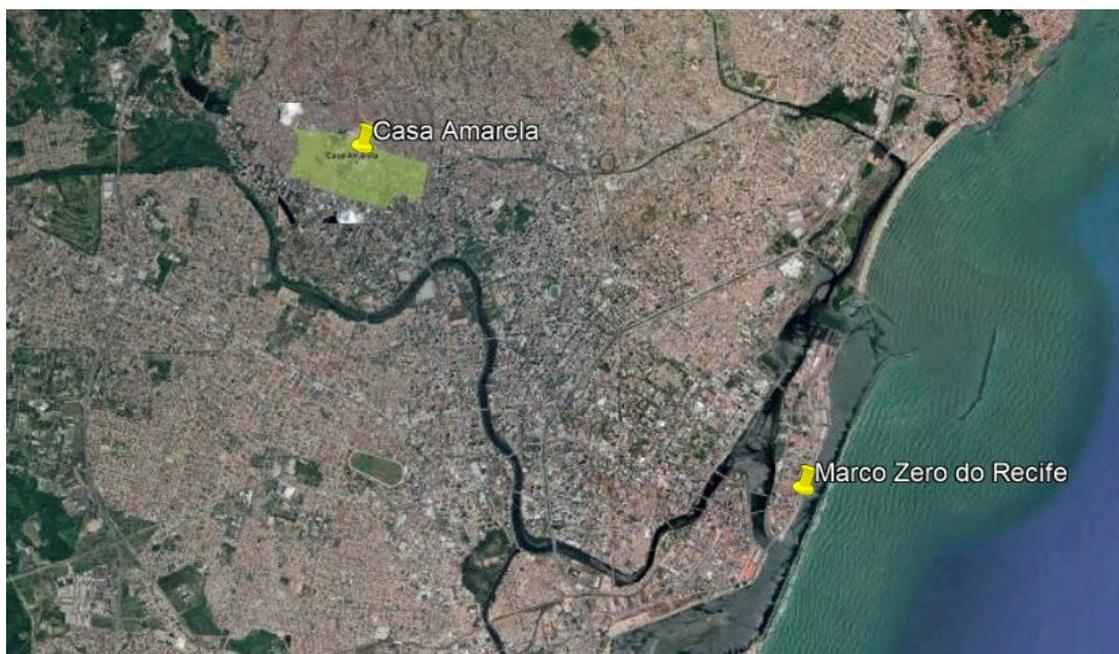
Com 1,88 quilômetros quadrados de área, as principais vias de acesso para o bairro de Casa Amarela se dão pela Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar e pela Estrada do Encanamento. Casa Amarela perdeu seu conjunto urbano (figura 4) e as comunidades populosas que deram sua fama de bairro-cidade. Sendo assim, foram desmembrados de Casa Amarela e emancipados a bairros autônomos o Morro da Conceição, Alto José Bonifácio, Alto José do Pinho, Mangabeira, Macaxeira, Vasco da Gama e Nova Descoberta (GASPAR, 2003). Atualmente (figura 6), o bairro permaneceu apenas com um morro, o Alto Santa Izabel, sendo uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Figura 4 – Mapa de Bairros que faziam parte do conjunto de Casa Amarela até a Lei Municipal 14.452 de 1988.



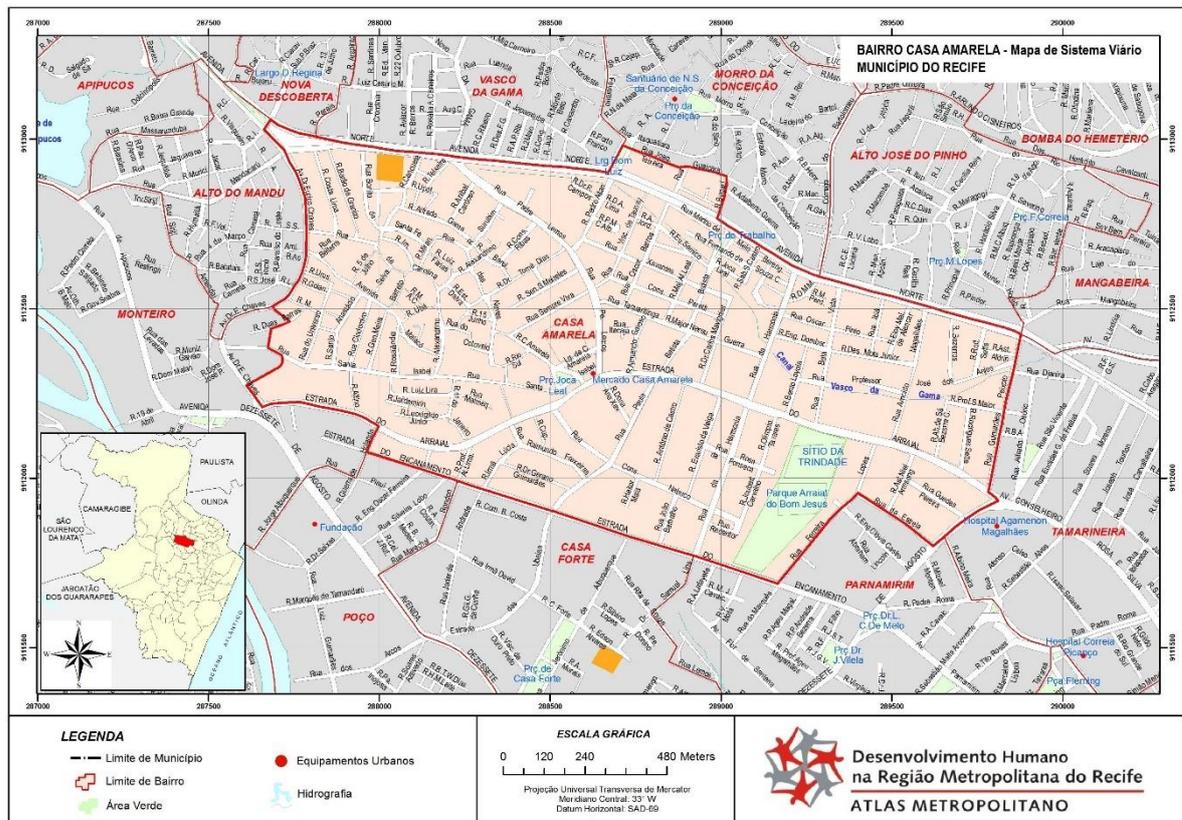
Fonte: ESIG, 2022. Elaborada pela autora.

Figura 5 - Localização de Casa Amarela em Relação ao Marco Zero do Recife, distância de 6,50 km.



Fonte: Google Earth, 2022. Elaborada pela autora.

Figura 6 - Mapa atual de Casa Amarela.



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.

Atualmente, o bairro de Casa Amarela é delimitado por uma série de ruas e avenidas. Começa no pontilhão da Avenida Norte sobre o canal da Avenida Professor José dos Anjos, atravessando o canal Vasco da Gama até a Rua Guimarães Peixoto. A partir dessa rua, faz uma curva à direita e cruza a Estrada do Arraial, seguindo em direção à Rua Desembargador Góes Cavalcanti, até chegar à Rua da Estrela. Em seguida, vira à direita para chegar à Rua Ferreira Lopes, onde vira à esquerda em direção à Estrada do Encanamento. Na continuação, vira à direita e segue até encontrar a Rua Guerra de Holanda, onde vira à direita novamente para alcançar o trecho final da Estrada do Arraial. Lá, vira à esquerda e segue em direção à Avenida Dr. Eurico Chaves, onde vira à direita e encontra a Rua Maracá. Vira à direita novamente e segue até chegar à Rua Santa Izabel, onde vira à esquerda e percorre um pequeno trecho dessa rua até atingir a Rua Piracanjuba. Vira à direita e continua até a Rua Iguatama, onde vira à esquerda e segue até retornar à Avenida Dr. Eurico Chaves. Na Avenida, vira à direita e segue na direção subúrbio-cidade até chegar ao Largo Dom Luiz, onde vira à esquerda e, em seguida, à direita novamente, passando

pela Rua Bugari até retornar à Avenida Norte. Na Avenida, vira à esquerda e continua até o pontilhão sobre o Canal da Avenida Professor João dos Anjos, ponto de partida. Essas vias delimitam as fronteiras do bairro de Casa Amarela e formam o bairro junto com os dados censitários que serão analisados a seguir.

### 3.3.2 População

Segundo o Censo 2010, realizado pelo IBGE, Casa Amarela possui uma população de 29.180 habitantes e 9.296 domicílios. Partindo sob uma análise dos bairros do seu entorno localizados na RPA 03 (tabela 1), Casa Amarela detém o quádruplo da população residente dos vizinhos nobres Casa Forte e Parnamirim com 6.750 e 7.636 habitantes, respectivamente, e mais que o dobro de suas antigas comunidades como Morro da Conceição, Alto José Bonifácio e Alto José do Pinho, na ordem, 10.182, 12.462 e 12.334 habitantes (IBGE, 2010).

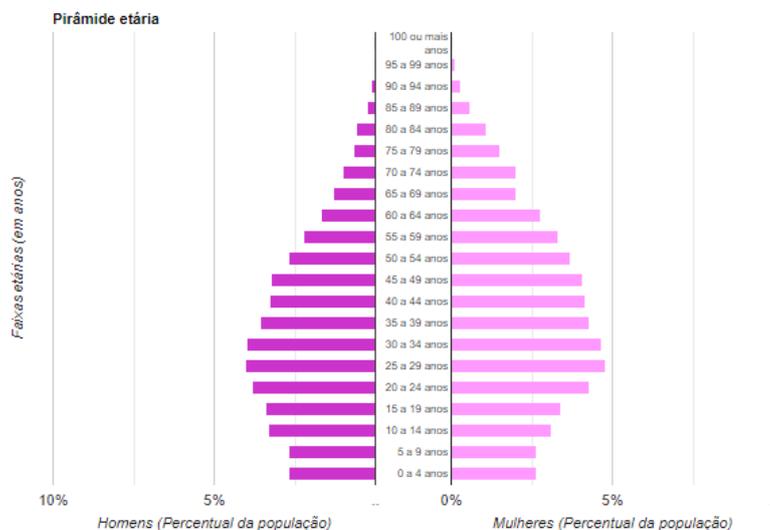
**Tabela 1 - População residente, por sexo do município de Recife e bairros do universo.**

Bairro e Município	Sexo	Total
Recife (PE)	Total	1537704
	Homens	709819
	Mulheres	827885
Casa Amarela	Total	29180
	Homens	12995
	Mulheres	16185
Alto José Bonifácio	Total	12462
	Homens	5863
	Mulheres	6599
Morro da Conceição	Total	10182
	Homens	4723
	Mulheres	5459
Alto José do Pinho	Total	12334
	Homens	5617
	Mulheres	6717
Parnamirim	Total	7636
	Homens	3408
	Mulheres	4228
Casa Forte	Total	6750
	Homens	3014
	Mulheres	3736

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.  
Elaborado pela autora, 2022.

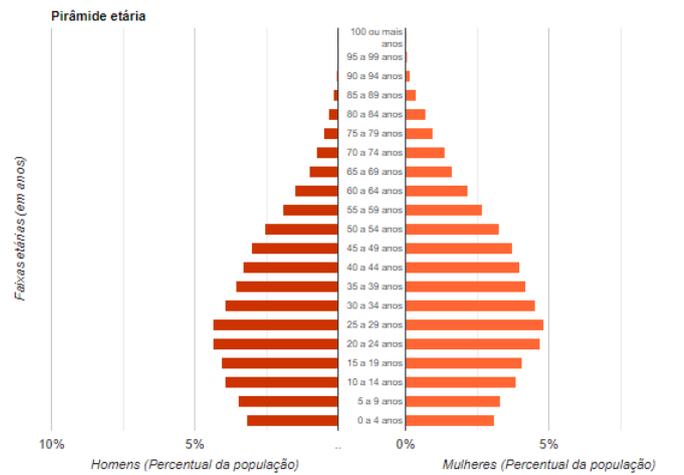
No que diz respeito aos dados populacionais separados por gênero, 55,47% da população é do sexo feminino, contabilizando 16.185 mulheres, em relação a 12.995 de homens. A mesma condição se aplica em relação à População Economicamente Ativa (PEA), que segundo o IBGE compreende a soma da população ocupada e desocupada com 16 anos ou mais de idade. As mulheres em idade economicamente ativa no bairro (entre 16 e 65 anos de idade) também é superior a de homens. No entanto, é interessante observar que a proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio é de 48,04% da população do bairro (Prefeitura da Cidade do Recife, Censo 2010). A estruturação etária (figuras 6 e 7) de Casa Amarela apresenta um alargamento entre as idades de 25 a 35 anos, como pode ser observado na figura 07.

**Figura 7 - Pirâmide Etária de Casa Amarela, 2010.**



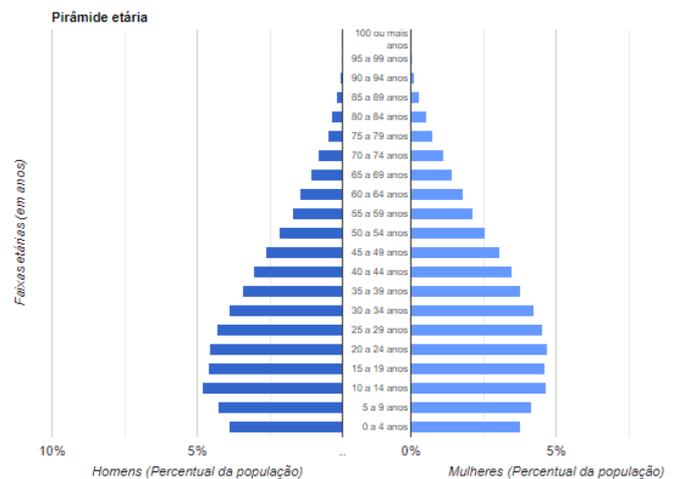
Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. Elaborado pela autora, 2022.

**Figura 8 - Pirâmide Etária do Município de Recife, 2010.**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. Elaborado pela autora, 2022.

**Figura 9 - Pirâmide Etária de Pernambuco, 2010.**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. Elaborado pela autora, 2022.

### 3.3.3 Domicílio e Infraestrutura Urbana

Casa Amarela possui 9.428 domicílios particulares e permanentes, divididos entre casa, apartamento e vila, e 100% da situação dos seus domicílios em área urbana. Do total de 9.296 domicílios particulares permanentes (Tabela 2), em torno de 69% dos domicílios são próprios, seguidos dos alugados e cedidos, com 26% e 3% respectivamente.

**Tabela 2 - Condição e Tipo de Domicílio.**

Condição de ocupação do domicílio	Tipo de domicílio			
	Total	Casa	Casa de vila ou em condomínio	Apartamento
Total	9296	5364	72	3833
Próprio	6468	3663	48	2747
Alugado	2444	1427	20	983
Cedido	353	258	3	91
Outra condição	31	16	1	12

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.  
Elaborada pela autora, 2022.

Com a análise das tabelas e apoio da Ortofoto de 2015, podemos analisar a localização de prédios (com destaque) e residências no bairro e considerar que a maior parte dos 9.296 domicílios de Casa Amarela são de residências próprias, localizadas em sua maioria ao longo do entorno do Mercado de Casa Amarela, ao longo da Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar e da ZEIS Alto Santo Izabel.

Com relação à infraestrutura urbana, a distribuição de água em Recife é feita pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), empresa que detém os serviços de saneamento público básico de Pernambuco. Em Casa Amarela (tabela 3), 7.626 (82%) domicílios são abastecidos por esta rede geral, enquanto 1.655 (17%) dos domicílios têm acesso à água por meio de poço ou nascente, dentro e fora da propriedade, 1 domicílio através de carro-pipa e 14 domicílios de outras maneiras (IBGE, 2010). O abastecimento de água é realizado através do Sistema de abastecimento de Tapacurá, que realiza a distribuição para demais cidades da Região Metropolitana do Recife, como Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe e São Lourenço da Mata.

**Tabela 3 - Abastecimento de Água**

Forma de abastecimento de água	Total
Rede geral	7626
Poço ou nascente na propriedade	1595
Poço ou nascente fora da propriedade	60
Carro-pipa	1

Água da chuva armazenada em cisterna	-
Água da chuva armazenada de outra forma	-
Outra	14

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. Elaborada pela autora, 2022.

O fornecimento de energia elétrica (tabela 4), tanto em Casa Amarela, quanto no Estado de Pernambuco, também, é realizado por uma empresa privada. A Neoenergia, empresa espanhola, possui concessão na rede elétrica de toda a Unidade da Federação. Observando o universo de Casa Amarela, 9.291 (99%) domicílios possuem energia elétrica, sendo 9.286 pela Neenergia, 8.863 (95%) com medidor exclusivo, 308 (3%) com medidor comum a mais de um domicílio e 10 domicílios que não informaram a fonte da rede elétrica ou não possuem (IBGE, 2010).

**Tabela 4 - Energia Elétrica.**

Existência de energia elétrica	
Tinham	9291
Tinham - de companhia distribuidora	9286
Tinham - de companhia distribuidora - com medidor	9171
Tinham - de companhia distribuidora - com medidor - de uso exclusivo	8863
Tinham - de companhia distribuidora - com medidor - comum a mais de um domicílio	308
Tinham - de outra fonte	5
Não tinham	5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. Elaborada pela autora, 2022.

A coleta de lixo doméstico em Recife é realizada pela Prefeitura da Cidade através da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (EMLURB) por meio de caminhões compactadores. Em Casa Amarela (tabela 5), o lixo coletado através desse serviço abrange 8.936 (96%) de domicílios, enquanto 353 (3%) residências precisam jogar seus lixos em caçambas localizadas no bairro e 3 domicílios descartam seu lixo jogando em terreno baldio ou queimando.

**Tabela 5 - Destino do Lixo.**

Bairro	Destino do lixo	Total
Casa Amarela - Recife (PE)	Coletado	9289
	Coletado por serviço de limpeza	8936
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	353
	Queimado (na propriedade)	1
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. Elaborada pela autora, 2022.

Em relação a existência de banheiro nas residências e esgotamento sanitário no bairro, 9.223 (99%) possuem banheiro exclusivo no domicílio (Tabela 6) e apenas 13 (0.13%) dos domicílios não possuem banheiro ou esgotamento sanitário.

Desta maneira, dos 9.269 domicílios particulares permanentes contabilizados no Censo 2010, 69% dos domicílios são próprios, sendo 82% com abastecimento ligado à rede geral de água e 99% com energia elétrica. Ao partir das análises das Tabelas, pode-se perceber ainda uma situação precária em relação à coleta de lixo e esgotamento sanitário, atingindo respectivamente 4% e 1% dos domicílios. Destaco que mesmo sendo em um número inferior de domicílios, questões como estas são de saúde pública e necessitam de planejamento da Prefeitura para que o problema não seja agravado e reverberar ainda mais na saúde da população.

**Tabela 6- Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário.**

Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário	Total
Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio	9223
Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio - rede geral de esgoto ou pluvial	6114
Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio - fossa séptica	1906
Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio - fossa rudimentar	1078
Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio - vala	53
Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio - outro	68
Tinham sanitário	60
Tinham sanitário - rede geral de esgoto ou pluvial	20
Tinham sanitário - fossa séptica	1
Tinham sanitário - fossa rudimentar	36
Tinham sanitário - vala	1
Tinham sanitário - outro escoadouro	2
Não tinham banheiro nem sanitário	13

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. Elaborada pela autora, 2022.

### 3.3.4 Educação

Com os setores de Educação divididos a Prefeitura da Cidade do Recife possui 3 creches em Casa Amarela, 4 Escolas Municipais e a Rede Estadual de Educação possui 10 Instituições de Ensino.

**Tabela 7 - Números de Alfabetizados por sexo**

Sexo	Alfabetização	
	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Homens	11818	394
Mulheres	14668	748

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. Elaborada pela autora, 2022.

A taxa de alfabetização (tabela 7) entre a população com 10 anos ou mais é de 25.126 (96,5%), sendo 11.140 (97,5%) homens e 14.016 (95,7%) mulheres. Destaca-se aqui, mais uma vez, que esses dados foram obtidos através da Pesquisa do Censo Demográfico realizada pelo IBGE em 2010. Atualmente, em virtude da Pandemia Mundial de Covid-19, o Governo do Estado de Pernambuco revelou uma evasão

escolar de 4,7%, resultando em quase 8 mil alunos, principalmente na Educação Fundamental e a Secretária de Educação do Recife, aponta uma evasão escolar alta que ainda não pôde ser contabilizada.

### 3.3.5 Renda

Quanto a renda da população de Casa Amarela, conforme Tabela 8, no total de 9.300 moradores com 10 anos ou mais, o rendimento nominal mensal por sexo revela que 2.041 (22%) mulheres que recebiam até 2 salários mínimos era superior a de homens 1.649 (17%). Contudo, com a análise de rendimento mensal superior a 2 salários, eram 2.905 (31%) homens e 1.777 (19%) mulheres. A disparidade entre gênero também é constatada no número de mulheres sem rendimento, chegando a 650 (7%) e o de homens 278 (3%). É importante salientar que os dados sobre os setores de renda correspondem aos valores utilizados durante a Pesquisa do Censo Demográfico em 2010, onde o valor do salário mínimo era de R \$510,00.

**Tabela 8 - Classe de rendimento nominal mensal por sexo**

Classes de rendimento nominal mensal	Sexo	
	Homens	Mulheres
Até 1/2 salário mínimo	59	159
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	770	1171
Mais de 1 a 2 salários mínimos	820	711
Mais de 2 a 5 salários mínimos	1043	846
Mais de 5 a 10 salários mínimos	893	588
Mais de 10 a 20 salários mínimos	645	254
Mais de 20 salários mínimos	324	89
Sem rendimento	278	650

Outro ponto importante para a análise são os dados da Tabela 9, onde encontram-se os números do valor do rendimento nominal médio mensal e mediano mensal, das pessoas de 10 anos ou mais com a variável de cor, raça e sexo, mostrando o gênero masculino liderando com os melhores salários sendo que os homens brancos recebiam em torno de R\$ 1.000 a mais do que mulheres brancas e o triplo que homens negros e o dobro que homens indígenas. No caso das mulheres brancas, recebem quase o dobro que as mulheres negras e o triplo das mulheres indígenas.

**Tabela 9 - Rendimento nominal mensal médio por cor, raça e sexo.**

Cor ou raça	Sexo	
	Homens	Mulheres
Total	R\$ 1.971,91	R\$ 1.194,68
Branca	R\$ 2.532,39	R\$ 1.528,39
Preta	R\$ 957,65	R\$ 635,39
Amarela	R\$ 1.286,62	R\$ 673,59
Parda	R\$ 1.406,05	R\$ 813,68
Indígena	R\$ 1.108,08	R\$ 565,58

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010. Elaborada pela autora, 2022.

Importante salientar que esses dados se referem tão somente ao bairro de Casa Amarela, na sua situação de desmembramento. Ou seja, em nada reflete os dados da Casa Amarela de outrora, formada pelo que agora passou a ser bairros periféricos e carentes de infraestrutura. Apenas para ilustrar, Nova Descoberta, bairro independente, mas que pertencia ao conjunto urbano de Casa Amarela, apresenta inúmeras carências como abastecimento de água encanada e energia elétrica, coleta de lixo e questões em torno de sua alta densidade demográfica de 189,91 (Prefeitura da Cidade do Recife). Com 1,8 quilômetros quadrados e população de 34.212 habitantes (IBGE, CENSO 2010), localizados em áreas de risco. Segundo o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), Nova Descoberta níveis de alerta R3 e R4, que configuram áreas mais suscetíveis a desastres por possuírem instabilidade no terreno (ANJOS et. al. 2023, p. 112). Estas questões urbanas e sociais permanecem até os dias atuais nos bairros que faziam parte do conjunto urbano de Casa Amarela. Embora as gestões mais próximas dos moradores traçaram um programa de manutenção das encostas, os morros do Recife ainda protagonizam desastres de deslizamento de terras.

Figura 10 - Matéria do Jornal Folha dos Bairros, nov. 1987.



Fonte: Acervo, ETAPAS

#### **4 CASA AMARELA HOJE: DO PROCESSO DE LUTAS E MOBILIZAÇÃO À DESMOBILIZAÇÃO.**

Diante de décadas de ascensão política, onde causas coletivas eram reivindicadas e alcançadas, o movimento de moradores organizado em Associações de moradores de Casa Amarela ganhou força não apenas interna, mas externa, chegando a integrar-se como Federação em 1988 como visto anteriormente. No entanto, neste emblemático ano, além do acontecimento apoteótico que foi a promulgação da Constituição Federal, existiu também a reordenação territorial e urbana da Cidade do Recife, onde a capital passa a ser dividida em Regiões Político Administrativas – RPA, e o bairro de Casa Amarela, magistralmente conhecido como Bairro-Cidade, perde território. Além de consequências territoriais, será abordado temas políticos, como as eleições municipais de Jarbas Vasconcellos (PSB) em 1985 e João Paulo (PT), em 2000 e as mudanças estruturais na sociedade, mais especificamente na vida financeira das famílias de baixa renda no final do século XIX. É a partir desta reorganização territorial e acontecimentos políticos e sociais que este capítulo se dedica a responder a segunda parte do objetivo: quais os fatores de desmobilização do movimento social de moradores organizados em associações de moradores em Casa Amarela? O que fez a crescente onda de mobilização arrefecer suas ações?

##### **4.1 A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E A PROMESSA DA REFORMA AGRÁRIA**

A população brasileira conquistou direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”. Esta conquista emblemática ganha peso quando passamos a analisá-la como resposta da sociedade aos anos de ditadura militar. Dentre esses direitos, destacam-se os direitos sociais, que incluem saúde, educação, trabalho digno, moradia, lazer, cultura e previdência social, com o objetivo de promover a igualdade, a inclusão social e o bem-estar das pessoas.

A Constituição Federal de 1988 também ratificou vários direitos sociais, incluindo o direito à saúde, o direito à moradia e fatores que melhorem as condições de vida. O artigo 196 da Constituição garante o direito à saúde, que afirma que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. O dever do Estado brasileiro é o de garantir o

acesso universal e igualitário à saúde, implementando políticas públicas e iniciativas para prevenir e promover a saúde, com o tratamento adequado para todos, incluindo o saneamento básico. Além disso, a Constituição estabelece o Sistema Único de Saúde (SUS), como um sistema de saúde público e gratuito baseado nos princípios de integralidade e universalidade.

Ao que diz respeito ao direito à moradia, a Constituição diz que é dever do Estado garantir que todos tenham condições de vida dignas. Assumir o acesso a uma moradia segura, higiênica e com infraestrutura básica, como água, energia elétrica, saneamento básico e equipamentos urbanos, faz parte disso. O Estado deve implementar políticas habitacionais para acabar com o déficit habitacional e garantir que todos tenham acesso a moradia digna, especialmente para as comunidades mais vulneráveis. Além disso, o direito à posse e propriedade é protegido pela Constituição, que proíbe a remoção arbitrária de pessoas de suas residências. A Constituição também reconhece a função social da propriedade no contexto da moradia. Isso significa que a propriedade privada deve desempenhar um papel social, usando-a para benefício da comunidade. Com base nessa ideia, o governo pode entrar na propriedade privada em situações de interesse público, como reforma agrária, urbanização de áreas de risco ou projetos de desenvolvimento social.

Apesar do reconhecimento constitucional da função social da propriedade e do direito à moradia, existem desafios significativos para a implementação completa desse direito no Brasil. A falta de políticas públicas eficazes e abrangentes destinadas a promover a moradia digna e reduzir o déficit habitacional do país é um dos principais desafios. Milhões de famílias no Brasil enfrentam o problema do déficit habitacional, vivendo em condições precárias, em assentamentos informais, áreas de risco ou em habitações inadequadas. Essa situação é mantida por falta de investimentos suficientes na construção de moradias populares e por falta de um programa de reforma agrária eficaz.

Um instrumento fundamental para a promoção da justiça social e da segurança alimentar no país é a reforma agrária, que está prevista na Constituição para garantir que trabalhadores rurais em condições de trabalho precárias ou sem-terra tenham acesso à terra. No entanto, a execução dessa política tem sido ineficaz e enfrenta vários obstáculos que a impedem de ser viável. Um desses pontos é a resistência de setores políticos e econômicos influentes, como o agronegócio.

Além disso, há outras questões que dificultam a realização completa do direito à moradia: além do valor de compra que um salário mínimo pode fornecer (70% da população brasileira ganha um salário mínimo mensal, adicionado descontos de aluguel, aposentadoria e fundo de garantia) e a especulação imobiliária, tem-se a falta de regularização fundiária em áreas urbanas e rurais e a escassez de infraestrutura básica em assentamentos precários. É importante destacar que a moradia adequada não se limita a um teto; também inclui condições dignas de habitação, como acesso à infraestrutura básica, transporte, equipamentos urbanos, serviços públicos, proximidade do local de trabalho e um bom saneamento básico.

Os problemas de saúde, a moradia precária e a falta de políticas públicas efetivas estão diretamente ligadas à falta de saneamento básico nas áreas periféricas. Nas áreas habitadas por pessoas das classes mais baixas, os sistemas de redes de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto são frequentemente deficientes, e a coleta regular de resíduos sólidos é rara. Essa situação precária de saneamento básico tem um impacto significativo na saúde da população e na qualidade de vida. O risco de doenças transmitidas pela água contaminada e pelo contato com esgotos a céu aberto aumenta quando não há acesso à água potável e condições sanitárias adequadas. Além disso, o mau tratamento dos resíduos pode causar poluição ambiental que afeta os recursos naturais, como rios e aquíferos, afetando toda a comunidade.

Diante desse cenário, os movimentos sociais são essenciais para chamar a atenção do poder público para os problemas nas áreas periféricas. Esses movimentos são liderados por moradores organizados e lutam por melhores condições de vida. Eles lutam por direitos básicos, como acesso à água potável, saneamento adequado, equipamentos públicos e urbanos, moradia, educação e coleta regular de resíduos, como explicado no capítulo 2. Os movimentos sociais podem expressar as necessidades das pessoas e pressionar o governo a fazer algo. Eles podem fazer isso organizando-se e se mobilizando. Sua ação fortalece a luta pela garantia de condições dignas de vida, incentiva o debate público sobre o assunto e pressiona por ações concretas que visem superar essa carência e promover a inclusão social e o bem-estar das classes mais baixas.

Apesar dos avanços previstos na Constituição de 1988 em relação aos direitos à saúde e moradia, a efetivação completa desses direitos ainda é um desafio no Brasil, especialmente para aqueles que não recebem ampla assistência do poder público. Os

movimentos sociais são essenciais para reivindicar esses direitos e buscar soluções, pressionando as autoridades a tomar alguma atitude. Para garantir os direitos garantidos na Constituição, o estado deve trabalhar em parceria com os movimentos sociais e os cidadãos do país. Isso inclui a implementação de programas de escuta à população. A única maneira de enfrentar os desafios atuais e promover uma melhoria substancial nas condições de vida da população, garantindo uma vida digna para todos os cidadãos, como estabelecido pela Constituição, será por meio dessa união de esforços.

A Constituição Federal de 1988 é elogiada internacionalmente por ser progressista e participativa, mas enfrenta críticas internas sobre sua falta de implementação dos direitos garantidos. A realidade da maioria das pessoas no Brasil contrasta com o número de direitos garantidos, pois muitos deles não são assistidos na prática. Os direitos mais violados no país incluem<sup>13</sup>: o direito dos presos à integridade física e moral; o direito da juventude à vida e proteção contra negligência, discriminação, exploração e violência; o direito à igualdade sem distinção de nacionalidade; o direito à moradia e condições habitacionais adequadas, incluindo saneamento básico; o direito à saúde, incluindo medidas para combater a pobreza e marginalização; o direito ao trabalho com remuneração justa, jornada de trabalho adequada e proteção especial para mulheres e menores de idade; e, por último, o direito a um salário mínimo que satisfaça as necessidades básicas da pessoa e de sua família, incluindo moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Em destaque para este último, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) afirma que o salário mínimo atual do país é apenas R\$ 1.302,00 em abril de 2023, bem abaixo do valor necessário para atender as necessidades previstas na constituição, onde seu valor deveria ser de R\$ 6.676,11<sup>14</sup>. Essas informações mostram a discrepância entre o que está previsto na Constituição e a realidade vivenciada pela população brasileira.

---

<sup>13</sup> GARCIA, Natalie. Os 7 direitos constitucionais mais violados no Brasil. Jusbrasil. [s.l.], 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-7-direitos-constitucionais-mais-violados-no-brasil/194214874>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

<sup>14</sup> Pesquisa Nacional de Salário Mínimo nominal e necessário. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

O Brasil vivenciou eventos históricos ao longo dos últimos 35 anos, incluindo o retorno à democracia após uma era ditatorial, governos progressistas com o Partido Trabalhista, desafios impostos por governos de extrema direita e uma pandemia mundial. É preciso reconhecer que esse ciclo não pode ser caracterizado simplesmente como deficiente em direitos, pois foram alcançadas conquistas substanciais. O sufrágio universal avançou, o Brasil deixou de estar no mapa da fome da ONU<sup>15</sup>, foram estabelecidas cotas raciais e sociais para o acesso à educação superior<sup>16</sup> e foram criados programas como Minha Casa Minha Vida<sup>17</sup> para facilitar o acesso à moradia, entre outras garantias constitucionais.

No entanto, mesmo com essas medidas, é evidente que muitos direitos estabelecidos na Constituição ainda não foram plenamente respeitados. Embora não seja o objetivo desta dissertação examinar todos os direitos sociais que o Estado deve garantir, é fundamental melhorar as condições de vida da população com direitos à saúde e moradia. Um exemplo da desigualdade pode ser observado no bairro de Casa Amarela. Os dados censitários apresentados no capítulo 3 mostram que aproximadamente 4.460 domicílios, ou 48,04% das residências, são administrados por mulheres. Além disso, 1.171 mulheres recebem até um salário mínimo, de acordo com as informações de renda apresentadas. O preço por metro quadrado em Casa Amarela é o quinto mais alto da capital pernambucana, chegando a R\$ 33,5<sup>18</sup>. Em bairros vizinhos como Parnamirim e Tamarineira, o preço por metro quadrado é de R\$ 38,8 e R\$ 35,6, ocupando o segundo e o quarto lugar respectivamente. Com a média de aluguel sendo R\$ 1.917,75<sup>19</sup>, quase um terço das mulheres que vivem em Casa

---

<sup>15</sup> Relatório indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014. Governo Federal, Brasília, 16 set. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

<sup>16</sup> 30/08 - Presidenta Dilma sanciona lei de cotas raciais e sociais em universidades e institutos técnicos federais. Governo Federal, Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas\\_noticias/2012/08/30-08-presidenta-dilma-sanciona-lei-de-cotas-raciais-e-sociais-em-universidades-e-institutos-tecnicos-federais](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2012/08/30-08-presidenta-dilma-sanciona-lei-de-cotas-raciais-e-sociais-em-universidades-e-institutos-tecnicos-federais). Acesso em: 25 de maio de 2023

<sup>17</sup> Programa Minha Casa, Minha Vida. Governo Federal, Brasília, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/materias/programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

<sup>18</sup> SANTANA, Danielle. Aluguel no Recife é o segundo mais caro. Diário de Pernambuco, Recife, 16 set. 2021. Disponível em: <https://diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2021/09/aluguel-no-recife-e-o-2-mais-carodo-pais-indica-pesquisa-fipezap.html>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

<sup>19</sup> Pesquisa realizada em 29 de maio de 2023 e utilizando os seguintes filtros: apenas aluguel mensal; apartamento, kitnet e casa; 2 quartos; 1 banheiro; com 1 vaga de garagem ou sem. Disponível em [https://www.zapimoveis.com.br/aluguel/quitinetes/pe+recife++casa-amarela/?onde=,Pernambuco,Recife,,Casa%20Amarela,,,neighborhood,BR%3EPernambuco%3ENULL%3ERecife%3EBarrios%3ECasa%20Amarela,-8.026792,-34.917759,&transacao=Aluguel&tipo=lm%C3%B3vel%20usado&tipos=kitnet\\_residencial,casa\\_residencial,apartamento\\_residencial&pagina=1&banheiros=1&vagas=1&tipoAluguel=Mensal](https://www.zapimoveis.com.br/aluguel/quitinetes/pe+recife++casa-amarela/?onde=,Pernambuco,Recife,,Casa%20Amarela,,,neighborhood,BR%3EPernambuco%3ENULL%3ERecife%3EBarrios%3ECasa%20Amarela,-8.026792,-34.917759,&transacao=Aluguel&tipo=lm%C3%B3vel%20usado&tipos=kitnet_residencial,casa_residencial,apartamento_residencial&pagina=1&banheiros=1&vagas=1&tipoAluguel=Mensal). Acesso em: 25 de maio de 2023.

Amarela estão sendo privadas das garantias do Artigo 6º da Constituição em relação às necessidades básicas delas e de suas famílias, pois o salário mínimo em 2023 é de R\$ 1.302,00 e já estaria muito abaixo do que apenas o valor do aluguel. Diante dessa situação, surge a questão: qual é a opção disponível para essas mulheres e suas famílias viverem com dignidade?

Para concluir, o Estado, juntamente com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais, deve assumir seu papel de garantir os direitos garantidos na Constituição. Essa colaboração é essencial para superar os desafios atuais e alcançar avanços significativos na promoção da igualdade, justiça e dignidade para todos. O cumprimento dos direitos sociais, como saúde, moradia, educação e trabalho, deve ser um fato real e substancial na vida de todos os brasileiros.

#### 4.2 AS LEIS MUNICIPAIS Nº 12.457/1988 E Nº 16.293/97 - A REORGANIZAÇÃO POLÍTICA, TERRITORIAL E ADMINISTRATIVA DA CIDADE DO RECIFE.

A lei municipal nº 12.457/1988, aprovada pelo prefeito Jarbas Vasconcellos (PMDB), reorganizou o território da cidade do Recife para o trabalho censitário. A criação de doze Regiões Político Administrativas (RPA) dividiu a cidade e representou a primeira divisão oficial de Casa Amarela enquanto o maior bairro de Recife. Após um período de nove anos, com a aprovação da lei municipal nº 16.293/97, assinada pelo prefeito Roberto Magalhães, o mapa territorial de Recife foi reorganizado novamente. Agora com apenas seis (6) RPA's, a capital pernambucana permanece com essa organização até os dias atuais e Casa Amarela agora faz parte da RPA 03, como já relatado.

Estas leis mudaram Casa Amarela e marcaram um momento importante em sua história de luta. Embora para os residentes a lei possa parecer apenas uma formalidade e o sentimento de pertencimento à comunidade e Casa Amarela continue forte, ela teve um impacto significativo no reordenamento político e territorial da área. Essa reorganização modificou o planejamento e administração do bairro, afetando a gestão de recursos e serviços públicos.

O número de pessoas que viviam no bairro de Casa Amarela foi afetado por esta reorganização. Em 1960, o bairro tinha a maior densidade populacional da capital pernambucana, com 114,97 hab./ha (PONTUAL, 2001). No entanto, alguns bairros importantes perderam sua população, como Morro da Conceição, Alto José Bonifácio,

Alto José do Pinho, Mangabeira, Macaxeira, Vasco da Gama e Nova Descoberta (ver figura 4, p. 66).

A Federação das Associações, Conselhos e Centros Comunitários de Casa Amarela (FEACA) continuou recebendo associações e grupos de moradores, mesmo quando o território diminuiu. No entanto, os moradores estavam mais interessados em lutar pelas pautas de suas próprias áreas. Ao longo dos anos, o bairro de Casa Amarela experimentou os efeitos das ações do poder público. Houveram muitas discussões sobre os motivos por trás da divisão do bairro. Seriam razões políticas, sociais ou simplesmente organizacionais para o censo? É importante destacar que as leis de reordenamento territorial do Recife não são os únicos fatores que contribuíram para o declínio das atividades das organizações de moradores de Casa Amarela, embora sejam um marco significativo no processo.

#### 4.3 AS GESTÕES JARBAS VASCONCELLOS (PSB) 1986-1988/1993-1996, E JOÃO PAULO (PT) 2001-2008.

##### 4.3.1 *Gestão Jarbas Vasconcellos (PSB) 1986-1988/1993-1996.*

Com o espaço democrático iniciado com a abertura política desde o final da década de 1970, apenas em 1986 o país realizou eleições diretas para a gestão municipal. Em Recife, o vencedor do pleito foi o candidato Jarbas Vasconcellos, pelo Partido Social Brasileiro (PSB). Para Leal (2003), foi neste cenário de aglutinação política da elite e das camadas populares que a capital pernambucana experienciou uma gestão participativa pós golpe.

A eleição de Jarbas (PSB) em 1985 representou uma virada na participação popular, uma vez que precisou sair do seu partido de origem, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e filiou-se ao PSB, com o apoio do ex-prefeito Pelópidas Silveira. A sigla, que era mais próxima ao movimento de moradores, assumiu ainda em campanha o compromisso de um governo popular, com assembleias populares e a criação do programa Prefeitura nos bairros e orçamento participativo.

O documento “Gestão Democrática da Cidade” de 1986 foi a base para o programa de prefeitura nos bairros, que começou na primeira gestão de Jarbas. O programa tinha seis objetivos principais. Eles eram os seguintes: a) promover a participação popular nas decisões do governo municipal; b) dar legitimidade às

entidades populares; c) garantir que a participação popular seja democrática e direta entre o governo e os movimentos sociais organizados; d) oferecer um programa de assistência mínima de ação do governo nas regiões políticas administrativas para que os cidadãos pudessem participar diretamente; e) encorajar a colaboração entre os órgãos municipais e as demandas da população levadas por suas entidades organizadas nas RPAs e f) tornar as ações da prefeitura em cada RPA transparente (LEAL, p. 120 e 121, 2003). É importante destacar que a divisão política e territorial do Recife de que se trata o programa é a modificada pela lei 12.457/1988 onde reorganiza a cidade em 12 RPA's, é apenas no segundo mandato de Jarbas que a lei 16.293/97 é promulgada e divide a cidade em 6 RPA's.

Nitidamente, o programa prefeitura nos bairros possuía também o objetivo de descentralizar algumas áreas de interesse público e popular, além de possuir também na formação de sua equipe gestora uma heterogeneidade de forças, unindo o conhecimento técnico às reivindicações populares. Sendo assim, “cada órgão setorial adotou como estratégia mecanismos específicos de participação que se configuraram em formas inacabadas de experiência” (LEAL, p. 131, 2003). Os modelos propostos por cada área foram basicamente o de escuta a população e resolução de conflitos nas áreas de saúde, educação e urbanização.

Na saúde, foram criadas as comissões locais por unidade de saúde, no qual o foco era a resolução de problemas de saúde em torno da unidade de saúde; as comissões locais integradas por RPA, com a missão de discutir, redefinir e fiscalizar a implementação da política de saúde por RPA e a comissão municipal de saúde com a incumbência de discutir e definir a política de saúde no município, além de fiscalizar e acompanhar sua implementação. Mesmo diante dessas iniciativas e de melhorias significativas na relação população/poder público, os embates mais fervorosos entre esses dois agentes também foram dentro da área da saúde, principalmente no relacionamento com a câmara dos vereadores.

Já na educação, os canais de participação propostos pela prefeitura foram os conselhos escolares, apoiando-se na gestão democrática da escola e a usando como ferramenta para discussão dos problemas de seu entorno e o conselho municipal de educação, do qual possuía a atribuição de análise dos assuntos pedagógicos e educativos, além de acompanhar as atividades nas escolas. Nesta área, o maior embate foi o de encontrar um espaço entre os modelos de autogestão e o institucionalizado.

E, finalmente, no modelo de gestão em urbanização, foi a área onde a gestão mais se articulou em torno da população. Foram criadas ações como o programa de contenção de encostas: os morros da cidade e SOS saneamento. Essas ações contavam com a fiscalização das comissões de acompanhamento de obras, que possuíam o papel de grupo consultivo de cada obra, acompanhando cada etapa de consulta, decisão e implementação. O embate principal era o de transparência e continuidade das obras nas localidades do Recife, uma vez que a duração de cada comissão acaba com a obra acompanhada. Nesse sentido, as comissões receberam forte oposição dos movimentos populares de moradores que não consideravam legítima sua representação (LEAL, 2003). Este ponto de representação calculada da comunidade inserida no planejamento da gestão iniciou a indagação de sua legitimidade.

No entanto, essa possível distância entre a gestão e a população, em seu segundo mandato, entre 1993 e 1996, Jarbas (PSB) conseguiu reviver, mesmo que de forma parcial, a gestão participativa em Recife. Agora caminhando paralelamente com a contribuição que os movimentos sociais deram ao artigos promulgados na constituição de 1988, o modelo de gestão participativa através de canais de consulta foi mantido e a principal mudança aconteceu no modelo gestacional da área de urbanização com a implementação do orçamento participativo (OP) e o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social<sup>20</sup> (PREZEIS).

O orçamento participativo foi a aposta do governo em aproximar novamente a população para a gestão democrática. Para Leal (2003), seu objetivo era o de que o cidadão ampliasse seu sentido de cidade acompanhando os critérios de distribuição e alocação dos recursos públicos destinados para cada Região Político administrativa. O OP possuía dois objetivos: o de fortalecer a participação popular através da prática do exercício da cidadania dos cidadãos interessados na política pública e o segundo de promover atividades pedagógicas entre a população, objetivando a tomada de decisões pautadas na administração pública e na realidade de cada bairro. A priorização das demandas da população, a redução do número de reuniões e a criação do “delegado” como representante comunitário foram algumas das maneiras pelas quais a relação entre o poder público e os movimentos sociais alcançou parte

---

<sup>20</sup> Zonas Especiais de Interesse Social são áreas demarcadas na cidade cujo território é destinado às moradias populares. Foram criadas em Recife a partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo 14.511/1983 pelo Prefeito Jorge Cavalcante (PDS).

de seus objetivos. No entanto, houve muita discussão entre os movimentos sociais sobre apenas um delegado representar a comunidade nos espaços decisórios, podendo este estar vinculado a partidos políticos.

Ainda nesse sentido de representação unificada entre a comunidade, durante a segunda gestão de Jarbas, também foi regulamentado o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) como parte do programa prefeitura nos bairros. O PREZEIS surge como principal ferramenta de regularização fundiária e de reordenamento urbano para a população de baixa renda. Sua implementação também foi motivo de embate entre a população e poder público, uma vez que o processo de participação no programa se dava através de uma comissão de urbanização e legalização da terra (COMUL), composta por representantes da comunidade, sociedade civil e prefeitura. É através de COMUL e do Fórum do PREZEIS, juntamente com seu fundo orçamentário onde as comunidades são representadas e transformadas em ZEIS, colhendo os direitos que esse título possui. O PREZEIS figura como uma referência importante na política urbana nacional, no entanto, enfrenta dilemas locais como a lentidão de seu processo e o orçamento reduzido direcionado à população das ZEIS da cidade que continuam sofrendo com a carência de suas necessidades básicas e equipamentos urbanos.

#### *4.3.2 Gestão João Paulo (PT) 2001-2008.*

Em relação à eleição de João Paulo do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2000, a Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselho de Moradores de Casa Amarela (FEACA) e o Movimento das Terras de Ninguém (MTN) tiveram participação expressiva na sua vitória no segundo turno. Com as entidades apoiando o candidato à reeleição Roberto Magalhães do Partido da Frente Liberal (PFL), grande parte das lideranças demonstraram decepção com o seu posicionamento, externando sua oposição, uma vez que até a sede do MTN é transformado em comitê político pró Magalhães. É quando, na virada do segundo turno, essas lideranças se articularam em torno de seu coordenador João do Cigarro e em votação, decidem apoiar a campanha para a eleição de João Paulo, unindo forças aos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Esta articulação na sede do MTN foi bastante significativa pois deu lugar ao comitê estratégico para o movimento popular em Casa Amarela, passando a ser chamado de “Frente das Esquerdas de Casa Amarela”. Esta frente era composta pelos partidos da

antiga Frente do Recife - , e lideranças comunitárias das comunidades que integravam a FEACA em 1985, como: Sítio dos Pintos (atual bairro de Dois Irmãos), alguns morros da zona norte que se estendem do Alto José do Pinho até Vila Bola na Rede, Alto do Pascoal, Santa Terezinha, Arruda, Alto do Maracanã e Capitão (atual bairro de Dois Unidos). Estava posta a reaglutinação dos morros da zona norte em torno do comprometimento com a população, bandeira sempre defendida pelo PT em Recife.

Os historiadores narram a vitória de João Paulo (PT) em 2000 como a onda vermelha:

Na eleição de 2000, o Recife avermelhou. A vitória do PT em cima das chamadas forças conservadoras que governavam a cidade levou milhares de pessoas às ruas para comemorar, formando o que se denominou de onda vermelha. Após o fechamento das urnas, uma multidão invadiu a praça do Marco Zero, no Recife Antigo, imbuída de um sentimento de esperança e renovação para acompanhar a apuração dos votos que levaram o então deputado estadual João Paulo (PT) ao posto de administrador da capital pernambucana. (ALVES, Marileide A onda vermelha perdeu a cor apud SILVA, E., p.46. 2010)

Para os mais conservadores, a vitória de João Paulo foi atribuída à postura do candidato, sua estratégia de marketing e valorização das lutas e reivindicações populares, além do apoio do candidato Vicente André Gomes (PDT). No entanto, a vitória do candidato do PT merece ser analisada com mais detalhes, uma vez que seu oponente, Roberto Magalhães (PFL), ganhou em todas as zonas eleitorais da cidade, no primeiro turno, e no segundo turno perdeu apenas para as zonas eleitorais localizadas na zona norte do Recife<sup>21</sup>. Ou seja, é difícil avaliar a “onda vermelha” com influência em toda a cidade.

Todavia, o apoio oferecido ao candidato do PT foi acompanhado de promessas e cobranças no decorrer de sua gestão. Por exemplo, durante o período temporal entre o primeiro e segundo turno da eleição de 2000, as lideranças da Frente das Esquerdas de Casa Amarela organizavam cerca de dez comícios relâmpagos por noite e evidenciavam o Orçamento Participativo como a volta de um governo popular na cidade.

---

<sup>21</sup> Em 2000, existiam nove zonas eleitorais no Recife e nos morros da zona norte eram localizadas a sexta zona eleitoral no morros de Casa Amarela, uma parte da quinta zona eleitoral no Alto Santa Isabel e Alto do Mandú, e parte da nona zona eleitoral nos morros do Alto do Pascoal, Alto Santa Terezinha, Alto do Maracanã e Alto do Capitão. Todas essas áreas, com exceção do Alto Santa Isabel e Casa Amarela, faziam parte do conjunto de Casa Amarela até 1988.

A gestão de João Paulo (PT), em seu primeiro (2001-2004) e segundo mandato (2005-2008), foi marcada pela participação popular e discussões, em parte, mais avançadas na área de urbanização, como por exemplo as novas definições do Orçamento Participativo, a revisão do Plano Diretor e a Lei Municipal nº 16.719/2001, conhecida como Lei dos 12 bairros.

As inovações realizadas no OP da gestão de João Paulo se deram na reorganização de seu ciclo, que evidenciava o período de um ano entre as duas fases de execução. Na primeira etapa, a prefeitura fornecia informações técnicas e prestações de contas do ano anterior. Em seguida, haviam duas reuniões em cada microrregião para decidir os assuntos mais importantes para a população (cada RPA possui tem 3 microrregiões, e é importante destacar que a cidade do Recife já havia sido dividida em 6 RPAs de acordo com a lei municipal nº 12.457/1988). Além disso, nesta fase ocorriam as plenárias temáticas, onde podiam votar apenas os moradores cadastrados e representantes de movimentos sociais. A presença dos delegados no Conselho do Orçamento Participativo (COP) marca a segunda fase do ciclo do OP, na qual os assuntos relacionados à proposta, fiscalização e deliberação da matriz orçamentária do OP eram realizados e enviados à câmara de vereadores, onde os investimentos eram aprovados (figura 11).

Figura 11 - Ciclo do Orçamento Participativo, Gestão João Paulo (2001-2004)



Fonte: Site da Prefeitura do Recife apud Melo. R, 2009, p. 2.

Vale destacar como era feita a participação da população no OP, na qual a participação das entidades era bem maior do que a de moradores não organizados. E na sociedade civil, os moradores, representantes comunitários e representantes de entidades compunham o grupo, aglutinando temas e interesses diversos. Dentre as críticas, além da morosidade do ciclo do OP, entre os debates iniciais e a execução, a mais contundente é a forma de participação da população. De acordo com De La Mora (1998)<sup>22</sup>, existem várias dimensões e níveis de participação, e o conceito de grau de participação popular é importante para análise do OP. Esses graus podem ser classificados de 0 a 6, em que gradualmente o indivíduo pode: se recusar a participar da chamada pública; participar das reuniões mas não expressar seu interesse ou opinião; receber ou repassar informações das decisões tomadas por terceiros; emitir sua opinião acerca da sua experiência com o assunto debatido e oferecer soluções; realizar exigências para que sua proposta de intervenção seja aceita e finalmente, o grau mais elevado de participação, no qual o indivíduo não

<sup>22</sup> O geógrafo, professor e pesquisador Marcelo Lopes de Souza também propôs uma escala de participação dividida em níveis, a saber: informação, consulta, decisão e autogestão. Para saber mais: Mudar a Cidade: Uma Introdução ao Planejamento e à Gestão Urbana, 2006.

apenas participa da negociação mas também tem suas decisões estão inseridas nela e sua proposta é aceita por todos envolvidos (DE LA MORA, 1998).

No caso da participação popular no OP, a falta de informações, o dia escolhido para a reunião, entre outros fatores, prejudicavam aqueles que gostariam de participar, mas não podiam. No entanto, são os moradores ligados às entidades e movimentos sociais que compareciam com maior assiduidade. No período de 2001 a 2002, foram registradas 109.048 mil participações durante os ciclos do OP nas 6 RPA's do Recife, onde foram eleitos 3.408 delegados para representar suas microrregiões nas plenárias superiores. Resultando em dois ciclos (o equivalente a dois anos), 92 plenárias regionais, 15 plenárias temáticas e 1.073 plenárias intermediárias (BARBOSA, 2003, p.48). Contudo, não ficou registrado até qual etapa os mais de 100 mil recifenses participaram do ciclo da OP, uma vez que, como visto na figura 10 (p 90.) a partir do mês de agosto, pela previsão realizada pela prefeitura, apenas os delegados eleitos participavam das discussões no COP.

De acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura da Cidade do Recife em 2001 e 2002, 26% dos grupos participantes do OP foram formados pela dinâmica de participação do orçamento, 54% eram do movimento comunitário e 20% se autodeclararam como "outras" categorias, como ligas de jogo de dominó e grupos de futebol (BARBOSA, 2003, p. 37). Durante esse período, 214 obras estavam em execução ou foram concluídas, 90 obras ainda estavam em andamento e um total de 53,7 milhões de reais foi investido na cidade em projetos de urbanização, saúde, educação, desenvolvimento econômico e cultura (BARBOSA, 2003, p. 40).

Segundo Melo R. (2009), mesmo com a nítida prevalência de fatores não informados de priorização de algumas RPA's em receber investimento do OP em detrimento de outras regiões, o saldo do programa contribuiu para a democratização da tomada de decisões no Recife. O seu objetivo, de ampliar a participação popular e inibir as práticas clientelistas e particularistas no uso dos recursos em detrimento às necessidades da população havia sido alcançado (MELO, R., 2009, p.7).

O governo de João Paulo (PT) também foi responsável pela revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife (PDCR), Lei Municipal nº 17.511/2008 e o encaminhamento da lei para à Câmara Municipal, conforme rito exigido pela Constituição de 1988 e Lei Orgânica Municipal do Recife.

A revisão foi iniciada em setembro de 2001 e foi coordenada pela Diretoria Geral de Urbanismo (DIRBAM), vinculada à Secretária de Planejamento, Urbanismo e Meio

Ambiente (SEPLAM), coordenada pela economista, socióloga e especialista em desenvolvimento regional, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Bacelar. O processo de planejamento da revisão do PDCR se deu no Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU)<sup>23</sup>, cujo o papel é de ser um órgão institucional de participação paritária entre o poder municipal e a sociedade civil.

Dessa forma, o CDU inicialmente foi composto por conselheiros do poder público e da sociedade civil. Entre os representantes da sociedade civil, havia um representante do Fórum do PREZEIS, dois representantes de associações comunitárias, dois representantes de organizações não governamentais, quatro representantes de conselhos profissionais, um representante de sindicato, um representante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federação de Pernambuco (MDU)<sup>24</sup> e quatro representantes de entidades ligadas às classes populares. Além disso, existem representantes do poder público, incluindo o titular da secretaria de planejamento, urbanismo e Meio Ambiente, o titular da secretaria de finanças, um representante da câmara de vereadores, oito representantes das municipalidades, um representante da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (FIDEM) e um representante da Caixa Econômica Federal. Vale destacar que no decorrer da revisão do PDCR, esta formação foi alterada, como por exemplo, a integração de um representante de ordem dos advogados do Brasil (OAB).

A perspectiva de participação popular na revisão do PDCR como uma grande conquista significou também a vitória dos movimentos populares e lideranças em pautas importantes para a população. No entanto, é no decorrer da Conferência que o embate entre a sociedade civil e o mercado imobiliário se torna mais incipiente, no sentido de proteger seus interesses e não abrir mão de possíveis acordos, como havia acontecido com a Lei dos 12 bairros. À medida que o mercado imobiliário havia financiado a campanha de João Paulo e ao mesmo tempo que sua vitória seja considerada fortemente influenciada pelos movimentos sociais, a Prefeitura não consegue atuar como mediadora de conflitos e interesses.

---

<sup>23</sup> Criado pela Lei Orgânica do Município do Recife, promulgada em 04 de abril de 1990 e regulamentado em 21 de dezembro de 1992, pela Lei nº 15.735.

<sup>24</sup> O MDU era contabilizado como representante da sociedade civil, no entanto, seguindo as resoluções do Ministério da Cidade, é contabilizado formalmente como entidade profissional, acadêmica e de pesquisa como representação da sociedade civil.

É importante destacar que o conflito se deu em várias frentes, sendo uma delas o desejo da sociedade civil em expandir o número de representantes nos canais de tomada de decisão – que já era maior do que o do mercado. O modelo de gestão defendido pelo mercado imobiliário perdeu nas votações por ser minoria. No entanto, a prefeitura acabou cedendo a pressão do capital e negocia diretamente com este setor pontos importantes do PDCR como a outorga onerosa do direito de construir<sup>25</sup> e o coeficiente construtivo<sup>26</sup>.

Embora as duas gestões de João Paulo (PT) tenham buscado aumentar a democracia nas decisões urbanas na capital pernambucana, SILVA (2009) afirma que a revisão do Plano Diretor do Recife não conseguiu manter a mesma agenda. A revisão do PDCR, por outro lado, é considerada democrática porque contou com uma ampla participação popular, oferecendo a todos a mesma oportunidade de discutir diferentes posições, apesar de não ter conseguido eliminar completamente as pressões dos agentes do mercado. E mesmo falhando em mediar os conflitos entre o mercado e a sociedade civil, houve um esforço para implementação de um modelo de gestão democrática.

Durante a Conferência do PDCR, a mediação entre interesses do mercado e dos movimentos populares não receberam a devida atenção por parte da Prefeitura. A Prefeitura demonstrou habilidade em mediar e conciliar os pontos de vista divergentes para defender os interesses dos envolvidos durante o processo de implementação da Lei Municipal no 16.719/2001, conhecida como Lei dos 12 Bairros. A Área de Reestruturação Urbana (ARU) foi criada pela “Lei dos 12 bairros”, que inclui doze bairros diferentes da cidade do Recife: Derby, Espinheiro, Graças, Aflitos, Jaqueira, Parnamirim, Santana, Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro, Apipucos e uma parte da Torre.

A ARU estabelece as condições de Uso e Ocupação do Solo, alinhadas com as diretrizes da Lei Orgânica do Município e no Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife (PDCR). A mobilização dos moradores, organizados em movimentos sociais<sup>27</sup>, levou à discussão e promulgação da lei, com a solicitação ao

---

<sup>25</sup> É uma ferramenta de concessão que permite que os proprietários de imóveis construam acima do coeficiente construtivo legal por meio de uma compensação financeira dada ao poder público.

<sup>26</sup> Coeficiente que determina a quantidade de metros quadrados que podem ser construídos em um terreno.

<sup>27</sup> Para saber mais sobre os movimentos sociais e a teia de participação e discussão que viabilizaram a criação da Lei dos 12 bairros: LACERDA; ARAUJO; ALVES; CUNHA, Lei dos 12 Bairros: Contribuição para o debate sobre a produção do espaço urbano no Recife. Recife: CEPE, 2018

prefeito João Paulo de interromper os processos de análise de grandes empreendimentos imobiliários e revisar os parâmetros construtivos em duas áreas importantes da cidade da cidade (LACERDA et. al. 2018, p. 10).

O objetivo dos movimentos sociais era o de reconhecer as configurações espaciais diferenciadas, infraestrutura e paisagem preexistentes como uma tentativa de frear a já existente descaracterização provocada pelo processo de adensamento e homogeneização espacial impostos pela verticalização e adensamento construtivo nesses 12 bairros. Para isto, foram usadas os seguintes instrumentos: a requalificação do espaço coletivo; o uso múltiplo do território, respeito às diretrizes; o condicionamento do uso e ocupação do solo com base na infraestrutura, arquitetura e paisagem existentes; a definição e proteção das áreas que receberão tratamento especial e o respeito às configurações morfológicas, tipológicas e específicas da ARU (Art. 2º da Lei Municipal nº 16.719/2001).

O impacto da Lei dos 12 Bairros numa superfície que representa aproximadamente 4,0% do solo urbano do Recife pode ser medido segundo diversos aspectos: adensamento construtivo, verticalização, taxa de solo natural, número de veículos que deixaram de ser abrigados nos estacionamentos-garagens das edificações pós-legislação. (LACERDA et. al. 2018, p. 75)

Após a promulgação da Lei dos 12 bairros foi verificado um adensamento construtivo intenso em bairros como Encruzilhada, Rosarinho, Madalena, Torre, Boa Viagem, Pina e Casa Amarela. Em 2008, durante a revisão do PCDR, houve uma tentativa dos movimentos sociais e sociedade civil organizada em reconhecer a necessidade de contemplar estes bairros aos parâmetros da ARU da Lei dos 12 bairros. No entanto, o pedido não foi implementado e estes bairros colhem as extensões dos fatores que rodeiam a verticalização.

#### 4.4 RAIO X DE CASA AMARELA

Durante o período de análise desta segunda parte do objetivo geral, no qual são relacionados os fatores que auxiliaram no arrefecimento das ações do movimento de moradores de Casa Amarela, mais especificamente àqueles ligados a Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselho de Moradores de Casa Amarela (FEACA) e o Movimento das Terras de Ninguém (MTN), é percebido uma mudança no perfil das famílias residentes no bairro de Casa Amarela. Como relatado anteriormente, quando a Lei Municipal nº 12.457/1988 é promulgada, Casa Amarela

perde território (Figura 1, p. 64), restando a área plana e apenas uma área de morro, a do Alto Santa Isabel (que também é uma área de Zona Especial de Interesse Social - ZEIS). Neste sentido, com o passar dos anos, principalmente na virada para o século XXI, é registrado no bairro um adensamento construtivo e demográfico nas áreas onde são permitidas as construções verticalizadas, acompanhados de mudança no perfil das famílias residentes no bairro e uma forte especulação imobiliária.

#### *4.4.1 Mudança no perfil das famílias.*

Durante o período observado, entre 1988 e 2008, mais especificamente com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para Presidente do Brasil e os seus dois mandatos durante os anos de 2003 a 2011, pode se verificar o aumento das taxas de crescimento de renda e populacional, redução das desigualdades sociais, econômicas e regionais, o aumento de salários para além da inflação, a consolidação da oferta de emprego formal e diminuição na taxa de desemprego. É neste cenário político favorável à viabilização e implementação de políticas públicas que foram criados: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Fome Zero<sup>28</sup>, e os já citados anteriormente, o Programa Bolsa Família e a valorização do salário mínimo (CARVALHO. L, 2018), entre outras.

As consequências da redução de desigualdades guiadas pelas políticas públicas federais renderam uma mudança no padrão de consumo das famílias brasileiras. Para Vaz e Hoffman (2020), aliado às políticas públicas citadas, o Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>29</sup> e a expansão de oferta de crédito contribuíram para o aumento do poder de compra das famílias entre 2004 e 2010. As famílias beneficiadas com a redistribuição de renda (a maioria de baixa renda) passaram a consumir produtos e serviços consumidos pela população com maior poder aquisitivo. É dessa forma que Carvalho (2018) relaciona o aumento do padrão de consumo brasileiro neste período com a Lei de Singer, na qual supõe que o padrão de consumo das famílias estaria totalmente ligado à sua renda. Ou seja, as famílias com menor renda estariam mais preocupadas com a sua sobrevivência, realizando gastos em torno da alimentação, enquanto as famílias com maior renda, reservariam

---

<sup>28</sup> O Programa Fome Zero foi criado em 2003 pelo Presidente Lula (PT), com o objetivo de combater a fome, suas causas estruturais e garantir a segurança alimentar dos brasileiros.

<sup>29</sup> Lei nº 10.741/2003, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), oferece um salário mínimo mensal a indivíduos com deficiência e idosos com 65 anos ou mais.

uma maior fatia de seus proventos na rede de serviços (CARVALHO. L, 2018, p. 24). É notório que esses programas não foram os únicos no governo de Lula, podendo estender esta análise ao governo de sua sucessora, a ex - Presidenta da República Dilma Rousseff (PT), que durou entre os anos de 2012 a 2016. Ainda que essas grandes iniciativas sociais, econômicas e políticas representassem uma mudança estrutural na população, não é objetivo desta dissertação analisá-las. Entretanto, é pertinente destacar que os fatores que viabilizaram o chamado “milagrinho brasileiro”<sup>30</sup> e suas consequências também foram sentidas em cadeia nacional<sup>31</sup>.

No entanto, cabe considerar que esta alteração no padrão de consumo da população brasileira também é sentida no Recife. Diante da parceria entre o governo federal e municipal, personalizado no Prefeito João Paulo (PT), o aumento do padrão de consumo pode ser observado em várias frentes. Como por exemplo, nos dados já analisados no capítulo anterior acerca da renda dos moradores de Casa Amarela, demonstrando que 54% em média dos homens ganham mais que 3 salários mínimos e as mulheres residentes no bairro o valor aproximado de R\$1320,00<sup>32</sup>. Contudo, é na modificação da paisagem de Casa Amarela que será destacado o aumento do padrão de consumo e como esta flutuação alterou o seu espaço e mais uma vez, pode ter influenciado no arrefecimento das ações dos movimentos sociais do bairro.

#### 4.4.2 *O adensamento Construtivo e a Verticalização.*

Especialmente em Casa Amarela, objeto de problematização desta dissertação, seu adensamento construtivo pode ter se dado por alguns fatores, tais como: possuir limite territorial com os bairros do Monteiro, Casa Forte e Parnamirim (todos incluídos na área de reestruturação urbana criada com a Lei dos 12 bairros), o aumento do poder aquisitivo e poder de compra da população brasileira entre os anos de 2006 e 2010 e o possível processo de gentrificação<sup>33</sup> que o bairro enfrentou. Tais fatores

---

<sup>30</sup> Termo criado pelo professor e economista Edmar Bacha para descrever o crescimento da economia brasileira que alcançou uma taxa média anual de 3,7% nos anos 2000, quase dobrando a taxa entre 1980 e 1990, que foi de 2,1%. O termo faz alusão ao “milagre econômico” que aconteceu entre os anos de 1968 a 1973 durante a ditadura militar brasileira.

<sup>31</sup> Para saber mais sobre a política econômica dos Governos Lula I e II (2003-2011), Dilma I e II (2011-2016) e Michel Temer (2016-2019) ler *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico* (2018), da Economista e Professora Laura Carvalho.

<sup>32</sup> Vale destacar que os dados foram analisados a partir do Censo de 2010, o valor do texto está atualizado para o valor do salário mínimo do ano de 2023.

<sup>33</sup> O termo foi criado pela socióloga britânica Ruth Glass e designa um processo socioespacial no qual áreas consideradas de “baixo status” são revitalizadas, atraindo investimentos e levando a substituição desta população para de classes com maior poder aquisitivo. Entre suas consequências estão a verticalização,

influenciaram no aumento do preço dos alugueis e a modificação da paisagem com a alocação de casas e terrenos amplos por prédios e empreendimentos.

Neste cenário, uma significativa porção da população de moradores pertencentes às classes populares é substituída por uma população com maior poder aquisitivo. Os novos moradores não possuem uma relação de identidade com o bairro, pelo contrário, em entrevista concedida a autora no ano de 2016, moradores de um prédio na Estrada das Ubaias, em Casa Amarela, reportam ao bairro como uma extensão de Casa Forte. No decorrer de uma reunião de condomínio, foi observado que os residentes estavam preocupados com a saída dos resíduos sólidos do prédio, que poderia afetar a arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Mesmo sem ter acompanhado a decisão final, foi observado que os condôminos estavam preocupados em manter-se no padrão de prédios do bairro de Casa Forte, mas utilizando as benesses que o bairro de Casa Amarela, onde o prédio de fato está localizado, fornece (o IPTU mais baixo). Pelo motivo de transitarem em ilhas<sup>34</sup>, os novos moradores podem não possuir a interação com o bairro e, de fato, pela semelhança paisagística e até econômica, sentem-se moradores de bairros de classe média alta, como Casa Forte, em detrimento do bairro popular que o seu prédio está localizado.

Esta falta de interação dos novos moradores de Casa Amarela, aliada à saída dos antigos moradores, pode gerar o distanciamento do vínculo físico e emocional com o bairro. Conseqüentemente, pode estar inserida entre os fatores de arrefecimento das ações dos movimentos de moradores e da participação comunitária na vida política, social e cultural do bairro.

#### *4.4.3 Saldo dos movimentos sociais de Casa Amarela.*

À medida que a representação popular foi sendo valorizada na gestão pública, a sua participação, antes realizada através da forma de protesto com os Prefeitos biônicos<sup>35</sup>, ganhou notoriedade com a abertura política no final da década de 1970. Leal (2003) acreditava que as noções de tensão e conflito que permeavam o discurso

---

intensificação da desigualdade social, perda de identidade e laços das comunidades, requalificação da paisagem para atender a nova demanda baseado na sua economia e preferências para lazer e cultura.

<sup>34</sup> Devido ao isolamento e a falta de interação com o bairro que o prédio pode gerar.

<sup>35</sup> Prefeitos que foram investidos ao cargo diante da ausência do voto, eram escolhidos por autoridades políticas. Em Recife, foram eles: Augusto Lucena (1964-1969/1971-1975), Geraldo Magalhães (1969-1971), Antônio Arruda (1975-1979), Gustavo Krause (1979-1982), Jorge Cavalcante (1982-1983) e Joaquim Cavalcanti (1983-1985).

sobre a participação dos movimentos sociais na esfera pública foram substituídas por conceitos como cooperação, negociação, acordo e parceria. Contudo, os espaços de participação popular eram permeados de informalidade e ancorados em uma sensação de espera interminável. Os moradores, organizados em movimentos sociais, continuaram suas ações reivindicatórias em prol de suas necessidades locais.

Em uma análise distributiva de intervenções realizadas no OP, foram evidenciadas que algumas RPA's e microrregiões receberam mais intervenções do que outras. A RPA 03 (184) e as microrregiões 3.2 (96) aparecem liderando as listas, seguidas da RPA 6 (161) e microrregião 6.3 (86) e em terceiro lugar a RPA 2 (136) e 4 (101) e as microrregiões 4.3 (30), 5.1 (28) e 5.3 (26), (LEAL, p. 298, 2003).

O que justifica a diferença quantitativa das obras realizadas por RPA? A prefeitura utilizou algum critério baseado nos fatores de necessidade x risco? Segundo Leal, "as áreas de peso organizativo e de maior densidade eleitoral foram privilegiadas em detrimento daquelas que possuíam menor poder de pressão" (LEAL, p. 170, 2003). Como visto no capítulo anterior, a RPA 3, que mais recebeu investimento do OP, do qual o bairro de Casa Amarela faz parte, desde a lei 16.293/97. Portanto, seria correto afirmar que a área que mais recebeu obras do OP realmente foi a mais articulada e também pelo aquecimento econômico causado pela gentrificação.

Mesmo diante de um cenário de vitória em relação às reivindicações da área de Casa Amarela em relação ao OP, é necessário destacar que no mesmo período, 1993 a 1997, essas conquistas já eram muito relacionadas à estreita ligação entre os moradores de Casa Amarela e a partidarização política. Esse processo de articulação que culmina em conquista das lutas do bairro, também alcançou as lideranças e demais *status* do movimento de moradores, como por exemplo, a incorporação de objetivos políticos dentro das associações de moradores, a cooptação política em forma de cargo comissionado e até de transformação do espaço físico das sedes dos movimentos em comitês ligados à partidos e políticos.

Em pesquisa realizada em 1991, 88% dos associados à Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselho de Moradores de Casa Amarela (FEACA) se opuseram à presença de partidos políticos nos movimentos sociais (FERREIRA, 1991). Os principais motivos apresentados pelos entrevistados foram: o impacto negativo na comunidade, que leva ao abandono da organização; as divergências partidárias entre as lideranças que causam divisão na diretoria; a incapacidade dos membros em separar as atividades populares das atividades

partidárias: devido a essa incapacidade, o militante aproveita seu espaço dentro da entidade e tenta obter votos para seu candidato durante as eleições; o desvirtuamento dos objetivos da entidade e a dificuldade de atendimento dos órgãos públicos às entidades devido ao fato de que os líderes desses órgãos são conhecidos como oponentes do governo da situação (FERREIRA, 1991).

A antipatia da maioria dos participantes das entidades que compunham a FEACA revela a decepção com os companheiros partidário pela troca de objetivos “a FEACA não deveria se envolver em campanhas eleitorais, para assim poder manter o distanciamento necessário em relação ao Estado, seu maior interlocutor, e para garantir a autonomia da entidade” (FERREIRA, p. 137, 1991). Cabe destacar que a FEACA manifestou apoio durante as eleições de Jarbas para prefeito e governo estadual.

A gestão de Jarbas foi uma confusão tão grande na cabeça do povo. A militância foi completamente cooptada, pegos pela prefeitura de Jarbas para trabalhar. Alguns se venderam, outros foram de boa vontade. [...] Houve uma baixa no movimento. As lutas diminuíram. Muita coisa confundiu a cabeça do pessoal, e foi uma espécie de retrocesso para a gente. (FERREIRA, p. 139, 1991)

Ainda para a autora, este envolvimento com as entidades da FEACA e da própria federação contribuiu para a não filiação de novas associações e ao esvaziamento da instituição. Dando a impressão que os seus integrantes estariam comprometendo a autonomia da FEACA e de seus objetivos perante os objetivos partidários defendidos.

Além dos pontos políticos, o adensamento territorial, a verticalização – muito provavelmente causados pela exclusão de Casa Amarela na Lei dos 12 bairros –, a gentrificação e a mudança no perfil econômico e social das famílias no bairro, podem estar relacionados com o arrefecimento das ações dos movimentos sociais da região.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação concentrou-se em analisar quais foram os fatores que influenciaram na mobilização e desmobilização das ações dos movimentos de moradores do Bairro de Casa Amarela, Recife – Pernambuco. O ponto inicial foi o de problematizar quais as consequências políticas, sociais e territoriais causadas pela diminuição das ações que poderiam ser observadas entre o recorte temporal de 1986 e 2008. A escolha desta temporalidade foi realizada através da abertura política e a primeira eleição municipal direta após a ditadura militar no Brasil.

Para analisar os fatores de mobilização e desmobilização foram elaboradas hipóteses, relativas aos pontos de organização, causas da reivindicação e cenário político, social e territorial, como a efervescência política em Recife durante o século XX, envolvendo as questões de moradia, requalificação urbana, contexto político/partidário e social. Estas hipóteses foram confirmadas no sentido de revelar que as mobilizações foram construídas de maneira espontânea, porém organizadas pelos movimentos sociais, através da busca da cidadania e melhores condições de vida e equipamentos urbanos para o bairro. Em relação à desmobilização, foi verificado que a diminuição das ações do movimento de moradores foi cerceada por vários fatores, podendo ser divididos entre fatores políticos, sociais e territoriais. Entre os fatores políticos, destaca-se o engajamento do movimento de moradores nas campanhas e administrações de Jarbas Vasconcelos (PSB), durante os períodos de 1986-1988 e 1993-1996, e de João Paulo (PT), de 2001 a 2008. Este envolvimento, aliado ao partidarismo das lideranças, provocou alterações significativas na maneira como as classes populares manifestam e participam nos processos políticos locais. No âmbito dos fatores territoriais, destaca-se como elemento preponderante o desmembramento de Casa Amarela pela sua subdivisão em Regiões Político-Administrativas (RPAs) independentes, uma decisão de cunho político que resultou na desintegração do bairro original e enfraqueceu o movimento de moradores ao fragmentá-lo em bairros independentes. Além desse rearranjo, a transformação na estrutura urbana e social também se manifesta territorialmente, notadamente pelo processo de gentrificação, que introduziu novas dinâmicas na vivência do espaço do bairro. Por outro lado, os fatores sociais, decorrentes de mudanças políticas e sociais, evidenciam-se pela ascensão do poder aquisitivo na porção do bairro que hoje corresponde à Casa Amarela. Isso resultou na atração de uma população mais diversificada, com maior capacidade financeira, seduzida pelo fenômeno de

verticalização proporcionado pelo mercado imobiliário, catalisado pelas alterações na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). A verticalização, nesse contexto, possivelmente ocasionou a substituição de famílias de classe baixa por residentes de maior poder econômico, que, por sua vez, podem não estabelecer interações equivalentes com a comunidade local.

Referente às contribuições desta pesquisa, as hipóteses formuladas em busca dos objetivos confirmam que o movimento de moradores de Casa Amarela, configurados como movimentos sociais reivindicativos, passaram por um ciclo de mobilização, auge de participação popular e de suas pautas reivindicatórias (obviamente não alcançando todas), e um momento de diminuição de suas ações. É neste momento de arrefecimento das ações populares que, envoltos em uma onda de participação guiada pela prefeitura, enfrentaram desafios como cooptação e desarticulação política, formação eleitoral dentro dos movimentos e associações de moradores do bairro, e gradual saída das famílias do bairro, em busca de lugares mais tangíveis como sua realidade econômica.

A contribuição desse estudo se faz no sentido de direcionar e analisar os fatores de desmobilização dos movimentos de moradores de Casa Amarela, pois, a vasta literatura que versa sobre o assunto, em sua grande maioria, revela apenas os motivos que uniram os moradores em busca de sua cidadania. Por tratar-se de um trabalho de dissertação onde o recorte temático e temporal deve ser ajustado à pertinência do trabalho, esta pesquisa buscou analisar as gestões mais próximas dos movimentos sociais e direcionou sua análise em torno das pautas relativa às questões urbanas. Para as possíveis pesquisas que vierem a ser desenvolvidas tendo este trabalho como referência, é sugerida a análise do grau de participação dos movimentos de moradores, não apenas de Casa Amarela, mas de locais com a pertinência de ações onde a busca de cidadania seja sua bandeira. Podendo ainda ser analisado por diversos fatores, como o mapa de votos, grupos políticos e visões norteadoras, como ideologia política, religião e tensões políticas.

As limitações enfrentadas para a escrita da dissertação se deram, em sua maioria, pelo isolamento causado pela pandemia mundial de Covid-19. Período no qual a escrita foi realizada, e as bibliotecas e banco de dados não puderam ser utilizadas em sua totalidade. Além de questões sanitárias que impediram as entrevistas presenciais. Contudo, estas limitações não atrapalharam a aferição das hipóteses confirmadas.

É importante destacar que esta dissertação não decreta o fim das mobilizações sociais em Casa Amarela. Foi realizada uma análise comparativa entre as mobilizações e as desmobilizações durante os anos de 1986 a 2008. Os movimentos de moradores do atual bairro de Casa Amarela e de todos os bairros que faziam parte dele até 1988, mesmo diante de todas as dificuldades impostas, continuam de forma coletiva contestando por melhorias em seus bairros, seja por equipamentos urbanos, regularização fundiária e participando das instâncias democráticas de decisão. É neste movimento de dança, onde uma hora se movimenta e na outra, se descansa, que o título deste trabalho se faz referência. Os bairros periféricos da cidade do Recife revelam uma força indescritível em reivindicar seus direitos em busca de cidadania e justiça social. Em uma das capitais mais desiguais do Brasil, é por meio dos movimentos sociais que Recife respira.

## REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.

ANJOS, L. et al. Análise dos Impactos Socioambientais para o risco a deslizamentos no bairro de Nova Descoberta, zona norte da Cidade do Recife-PE. *Revista de Geografia, Recife*, v. 40, n. 1, p. 105 -124. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.51359/2238-6211.2023.254786>. Acesso em 07 jul. 2023.

BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. **Alagados, Mocambos e Mocambeiros**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. 24, ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. 5ed. México, Siglo XXI, 1978.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2013.

CAVALCANTI, G. B. **Lutas e Resistências dos Moradores da Periferia da Cidade do Recife (1955-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/6765/2/Geane%20Bezerra%20Cavalcanti.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

CEZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 1, p. 141 a 160, jul./dez. 1985. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/970>. Acesso em: 05 dez. 2021.

CÔRREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA DE CASA AMARELA. **Casa Amarela: Memórias, Lutas e Sonhos...** Recife: Gráfica Inojosa, 1988.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: O Legado da “Raça Branca”**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, R. V. L. **Os Movimentos Sociais e os Partidos Políticos: Um Estudo de caso das Associações de Moradores filiadas à Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela - FEACA**.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

FISCHER, Brodwin. Beyond Insurgency and Dystopia: The Role of informality in Brazil's Twentieth-Century Urban Formation. In: ANDERS Freia; SEDLMAIER Alexander. **Public Goods versus Economic Interests. Global Perspectives on the History of Squatting**. Nova York: Routledge, 2017.

GASPAR, Lúcia. Casa Amarela (Bairro, Recife). In: Pesquisa Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/casa-amarela-bairro-recife/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOMINHO, Z. O. **Veneza Brasileira X Mucambópolis: O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JACOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990.

LACERDA; ARAUJO; ALVES; CUNHA. **Lei dos 12 Bairros: Contribuição para o debate sobre a produção do espaço urbano no Recife**. Recife: CEPE, 2018

LA MORA, L. Os Movimentos Sociais na Formação e Transformação do Espaço Urbano Recifense. In: REZENDE, A. P. (org.). **Recife: Que História é Essa?** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987. p. 255-265.

LEAL, Suely. **Fetichismo da Participação Popular: Novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil**. Recife: CEPE, 2003.

LUNA, A. C. **O Discreto Charme da Democracia: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11619>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MALUHY, B. **Mudança do padrão de consumo durante o governo Lula**. 2014. Monografia de bacharelado (Graduação em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MELO, Mário Lacerda. **Metropolização e Subdesenvolvimento: O Caso do Recife**. Recife, Editora Universitária, 1978.

MELO, R. Modelos participativos nas democracias atuais: O orçamento participativo no Recife. In: II Seminário Internacional sobre cultura, imaginário e memória da América Latina, 2009, Curitiba. **Anais XVII Semana de Humanidades**. Curitiba: 2009. p. 1-8.

MENEZES, L. **Potencialidade e limites da participação popular de qualidade na definição técnica de parâmetros urbanísticos em zonas especiais de interesse social: O Caso da ZEIS Monan Pequeno, Niterói – RJ**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2013.

MORRISON, Allen. **The Tramways of Brazil: A 130-Year Survey**. 1989. Disponível em: <http://www.tramz.com/br/re/re.html>. Acesso em: 05 dez. 2021.

PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Editora Massangana, 2015.

PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950**. Recife: Editora Universitária, 2001.

RODRIGUES, L. **Os Movimentos Populares e as Eleições Municipais: Uma permanência histórica nos destinos do Recife**. 2010. Monografia (Especialização em História do Século XX) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ROLNIK, R. É Possível uma Política Urbana Contra a Exclusão? **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Ed. Cortês. n.72, ano XXIII. p.53-61. Nov./2002.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Regina Bega de. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVA, E. **Das tensões às intenções: gestão do planejamento urbano e Orçamento Participativo no Recife (1997 a 2002)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, I. **Lutando, construímos histórias e derrubamos muros: Breve relato da família Maria da Silva na Construção das Iniciativas Populares em Casa Amarela, Recife-PE**. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, N; AMORIM, M; MONTENEGRO, A. **Movimento de Bairro: Repetição/Invenção**. Recife: Etapas, 1988.

SILVA, R. **Plano diretor municipal: A Governança no Processo de Revisão do Plano Diretor do Recife**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOUZA, Jessé de. **Subcidadania Brasileira: Para Entender o País Além do Jeitinho Brasileiro**. Rio de Janeiro: LEYA, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade: Uma Introdução ao Planejamento e à Gestão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **Production de la société**. Paris, Ed du Seuil, 1973.

TOURAINÉ, Alain. **La voix et le regard**. Paris, Ed. Du Seuil, 1978.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001,

ANEXO A – FORÇA POPULAR. JORNAL DA PRÓ-FEDERAÇÃO DE CASA AMARELA. RECIFE, MAIO/JUNHO, 1980.

URB NOV PE

Centro de Pastoral Verqueto  
N.º 13.01.84  
BIBLIOTECA

# FORÇA POPULAR

JORNAL DA PRÓ-FEDERAÇÃO DE CASA AMARELA MAIO/JUNHO/80



SÃO JOÃO NAS ÁREAS



A DESAPROPRIAÇÃO VEM AÍ OS CURSOS



A GREVE DE SÃO PAULO



CÓDIGO DO MENOR



CANAL DA MACAXEIRA

# CONSELHO DE MORADORES

Os moradores do Córrego do Jenipapo estão de parabéns. - Depois de muito trabalho e tentativas de organização, conseguiram dar um grande passo, com a fundação do Conselho de Moradores, cuja Assembleia de fundação ocorreu no dia 24 de maio próximo passado.

Mesmo com as dificuldades encontradas até na hora da assembleia, que começou a base da vela, dada a falta de energia elétrica, que só chegou no fim da reunião, mesmo assim o trabalho teve êxito porque para o povo organizado: querer é poder.

Na assembleia foram apresentados alguns trabalhos já em andamento e outros para começarem. Se fizeram representar, o Cruzzeiro Futebol Clube, o Conselho de Brasília Teimosa e membros da Comissão da Associação de Casa Amarela. A assembleia contou também com a presença de dois violonistas, que ajudados por suas violas, fizeram em poesia e versos elogios a ação do povo ao mesmo tempo que parabenizavam pela fundação do Conselho de Moradores.

A 2ª Assembleia ficou marcada para o 2º domingo de Junho, desta vez com a finalidade das áreas apresentarem seus representantes para a diretoria do conselho.

FALTOU A DANADA DA LUZ, MAS A GENTE FAZ A ASSEMBLÉIA ASSIM MESMO!

E VAMOS FUNDAR O NOSSO CONSELHO.



Para se chegar a este projeto de Fundação do Conselho, os moradores se reuniram várias vezes, promoveram a partir dos problemas sentidos pela população várias atividades e trabalhos, como por exemplo: A semana de saúde, a feira popular, a campanha para a construção da escola e todo um trabalho de divulgação no bairro através de cartazes, faixas,

serviço de som do próprio bairro, convites e a nossa velha conhecida "cobra que por duas vezes passou pelas ruas do Córrego" convidando os moradores a se unirem e participarem do Conselho de Moradores que seria fundado.

Todo esse trabalho foi feito com o esforço de uma maneira ou de outra de todos os moradores do nosso Córrego do Jenipapo.

O FEIJÃO, A FARINHA, O LEITE, A CARNE... TUDO SOBE! E O PAPEL TAMBÉM SOBE. A GENTE ESTÁ FAZENDO UMA TIRAGEM DE 1200 JORNAIS E CADA UM CUSTA CR\$ 2,80 (DOIS CRUZEIROS E OITENTA CENTAVOS).

**FORÇA**  
EXPEDIENTE

ÓRGÃO DA PRO-FEDERAÇÃO DE CASA AMARELA

Rua Córrego do José Grande Nº 126  
Casa Amarela Recife - Pernambuco  
CEP. 50.000

AGORA MINHA GENTE, PARA O NOSSO JORNAL CONTINUAR VIVO, APARTIR DESTA NÚMERO, ELE PASSARÁ A CUSTAR **CR\$ 3,00** (TRÊS CRUZEIROS)



# NOVA DESCOBERTA

O povo de Nova Descoberta, há um ano está se mobilizando para melhorar o bairro. Muitas foram as idas e voltas até a URB, muitas as assembléias sobre água, lixo, luz, pavimentação e outros problemas. Marco importante desta caminhada do povo, foi a assembléia de 6 de março. Um as 250 pessoas presentes representavam 10 áreas dos altos e córregos da região. Foram convidados os diretores da URB e COMPESA.

O povo reivindicou e denunciou:

- 30 canos derramando água (Por isso a água não sobe nos altos);
- água para os altos;
- limpeza do canal e caixas coletoras;
- pavimentação nos altos e córregos;



-não recebimento, pela COMPESA, de abaixo-assinado do feito pelo povo.

E o povo gravou direitinho o que o Diretor da URB prometeu: "Dentro de 90 dias vamos iniciar um programa-piloto. Vamos colocar água nos morros do Alto da Esperança, da Favela, do Morro da Conceição". E falou de mais projetos para melhorar Casa Amarela. Então, vamos esperar e ir cobrando.

Mas o povo saiu da assembléia pouco satisfeito e se perguntando uns aos outros: "É porque água só para 3 morros?" "Ainda não houve uma boa limpeza nos canais". "Não chegou sequer uma caçamba para o lixo".



Mas depois de um tempo, estão se vendo alguns frutos da união do povo em Nova Descoberta. Foram consertados os canos. Começou a limpeza do canal. Está havendo uma pesquisa encomendada pela URB em alguns morros, para água. E é assim mesmo. É o povo se unindo que vai conseguindo as coisas. É por isso que a Comissão Central pró-Conselho de Nova Descoberta está se reunindo todo sábado, ora em um morro, ora em um córrego, para discutir os problemas do povo e ver a formação de um Conselho que dê mais força e organização ao povo. Com bastante suor do povo conseguimos só poucas coisas. Temos ainda muito chão na frente, muita coisa a ser feita lá em Nova Descoberta.

## "QUE O PAPA OUÇA OS CLAMORES DO POVO"

"Que o Pastor Universal se detenha por alguns instantes a escutar os clamores do povo, a ouvir alguém deste povo, que em nome do povo, diga ao Papa como é a vida, quais as angústias e as aspirações deste povo..." É um trecho do abaixo-assinado com mais de 7.500 assinaturas dos bairros populares entregue a D. Helder. Foi a vez do pobre, porque bem antes, D. Helder tinha manifestado o seu desejo que o Papa, no Recife, venha ver de perto o sofrimento e a pobreza do povo "às margens das avenidas por onde ele vai passar, porque ele não vem aqui como turista".



Nos dias 30,31 de maio e 1 de junho, em São Paulo, Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores - PT. Representando Pernambuco, foram para o encontro 4 delegados eleitos no encontro estadual do dia 30 de março.

O encontro em SP será para a eleição provisória da Diretoria Nacional do PT. Serão aprovados os estatutos e programa e o pedo de registro do PT no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

**OLHA A QUADRILHA, PESSOAL!**

Na Macaxeira e no Jenipapo vai ter forró, ciranda e sem discoteque. A quadrilha é organizada por Sabino Campos, com a direção geral de Tonho Bem-te-vi e Tonio. Marcadora: Sandra. A quadrilla arabiana é formada por 24 pares que vão se apresentar na rua São José, 314. Haverá barracas e comidas típicas.

Lá no Campo do Careca, no final da Rua Barão de Granito (por trás da Rua da Carolina), também vai ter festejos no São João e São Pedro. Os grandes vão dançar quadrilha e forró, e os pequenos vão ter muitas brincadeiras: com saco, com pau de sebo e outras mais. Além disso o milho, canjica e o bolo de milho irão garantir a festa de casamento da quadrilha "Tã Preta...mai noi brinca", organizada pelo Setor Jovem do PMDB de Casa Amarela.



O pessoal do Alto do Mandú, também está preparando o seu arraial: será no dia 23 de junho, na Rua Humaitã, contando com a cooperação e participação dos moradores da localidade e vizinhanças. Vai ter uma abertura com músicas sertanejas, depois vem a apresentação da quadrilha infantil, a quadrilha dos adultos, improvisada na hora, com ciranda e muitas outras atrações.

Não percam! Venham dançar com a gente, na Macaxeira e no Jenipapo, no Campo do Careca, ou no Alto do Mandú.

**MOVIMENTO AMIGOS DAS CRIANÇAS PROMOVE CURSOS.**

- Curso de Mamulengos: com duração de um mês - aulas no sábado e no domingo - das 08;00 às 11;30 horas.

- Áreas onde se realizará o curso.

- Julho - M. da Conceição
- Agosto - Vago
- Setembro - A. do Mandú.
- Outubro - Vago
- Novembro - Vago

As áreas que estiverem interessadas no curso - procurem o quanto antes a equipe de criatividade.



**.. MORRO DA CONCEIÇÃO.**

O departamento Cultural do Conselho de Moradores do Morro da Conceição está realizando uma exposição de fotografias, com palestras e debates sobre a festa do morro. O mesmo departamento avisa que estão abertas as inscrições para o curso de Primeiros Socorros.

**Curso sobre O NOVO CÓDIGO DO MENOR.**

Todo 1º domingo de cada mês às 15:00 horas no Conselho de Moradores de Nova Descoberta - R. Nova Descoberta nº 1713. ...Os convidados são os animadores, pais e professores.



PREMIO NOBEL DA PAZ PARA DOM PAULO, CARDEAL DE SÃO PAULO

É o que sugere a Assembleia Legislativa de São Paulo, através da moção nº46, de 21 de março. "Que o Presidente da República se digne democraticamente, promover ampla campanha nacional para que o Cardeal Arns seja indicado para o Premio Nobel da Paz, uma vez que o cardeal representa um marco significativo para a reconquista pelos trabalhadores, dos seus direitos de luta por uma existência justa e digna.

*→ e também no coração do Sr. Armando...*



"DESABAFANDO, e VIBRANDO DE ALEGRIA, o povo do Canal da Macaxeira.

O povo do Canal da Macaxeira choveu em peso ao encontro com o senador Marcos Freire, na tarde de sábado, 25 de maio. Ros-tos pálidos, cansados pela dureza da vida, mas cheios de esperança e com vontade de se unir mais. Para esta caminhada, cada vez mais unidos e organizados, e com as antenas ligadas a quem oprime e engana o povo, ajudaram bastante as palavras do senador, de Pedro Eurico da "Justiça e Paz" e de Roberto Arraes do movimento "Terras de Ninguém". Todos eles bateram na mesma tecla: "É o povo unido e organizado que vai conseguir melhores condições de vida. A Igreja, a Fase, a Comissão "Justiça e Paz" estão lutando ao lado do povo. Mas o povo unido vale mais que tudo isso. Tem mais peso".

Quando o senador informou que o prefeito pediu uma bolada de dinheiro aqui e fora para o Projeto Recife, quer dizer, para todos estes trabalhos, como o Canal, o povo então abriu a boca no mundo: "A gente não sabia disso não". "Na Prefeitura, para nós aqui, é sempre a mesma cantilena: não tem dinheiro para vocês, não". "É o doutor... que esteve aqui outro dia, e foi até xingando a gente, nunca falou disso para a gente!"

E outros desabafaram: "Alguns daqui aceitaram da Prefeitura o material para fazer um arranjo no Canal. Mas arranjo não é canalização e serviço bem feito". "O povo daqui, pobre, cansado pelo trabalho, mal alimentado, será que pode fazer um trabalho bem feito?" "Querem su-gar até as últimas gotas de sangue da pobreza... e nos bairros ricos e o povo que faz estes trabalhos?" "O salário que o povo recebe é salário de fome".

E o senador insistindo: "Quero que o povo fiscalize aonde o prefeito vai usar este dinheiro. Vim de Brasília fiscalizar e fiz questão de passar por uma porção de bairros e comunidades".

O povo vibrou de alegria, com um rojão de aplausos, quando Pedro Eurico falou: "Depois de 3 anos de luta, até que enfim conseguimos o "uso ca-pião" da área aqui, cobijada aliás pela Companhia Othon, que faz de tudo para expulsar o povo. Foi uma vitória da união de vocês. Vamos reforçar esta união com mais e mais vitórias".

E o povo voltou para suas casas animado e acreditando mais que a verdadeira força está no povo unido e organizado.

## SAÚDE DO POVO



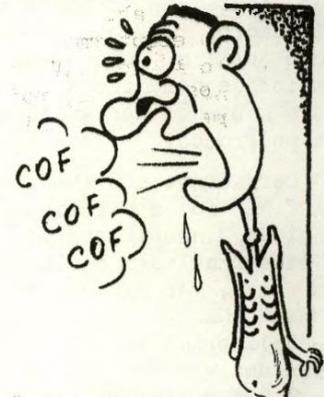
Quase todos os remédios que o povo compra nas farmácias, pagando os olhos da cara, são feitos na base de ervas. Mas então porque o povo não pode preparar os seus remédios?

Em várias áreas de Casa Amarela, grupos de moradores estão se reunindo para conhecer melhor as plantas e as ervas.

Vai abaixo algum remédio que o povo mesmo pode fazer, sem prejudicar mais ainda o já apertado salário:



1) Contra a HEPATITE: entre-casca da goiabeira e raiz da japecanga. Coloca-se numa panela nova um pedaço da entre-casca da goiabeira e um pouco de raiz da japecanga. Deixar ferver bem e coar. Encher um litro limpo e tomar diariamente.



2) Contra TOSSE-COQUELUCH Cozinha-se bem 2 jenipa - pos grandes, espreme, coa e bota no fogo com açúcar e, para um litro de calda, usa-se um kilo de açúcar. Deixa ferver até dar o ponto. Modo de usar para crianças- uma colher de chá, de 4 em 4 horas; para adultos- uma colher de sopa, de 4 em 4 horas.



**METALÚRGICOS**

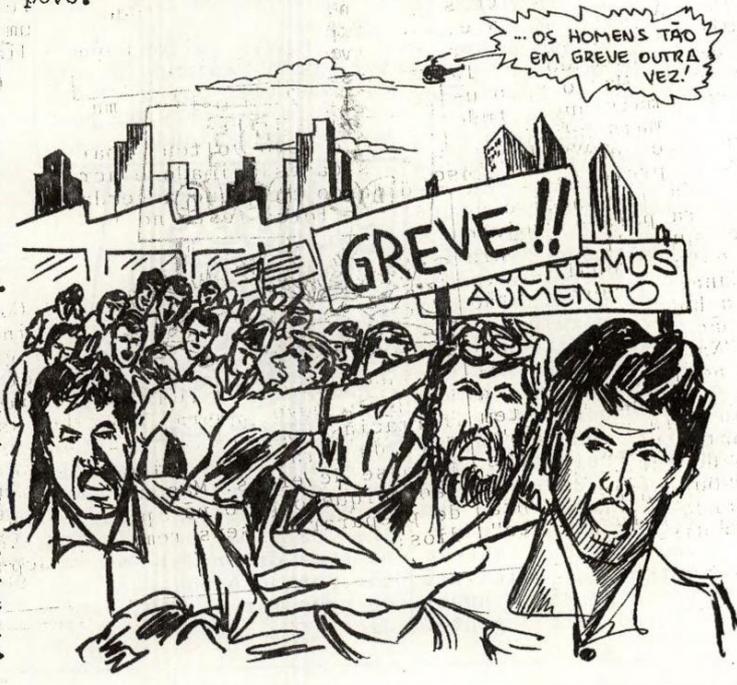
..A GREVE DE SÃO PAULO..

Antes de falar da greve do ABC gostaria de perguntar: de onde nós, moradores dos Morros e Córregos de Casa Amarela recebemos notícias da greve? ..... Certamente foi da T.V. ou do Rádio. Não é? ..... Agora vamos tentar lembrar quem era entrevistado pela T.V. e pelo rádio. Só era patrão, ministro ou secretário de segurança. A T.V. ou o rádio nunca foi entrevistar um peão que estava em greve. Estou dizendo isto para a gente abrir os olhos quando escutarmos notícias pelo rádio, T.V. ou lermos nos jornais, pois esses meios de comunicação estão nas mãos dos grandes e poderosos.

Certamente a Greve do ABC não foi a vitória final da Classe Operária. - Temos uma longa caminhada à fazer, MAS NINGUÉM PODE NEGAR QUE FOI UMA VITÓRIA. - Pela primeira vez se fez uma greve de 41 dias com 90% dos trabalhadores parados e SEM PIQUETE, sem ninguém nas portas das fábricas. - Se fez a greve não tanto por uns tostões a mais; mas, para ter ESTABILIDADE no emprego, quer dizer: que pelo menos durante um ano ninguém seja botado para fora do emprego

- Os patrões tinham ao seu lado a Justiça do Trabalho, o ministro do Trabalho, o Governo, a polícia e o exército que mandaram helicópteros para atemorizar os trabalhadores. Além disso os patrões tinham o rádio, a TV e os jornais ao seu lado. - Mas os trabalhadores mesmo com a diretoria toda presa continuaram a força, mostrando que estava não somente na diretoria do Sindicato; mas na diretoria com todos os trabalhadores - era uma luta de todos os trabalhadores. - E os trabalhadores continuaram a greve pacificamente, mesmo quando a polícia descia o pau e prendia. - Houve participação das mulheres e das crianças dos metalúrgicos como também o apoio de jovens e velhos, da Igreja e parlamentares ligados ao povo.

Os trabalhadores tiveram apoio em todo Brasil e de fora do país, apoio este que se transformou em arrecadação de dinheiro no meio do povo e dos trabalhadores. - Aqui no Recife o Comitê de apoio arrecadou dinheiro nas missas, nas ruas e nas portas das fábricas. Aqui em Casa Amarela o povo andou com a cobra conscientizando o povo dos acontecimentos e arrecadando dinheiro. - Em todo o Recife se arrecadou Cr\$ 330.205,60. - Quando os metalúrgicos do ABC decidiram voltar ao trabalho, não voltaram de cabeça baixa, mas organizados e decididos de continuar a luta dentro da fábrica. - Agora me digam: Podemos ainda dizer que não foi uma vitória? - AOS POUCOS A CLASSE OPERÁRIA COMEÇA A SE ORGANIZAR E RESISTIR.



# A DESAPROPRIAÇÃO VEM AÍ

Como tão bem a gente sabe o problema da terra é muito grande e sério; pois os ricos dominadores se apossaram de tudo e deixaram o povo sem nada.

Um exemplo bem claro dessa situação é a luta do povo de Casa Amarela para conquistar o direito a um chão de casa. Quem já não ouviu falar da luta do povo do Canal da Macaxeira, do Córrego do Nenem em N. Descoberta, da Vila São José no Alto José Bonifácio, do Escailabe no Alto José do Pinho e a luta do Movimento Terras de Ninguém, que há cinco anos vem enfrentando a exploração da Empresa Imobiliária de Pernambuco? ...

Esse povo que luta para conquistar o direito a um chão, acredita numa grande verdade: "O direito a terra é Deus quem dá, a necessidade é quem prova e o povo unido e organizado é quem realiza essa grande verdade.

A luta do povo das Terras de Ninguém tem sido dia-a-dia nesses últimos cinco anos. Durante esse tempo a Empresa Imobiliária de Pernambuco pintou o diabo com os moradores, dezenas de moradores foram parar na justiça. Na semana retrasada mais uma vez Arnaldo, o nosso "prefeito" era intimado, e tudo indicava pelas audiências anteriores que a justiça mais uma vez, queria dar direito aos exploradores, decretando o despejo de Arnaldo e família.

Chegou o dia da audiência, chegou o povo, chegou a hora, o povo entrou ... Era prá lá de cento e tantas pessoas que lotaram os corredores do 4º andar do prédio onde se resolve essas questões. O povo foi lá porque acredita que toda família tem o direito sagrado a um chão de casa e a justiça não podia decretar o despejo de Arnaldo e família. Animados por essa grande verdade o povo está cada vez mais se organizando para exigir que o Governo do Estado cumpra com sua palavra desapropriando (da Empresa Imobiliária de Pernambuco) as terras de Casa Amarela, para que cada família durma tranquila no seu chão e fique de uma vez por todas livre da exploração.

Enquanto durava a audiência de Arnaldo e Esposa com o dono da Empresa, na presença do Juiz e dos advogados, o povo sentava-se nos corredores e conversava sobre a vida, sobre a luta.



Continua

-7-

# desapropriação

vem  
aí  
(continuação)

Todos que chegavam para resolver um problema ou outro, como também os empregados que apareciam faziam sempre a mesma pergunta: "quem é esse povo"? A resposta brotava de lábios diferentes mais era sempre a mesma -somos das Terras de Ninguém e viemos aqui para nosso ir mão não ser despejado. Um que escutou essa resposta disse: se tivesse mais gente assim: esse Brasil era outro...

Depois de duas horas e meia de audiência, sai Arnaldo e Odete acompanhados pelos advogados dizendo: VENCEMOS: das mãos caulejadas e cheias de justiça sai uma salva de palmas e dos lábios corajosos ecoa um grito de viva para mais um das Terras de Ninguém, que tem coragem de ir até o fim pela causa de todos.

No acordo ficou acertado que Arnaldo e família ficarão morando no chão da confusão e de lá não sairão.

Alegres com mais uma vitória conquistada em direção a Desapropriação de todas as bocas ecoou um hino, cantando a força - que os tinha unido para vencer o explorador, fazendo valer a justiça. "Quem foi que aqui nos reuniu? Foi o amor ... No meio do cantico o povo se deu as mãos e erguendo-as terminavam o refrão: "assim ninguém nos poderá vencer.

Descendo os degraus o povo cantava: Caminhando e cantando e seguindo a canção / somos todos iguais braços dados ou não nas escolas e nas ruas - campos e construções / somos todos iguais braços dados ou não.



Enquanto o povo descia todos paravam para ver e os empregados saíam de suas salas para ver uma banda diferente, uma banda da união que leva a vitória.

Em baixo se cantou o hino oficializado pelo povo para a luta de Casa Amarela. "Faz 4 anos que a luta começou", composto e cantado naquele momento, por Nelson, o poeta que os Morros consagrou.

No dia seguinte (22.05.80) saiu nos jornais da cidade uma nota da Comissão do Movimento Terras de Ninguém e uma outra do Conselho Pastoral dos Altos e Córregos de Casa Amarela, esclarecendo e apoiando a luta do povo por um chão para morar.



ATENÇÃO REPRESENTANTES DE ÁREAS:

traga a sua matéria do próximo jornal na primeira quinta-feira de julho, às 19.00 hs, para a casa paroquial do buriti

ANEXO B - CARTAZ DO MOVIMENTO TERRAS DE NINGUÉM. RECIFE:  
ACERVO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO.  
DISPONÍVEL EM: ACESSO EM 07 JUL. 2023.



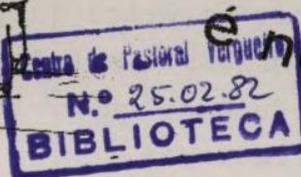
ANEXO C – JORNAL DAS TERRAS DE NINGUÉM. RECIFE, N. 1. 1981.

# Terras de Ninguém

nº1  
out-81



desapropriação:  
essa terra  
é nossa



Passamos mais de cinco anos lutando, junto com os moradores, pela desapropriação das terras da chamada "Propriedade Marinho". Após todo este tempo, o Governo só desapropriou uma parte, que foi a da Empresa Imobiliária de Pernambuco, do Sr. Roberto da Rosa Borges.

Nossa luta pela desapropriação de toda a área vai continuar, mas a vitória final só será conseguida se houver a participação efetiva de todos os moradores.

Na área já desapropriada, a luta também continua, através de discussões, troca de idéias, reuniões, para que possamos continuar acompanhando todo o processo da venda dos terrenos aos moradores, para que assim possamos garantir uma desapropriação verdadeiramente justa para os moradores de Casa Amarela.

Atualmente, está sendo feita a medição de todos os terrenos da área desapropriada. Para que este trabalho seja realizado é necessária a colaboração dos mora

dores, permitindo o acesso às suas casas, desde que se certifiquem da presença de membros da Comissão das Terras e da Secretaria da Habitação na equipe que está visitando as residências. Somente após a medição desses terrenos e que será aberto o processo de venda definitiva do terreno aos moradores. Mas, quem já pagou o seu lote, apenas irá regularizar a documentação; quem já pagou uma parte, esta será abatida do preço total da nova compra.

Vamos garantir um preço justo para as nossas condições! Juntos, unidos e atentos vamos continuar lutando pelo nosso pedaço de chão, moradia e uma vida digna para se viver plenamente.

## MORRO DA CONCEIÇÃO: POVO LUTA PELA DESAPROPRIAÇÃO

Os moradores do Morro da Conceição junto com a Comissão das Terras de Ninguém estão, a cada dia, mais se aproximando da desapropriação. Quase todo mundo deixou de pagar.

No dia 3 de outubro foi realizada uma grande assembléia, onde foi aprovado, por unanimidade, um documento que será encaminhado ao Governo. Neste documento os moradores co-

locam sua posição diante da situação de miséria e exploração em que vivem, realidade esta que foi comprovada através de uma pesquisa feita pelos próprios moradores da área. No final do documento, eles, os moradores, exigem uma desapropriação onde o preço do chão seja o mínimo possível e de acordo com a situação financeira dos que vivem nesta comunidade.



Após reunião havida no Córrego do Genipapo, quando foi tirado um documento pedindo ao Governo a desapropriação daquela área, os "ditos donos" dos terrenos conseguiram que o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) intimasse, para prestar depoimento, um morador deste Córrego, tentando com isso ameaçar e atemorizar a Comissão das Terras, o Conselho de Moradores e os habitantes do Córrego do Genipapo, que juntos estão lutando pela desapropriação dos terrenos da chamada "Propriedade de Marinho".

Mas a manobra não surtiu o efeito por eles esperado porque a luta pelo direito a um pedaço de chão continua, cada vez mais firme e mais forte. O caso está sendo denunciado às autoridades e ao povo para que se faça justiça e para que a Polícia defenda os reais interesses e direitos do povo, como é a sua obrigação.

Precisamos acabar com a exploração dos tubarões das terras sobre os moradores, as perseguições e as ameaças que atemorizam diariamente a vida desse povo tão sofrido, sacrificado e tão trabalhador!

NOSSA SOLIDARIEDADE E  
APOIO AO PE. REGINALDO

O processo de julgamento do Pe. Reginaldo ainda não terminou. A perseguição e ameaça de prisão sobre este defensor dos pobres e explorados ainda continua. Mais um julgamento será feito em Brasília.

Nós, da Comissão das Terras de Ninguém, estamos ao lado deste representante da Igreja que está sendo julgado como um criminoso pelo fato de dedicar-se à luta em favor dos trabalhadores e dos oprimidos. Nós continuaremos juntos nesta luta até o final, seja para enfrentar as dificuldades ou comemorar as vitórias. Vamos juntos com o povo lutar para que a justiça se faça e o Pe. Reginaldo possa continuar conosco, em liberdade!

## ATENÇÃO

Os moradores das Terras de Ninguém não devem mais nada à Imobiliária. Nós conseguimos que na desapropriação fosse incluído o perdão de todas as dívidas que os moradores tinham com a empresa exploradora.

A Comissão da Terras de Ninguém avisa que sua sede está à disposição dos grupos que queiram se reunir por lá. Pedimos, no entanto, que comuniquem 72 horas antes.

Nosso endereço: Rua da Imbaúba, 206, Nova Descoberta.

EQUIPE RESPONSÁVEL:  
COMISSÃO DAS TERRAS  
DE NINGUÉM

CASA AMARELA - RECIFE - PE.

ANEXO D – BOLETIM INFORMATIVO. COMISSÃO DOS REPRESENTANTES DE CASA AMARELA. RECIFE, FEV. 1980.

1. Urb. Mor. Pop. - PE - Recife - Casa Amarela ©

Centro de Pastoral Perceptiva  
N.º  
BIBLIOTECA

# BOLETIM INFORMATIVO

(EXPERIMENTAL)

COMISSÃO DOS REPRESENTANTES DE C. AMARELA - FEV. 80

POVO SE REÚNE E FORMA ASSOCIAÇÕES.

QUEREMOS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES!

FUBA  
FEIJÃO  
AÇÚCAR  
FARINHA  
ETC  
CARNE

TA SUBINDO!!!

PEGA!

## CURSO DE DATILOGRAFIA

TA CHOVENDO COMPADRE?

NÃO. É QUE EU CAI NO CANAL!

# Jornal de

- para promover os trabalhos de seu bairro, grupo, Conselho de Moradores, Associação, Clube, Igreja e tudo de bom que exista no bairro.
- refletir sobre nossas atividades e acontecimentos que dizem respeito ao nosso trabalho.
- para conhecer as experiências de todas as áreas e comunidades de Casa Amarela.
- para promover a UNIÃO de toda Casa Amarela; para melhor, resolver nossos problemas.



Na Comissão de Casa Amarela, composta por dois representantes das diversas áreas, sentiu-se a necessidade de mais pessoas conhecerem o trabalho da COMISSÃO e o que está acontecendo nas diversas áreas de Casa Amarela.

As áreas fazem a reportagem, finanças e circulação: o bom seria uma equipe. Mas pelo menos uma pessoa deve ficar encarregada deste trabalho.

A equipe do jornal faz a redação final, diagramação, desenhos e montagem.

Todo mundo pode participar em qualquer fase de preparação do jornal. Se não souber aprenderá com outros. Precisamos de pessoas que saibam português, datilografia e desenho.

## ASSUNTO DAS ÁREAS:

... Deve ter alguma notícia de sua área em cada jornal; assim fica mais interessante e é fácil de se vender.

## A COMISSÃO DO JORNAL,

... em reunião aberta poderá discutir sobre os artigos; por isto é necessário que alguém da área esteja presente para defender.

## COMO DEVE VENDER O JORNAL:

1. Tente o apoio de todos os grupos da área: Igrejas, Agressões etc. Se eles participarem ficarão interessados em vender a outros o jornal.
2. Crianças principalmente do Movimento Amigos das Crianças, gostam de colaborar.
3. Outras pessoas interessadas.
4. Faça a quantidade de jornais que poderá vender.

# SEU BAIIRRO



Entregue os artigos e apanhe os Jornais nestes endereços.

. Centro de Treinamento: Rua 06 rrego José Grande 126.

. CEPIM - Centro de Pesquisa e Informações da Macaxeira: Rua Ida, na Casa paróquial da Vila do Buriti - Macaxeira.

## PARA FAZER O JORNAL:

Primeira semana do mês: Entrega dos artigos. Diga a quantidade de jornal necessário para sua área e se possível deixe em dinheiro a quantia correspondente aos jornais que pediu.

Segunda semana do mês: Na quinta feira haverá uma reunião para escolha da matéria do Jornal. Nesta reunião cada área deverá, ao fazer representar para ajudar na escolha dos artigos e notícias.

Terceira semana do mês: a equipe fará a montagem, diagramação, desenhos etc.

Quarta semana do mês: As áreas poderão apanhar os jornais nos endereços citados.

## COMO FINANCIAR O JORNAL.

1. Vender o jornal.
2. Se quisermos fazer o bonito e mais barato temos que conseguir alguns anúncios. Cada linha de 06 Cm. custará a importância de Cr\$ 20,00.
3. Fazer cotas ou conseguir ou tras doações.
4. Fazer uma campanha para se conseguir assinantes.
5. Cada jornal de quatro páginas custará Cr\$ 2,00 inicialmente ( fevereiro de 80).

---

---

---

---

---

---

INVASÃO TEM CENTRO COMUNITÁRIO:

Diante da necessidade de terem um local onde possam se reunir para discutir e resolverem seus problemas, os moradores da Vila Escalvado, no Alto José do Pinho, estão construindo um Centro Comunitário.

TEM CURSO DE DATILOGRAFIA:

O CEPIM - Centro de Pesquisa e Informações da Macaxeira, situado na Vila do Buriti, estará dentro de alguns dias realizando um Curso de Datilografia para pessoas da Comunidade. O centro se encontra aberto todos os dias a partir das 14 horas.

Lá vem 19 CRECHES.....

A Prefeitura liberou uma verba para a construção de 19 creches e, pelo que sabemos estão procurando terreno para instalação, de uma no Alto do Mandú e outra no Morro da Conceição. A conversa que começa a surgir é: Como vai ser organizada? Será que a comunidade vai ter voz? Trará empregos para a comunidade? Afinal, estas creches vão ser construídas com o imposto que pagamos.

ALTO DO MANDÚ

Depois de 14 anos de luta, se fazendo comissões, abaixo-assinados e visitas o Alto do Mandú conseguiu fazer com que a Companhia instalasse duas bombas, que além de garantir o fornecimento da água fizeram com que chegasse água nas casas que até então nunca tiveram direito. Afinal, valeu nossa luta...

# CONVITE

Venha participar.

O Alto do Eucalipto já fez uma associação, o 'Córrego do Jenipa' e está formando o Conselho de Moradores. E sua área está pensando em se organizar? Se você estiver interessado em saber o que é Conselho de Moradores, ou para que serve uma Associação de bairro, ou ainda como organizar os trabalhos de sua área, está convidado para um dia de ESTUDO sobre este ASSUNTO. - Local: Alto do Mandú, Colégio São Miguel. Dia 24 de fevereiro (domingo) das 08:00 da manhã às 16:00 da tarde. Traga o almoço ou lanche.

AINDA ESCOLA.

Depois de seis meses de lutas a Secretaria de Educação, os moradores do Córrego do Jenipa continuam ouvindo PROMESSAS. O Secretário diz que vai construir a escola, mas até agora nada. Por último disseram que não tem dinheiro e vão esperar uma doação de terreno por parte da fábrica dos Othons.

CANAL CHEIO DE ÁGUA:

Os moradores estão se encontrando todas as segundas-feiras. Em uma das últimas reuniões decidiram formar uma comissão e foram a Prefeitura exigir a construção do Canal, pois, com qualquer chuva o canal existente esborra e as águas invadem as casas causando doenças e destruindo muitas famílias. Afinal os moradores também pagam o imposto.

### A LUTA DO BONIFÁCIO

No Alto José Bonifácio existem ainda muitas ruas onde não chega água. E onde chega, na maioria das vezes, só chega depois das dez ou onze horas da noite.

No Alto da Conquista e na rua Bismark de Freitas o pessoal fez abaixo-assinados para a Compesa. Depois disso voltaram várias vezes, mas as comissões receberam sempre a mesma resposta negativa.

Uma vez que a Compesa afirma ser um problema geral e que não pode ser resolvido por rua, então "agora queremos que seja resolvido o problema da água em todo o Alto". Daí se formou uma única comissão para resolver o problema.

### SEGURANÇA PARA O ALTO

Outro problema levantado pelos moradores do Alto José Bonifácio é o problema da segurança.

Fizeram um abaixo-assinado para o Governador com 460 assinaturas solicitando um comissariado. Depois de idas e vindas ao Palácio do Governo e à Secretaria de Segurança, a solicitação foi parcialmente atendida. O Secretário de Segurança, alegando falta de pessoal, afirmou que se poderia voltar a falar no assunto depois de julho, quando serão admitidas mais pessoas.

De momento prometeu uma viatura que passara a fazer a ronda em todo o Alto.

### A URB CONTINUA ENROLANDO...

O problema do lixo em Nova Descoberta agora está mais sério devido a chegada das chuvas. Os canais

estão cheios de lama, areia e lixo. Com as últimas chuvas, sem ter por onde escoarem, as águas correm para dentro das casas, carregando lixo, animais mortos, etc....

Desde maio de 1979 temos exigido da URB uma solução para essa situação, chegamos inclusive a indicar as seguintes providências a serem tomadas: limpeza 3 vezes durante o ano dos canais, colocação de caixas coletoras nos Altos e nos Córregos e passagem de caminhão todos os dias. Porém a URB apontou tantas dificuldades: falta de pessoal, espaço para colocação das caixas coletoras e que será preciso uma pesquisa. E depois de todo plá, plá, plá, fizeram uma limpeza só até a metade de um dos canais, sem falar que foi preciso irmos lá para exigir que tirassem o lixo da rua e iniciarem o serviço precário da coleta.

Temos ouvido o presidente da URB e o prefeito de vez em quando prometendo resolver problema de limpeza urbana, dizendo que começou a operação pente fino, que vão chegar não se sabe quantos caminhões. Mas, na realidade nada disso chega para Nova Descoberta. Estamos pensando em fazer uma pesquisa para ver se N. Descoberta consta no mapa da cidade. Boa Viagem não tem nenhum problema destes. Por que será? O bairro da Madalena tem até Margaridas para varrerem as ruas... é poético isso. Será por acaso que Boa Viagem, Madalena, Espinheiro e outros bairros ricos são os únicos a pagarem impostos? Não. Nós, N. Descoberta, C. Jenipapo e todos os bairros populares, pagamos em tudo quanto compramos o IMPOSTO, e por que nós também não temos direito?

COMISSÃO FORMADA POR DIVERSAS ÁREAS DE CASA AMARELA EXIGE QUE OS IMPOSTOS PAGOS PELO POVO VOLTE EM BENFEITORIAS PARA TODOS OS BAIRROS.

Nos altos e córregos de Casa Amarela existem muitos problemas: faltam escadarias, escolas, transportes água, têm muito lixo, buracos barreiras, etc...

Todos estes problemas e outros foram reivindicados, levados em forma de documento aos representantes da prefeitura ( Secretários, etc...) quando do Encontro dos representantes de bairro. Mas não parou aí. Existe um grupo de representantes de várias áreas de Casa Amarela para continuar cobrando a solução destes problemas.

Nestes encontros a COMISSÃO aprendeu que sozinha não tem força e que é preciso que os moradores se organizem, discutam e procurem junto com a COMISSÃO ir buscando os direitos que tem. direitos em exigir que o governo faça as melhorias do bairro.

Se há um problema na rua, na área, é importante que os moradores mesmos comecem a se JUNTAR e formar blocos com outras áreas para reivindicar. É importante U N I R todas as áreas para a gente ganhar força e caminhar...

Além disso se começou a falar das Associações que seria uma maneira de U N I R AS L U T A S que estão sendo feitas, foram levantadas várias questões sobre a Associação: cada área faria sua associação, ou seria uma só associação? Para que servem essas associações? Seriam só para reivindicar a solução dos problemas ou seriam também para outras atividades? Para discutir estas questões, segundo se combinou na COMISSÃO haverá um encontro de todas as áreas, de Casa Amarela no próximo dia 24 de fevereiro.

"SOZINHOS SOMOS FRACOS, MAS JUNTOS SOMOS FORTES."

\* \* \* \* \*

G R E V E E M C A S A A M A R E L A

No último dia 04 de fevereiro 420 operários da URB, que realizam o trabalho de pavimentação e construção de escadarias no Morro da Conceição paralizaram os trabalhos! Paralizaram porque a URB não estava cumprindo o acordo.

SALARIAL assinado no dia 07 de janeiro. Revoltados os operários pararam e só voltaram a trabalhar quando a URB se comprometeu a pagar, inclusive o atrasado, conforme acordo Salarial firmado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil do Recife no dia 07 de janeiro de 1980.

A URB disse não ter pago o aumento porque o Sindicato não havia liberado o aumento.

Isto foi desmentido pelo presidente do Sindicato, Leovigílio da Silva ao afirmar que " a URB não falou a verdade, pois o aumento foi liberado há mais de 15 dias. Na primeira semana de janeiro, dia 07 o aumento estava liberado. A URB não quis pagar seus funcionários". Outro fato que vem comprovar isto é que os trabalhadores afirmam que os operários que estão no Morro da Esperança, também contratados pela URB, já estavam recebendo segundo o aumento firmado em acordo com o Sindicato.

Agora os serventes passam a receber Cr\$ 12,77 por hora e os pedreiros e carpinteiros Cr\$ 17,36 por hora.

\*\*\*\*\*

Leia e divulgue em seu bairro ..... Leia e divulgue em seu bairro.

Envie sua notícia para um dos endereços .... este jornal é nosso..

De sua sugestão de qual deve ser o nome do nosso J O R N A L e envie para um dos endereços ... colabor ... participe ... o JORNAL é nosso..

ANEXO E – JORNAL DE CASA AMARELA. RECIFE, ANO II, ABRIL/MAIO,  
Nº12. 1987.

1008 NOV. PE REC  
**JORNAL DE  
CASA AMARELA**

Jornal Informativo da Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela  
(FEACA) — Rua Nova Descoberta, 114 — Recife-PE — Ano II — Nº 12 — Abril/Maio — Preço Cz\$ 3,00

Caixa de Faltas Verpostas  
17 JUN 1987  
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO



# MIGUEL ARRAES NO GOVERNO: O POVO CONTINUA ESPERANDO



Meninos contentes, ao construir Barracos

Quem espera sempre alcança. Esse é um ditado popular. E o povo continua esperando de um dia ter casa pra morar, comida pra comer, água pra beber e saúde pra viver.

No dia 15 de março, quando Miguel Arraes tomava posse de governo em Pernambuco, muitas famílias sem terras em Casa Amarela, na esperança de encontrar apoio do novo governo, não perderam tempo: Foram logo desmatando os matos das terras do Burity, que pertence à imobiliária Cornet Othon.

Embora que centenas de invasões ocorreram em outros governos, essa teve um significado maior, que muitos dizem assim: Arrai é nosso pai, agora nós podemos construir casas pra morar, acabou a repressão, o governo tá do nosso lado, assim por diante.

O novo secretário de habitação, Pedro Eurico, tomando conhecimento das ocupações, saiu do seu gabinete e foi conversar com a comunidade na tentativa de uma negociação entre o povo, governo e os proprietários das terras.

Em assembléia realizada na Igreja do Burity, todos decidiram a depositar votos de confiança ao governador, e resolveram não construir as casas em quanto não houvesse a compra dos terrenos.

Posteriormente criou-se uma comissão entre os moradores para fazer cadastramento e sindicância das famílias que possuem de casas. Esta comissão também é responsável pelas negociações da compra dos terrenos junto com representante da COHAB. Leia mais notícias nas páginas 4 e 5.

## 1 de Maio, Um Pouco da História

O dia do trabalhador nasceu no ano de 1886 em Chicago, Estados Unidos; quando milhares de trabalhadores daquele País deflagraram uma grande greve. No dia 1 de maio de 1886, a greve dos trabalhadores de Chicago sofreu a maior repressão da história das lutas dos trabalhadores, as lideranças do movimento foram barbaramente assassinados em praça pública, desde então o 1º de Maio passou a ser um dia dedicado ao trabalhador.

### 1º DE MAIO NO BRASIL

Em nosso país os sindicalistas sempre lembram o dia do trabalhador, como um dia de luta, mas a maioria do povo Brasileiro acham que o 1º de maio é simplesmente um dia em que o governo paga para os trabalhadores entrarem no campo de futebol sem pagar a entrada, os filhos dos trabalhadores também entram no zoológico gratuitamente, em compensação passam o ano inteiro de fome.

Em Pernambuco estamos no 49º mes do ano e cerca de 10 categorias profissionais já deflagraram greve, isso deixa claro a péssima condição de trabalho em que vivemos, pois todos sabem que os trabalhadores não fazem greve porque gostam ou acham bonito, a verdade é que a greve é a única arma que os trabalhadores tem para se fazer ouvir. Os trabalhadores pernambucanos começaram em 87, em luta que ainda permanece, e pelas respostas dos patrões dá pra sentir que o resto do ano vai ser de muitas lutas as quais esperamos que sejam também de muitas conquistas.

## 7 DE ABRIL NAS FILAS DO INAMPS

Em Recife, Movimento Popular de Saúde, teve que brigar com alguns diretores de postos Médicos para poder fazer panfletagem nas filas. Um exemplo concreto aconteceu no Posto da Vila dos Comerciantes em Casa Amarela, onde a diretora do posto tratou mal o pessoal do MOPS. Primeiro, ela quis impedir a panfletagem, depois afirmou que em seu posto não vai ser cumprida a resolução do INAMPS que dá direito ao atendimento Médico igual para todos. Apesar do autoritarismo da diretora os agentes do Movimento Popular não deixaram por menos e panfletaram todas as filas, conversaram com os usuários e ouviram muitas reclamações referentes à má qualidade do serviço médico, aos preços dos remédios e as filas intermináveis.

### IMPRENSA BOICOTA O MOVIMENTO POPULAR

Nos debates de saúde que os Movimentos Populares conseguiram na Rádio Clube, Ta-

mandar e Olinda, os radialistas do horário passaram todo programa fazendo perguntas dirigidas aos representantes de instituições. Isso impediu o Movimento Popular de levar a população suas propostas e suas preocupações com a saúde da população, como também a divulgação da programação do 7 de Abril, o Diário de Pernambuco deturpou tudo, divulgando o ato público ordenado pela Secretaria de Saúde do Estado. A TV Globo boicotou totalmente as programações do 7 de abril em Recife e no Brasil inteiro.

Apesar do boicote da grande imprensa, o dia Nacional de luta pela Saúde em Recife aconteceu de forma democrática e participativa. O ato Público todas as entidades, Partidos Políticos, Instituições de Saúde, Sindicatos e Bairros, fizeram uso da palavra. Criticaram o Sistema de Saúde atual, defenderam suas propostas e colocaram em público suas reivindicações. Os Sindicatos protestaram contra

a falta de segurança nos setores de trabalho e denunciaram o número assustador de trabalhadores que ficam mutilados e morrem por acidente de trabalho. Os representantes dos Bairros e do MOPS denunciaram a situação de moradia a falta de saneamento básico, emprego e salário justo. Algumas propostas como Reforma Agrária, Reforma Sanitárias, Sistema Único de Saúde Estatizado, Emprego, Salário, e Saneamento Básico, foram defendidas em todas as falas, inclusive pelos representantes das Secretarias de Saúde do Município e do Estado. As comemorações do 7 de abril encerraram a noite no Centro de Trabalho e Cultura (CTC) com um debate que teve como debatedores: Vera Barone, pelo Clube dos Previdenciários e Correia, pelo Sindicato de Telecomunicação (SINTELL) participaram do debate os alunos dos cursos de Eletricidade, Pneumática e Caldeiraria, o assunto principal do debate foi a Saúde do Trabalhador.



Comissão de Saúde realizando manifestações na Pracinha do Diário.

## PROFESSORES EM GREVE

Os professores da Rede Estadual de Pernambuco, conseguiram o piso salarial na greve de 30 dias, no ano passado, de intimidações policial do Governador Gustavo Krause, mas, ainda não receberam o piso.

No mês de março do corrente ano, o professorado entrou novamente em greve reivindicando a aplicação dos ganhos que a Lei Federal e até agora não receberam qualquer pronunciamento do Governador Miguel Arraes.

Além das reivindicações econômica, o professorado também estão preocupados com a democratização das escolas públicas. E por isso, a APENOPÉ (CTC) com um debate que teve como debatedores: Vera Barone, pelo Clube dos Previdenciários e Correia, pelo Sindicato de Telecomunicação (SINTELL) participaram do debate os alunos dos cursos de Eletricidade, Pneumática e Caldeiraria, o assunto principal do debate foi a Saúde do Trabalhador.

A posição da Secretaria de Educação — Silk Welber, quanto as propostas do projeto de eleição direta, da APENOPÉ, em discussão na Assembléia Legislativa; é a indicação do Diretor e vice para exercer um mandato temporário (mandato de transição) com os critérios para escolha deste diretor definido pelo movimento organizado. Esta proposta foi aceita pela APENOPÉ para evitar a influência do poder público que esteja interessado em indicar os seus apadrinhados para com isso manter o famigerado curral eleitoral.

## Editorial

### POVO SEM TETO

A ausência de uma política habitacional, seria de levar a maioria do povo brasileiro a habitar nos piores lugares com palafitas, mocambos e barracos penurados nos morros ou dentro dos alagados. O número de favelas cresce cada dia, e, conseqüentemente as doenças transmitidas por essa precariedade de sobrevivência também aumenta consideravelmente. Inclusive, com mortes.

Desde os governos anteriores (tempo da ditadura), não existe ainda uma política voltada para a questão da moradia, que atenda as necessidades do povo brasileiro. Os projetos habitacionais implantados pelo governo, só atingem a uma parte dos que ganham a cima de 3 salários mínimos. Os que ganham a baixo de 3 salários; a parte que lhe cabe no projeto habitacional, é saber que o seu FGTS está sendo investido. E de, nem se quer é avisado quanto mais ter direito a uma casa. O pior acontece com os biscateiros e desempregados, que nem FGTS tem.

As ocupações de terras vem acontecendo cada vez mais com frequência. E constituirá a ocorrer se o governador não começar a tratar a questão da moradia com prioridade, entre outros programas.

Vale salientar, que moradia decente inclui saneamento básico e urbanização. E, acima de tudo com preço popular.

Pois, se não for assim, as terras desocupadas continuarão sendo ocupadas por aqueles que não tem um teto e tão pouco tem condições de pagar o alto preço do aluguel.

## OS QUILÔMBOS

Quilombo foi a mais temida forma de resistência ao escravismo e ao modo de vida imposto pelo sistema colonial, índios e demais setores marginalizados. Nesta forma de sociedade a opressão e a fome não existiam já que era praticada a policultura e a produção era dividida para todos, sendo o excedente vendido ou trocado por armas, munições e outros objetos produzidos pelas comunidades da vizinhança.

O Quilombo foi o primeiro movimento a dar exemplo de uma sociedade socialista no Brasil, passando com isso a ser a grande preocupação do governo colonial que não mediu esfor-

ços para eliminá-lo, organizando expedições com a guarda civil e contratando bandeirantes com seus soldados mercenários para invadir os mocambos negros. A esses mercenários o governo prometia grandes extensões de terras, pois considerava como Quilombos qualquer agrupamento de escravos, não importando seu número de habitantes. O exemplo disto é que uma provisão do ano de 1741, diz que se "Reputado Quilombos desde que se achem reunidos cinco escravos". E para reforçar este decreto surgiu, no Maranhão, a lei nº 136/1847 classificando Quilombos como apenas a reunião de dois escravos.

## UMA OPÇÃO PARA O MOVIMENTO POPULAR

A partir do mês de março do corrente ano, foi reativado o CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO, e com isso quem ganha é o Movimento Popular como um todo. Ganha porque dispõe de mais uma entidade de prestação de serviços.

O CCEPE, coloca à disposição dos grupos organizados os seguintes serviços:

Mimiografia (álcool e óleo) — Projetor de Slaides — Retro-projetor — Projetor de filmes — Serviço de som — Serviços de datilografia.

Além de se colocar à disposição no que for possível para ajudar aos clubes de mães, grupos de jovens, conselhos e associações de moradores, grupos religiosos e todos os grupos organizados que atuam no Movimento Popular.

O CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR DE PERNAMBUCO, está localizado no seu antigo endereço: Rua Côrrego José Grande, 126 - Casa Amarela (próximo à rodinha), e está funcionando nos seguintes horários: 2ª 3ª e 4ª feiras das 14:00 às 18:00 horas e nas 5ª e 6ª das 8:00 às 12:00 horas.

Venham conhecer ou reestabelecer os contatos, trazendo sugestões e críticas para melhorar o trabalho do CCEPE.

## Jornal de CASA AMARELA

Assessoria de Edição: Izaura Alves. Diagramação: Manoel Inácio. Linotipista: Walfredo. Paginação: Carlos Manoel. Impressor: Antônio Campos. Supervisão: Antônia Albuquerque. Reportagem e Redação: Tereza Ramos, Manoel Inácio, Maria da Paz, Rosa Paixão, Silvana Silva, Regina Ramos, Roberto Batista. Redação: Sede da Federação das Associações, Centro comunitários e Conselho de Moradores de Casa Amarela — Rua Nova Descoberta, 114 — Casa Amarela — Recife — PE. Composto e impresso na Gráfica da Fundação Casa das Crianças de Olinda — Av. Dom Bonifácio Jansen, 744 — Bonsucesso — Olinda — PE — Fone: 429.1630.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores

## UMA LEI PARA AS FAVELAS

### Vereadores Aprovam PREZEIS

No dia 11 de março do corrente os Vereadores do Recife aprovaram o PREZEIS (PLANO DE REGULARIZAÇÃO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL). No início de abril, após a sanção do Prefeito Jarbas Vasconcelos foi publicada a lei no Diário Oficial do Município. Para finalizar no dia 09 deste mês houve na Câmara Municipal de Recife, uma sessão solene que quando diante da presença do povo do Recife que superlotou as galerias e até o plenário da Câmara os Poderes Legislativo e Executivo Municipais fizeram ato de entrega da lei ao povo do Recife.

Como alguém disse, esta lei é o melhor presente que a Cidade poderia receber em seus 450 — aniversário. — E o presente do povo organizado, povo

simples que acredita em si mesmo e insiste na luta que defende seus direitos. O povo demonstra nesta organização que entende de mecanismos políticos e que busca por garantir seu lugar político na comunidade civil. Mostra que deixa de ser massa carregada daqui e aculá, massa que não se deixa governar como se não tivesse opinião, como se não tivesse um projeto próprio. Mostra assim que é povo consciente capaz de encontrar seu caminho para posicionar-se politicamente.

Claro está que depois de um belo suspiro pela satisfação de ver aprovada a lei que garante para os favelados o uso do solo urbano no Recife. Temos pela frente uma outra tarefa não menos árdua e difícil. Trata-se agora de exigir o cumprimento

da lei. Não podemos deixar que o PREZEIS que tanto trabalho e tanta alegria trouxe ao povo, fique mais uma letra morta. Exigir a execução do PREZEIS continua a ser uma questão popular que depende portanto do povo organizado. As autoridades, o Prefeito e os Vereadores somente continuarão a aprovar a essência lei que favorecem os mais necessitados, se todos permanecerem unidos, preparados e organizados. Já temos marcada a próxima reunião para o dia 22 de abril (quarta-feira) na ACO — Ação Católica Operária, na R. Gervásio Pires — nº 498, para juntos pensarmos como continuar a luta. Qualquer dúvida consulte a Comissão de Justiça e Paz, pelo fone: 231.3177.

Recife, abril 1987.

## DEPOIS DO PLANO CRUZADO, VEM O RACIONAMENTO

O povo brasileiro se vê obrigado a racionar energia elétrica e tem que gastar o que a companhia hidrelétrica quiser. O que vamos fazer? não podemos escolher o que fazer dentro da nossa própria casa, todas as vezes que acendo uma luz lembro daquele homem da televisão dizendo não vamos apagar o Nordeste. Ultimamente nós temos que racionar tudo. Nem as greves dos trabalhadores estão sendo respeitadas, levadas em consideração. Pelo jeito os cofres do governo Federal também entraram em racionamento e não tem dinheiro para os governos estaduais atenderem aos apelos dos trabalhadores. Até a caderneta de poupança que era a esperança de alguns, diminuíram os juros.

Tem ditado popular que diz depois da tempestade vem a bonança. Mas o povo brasileiro ultimamente vive dizendo assim depois do plano cruzado veio o racionamento.

Será que os nossos ministros estão tomando decisões no escuro? Em época de racionamento de energia que é o que se pode pensar. E na minha opinião dar tiros no escuro é muito perigoso, e pelo que eu sei essa tal de inflação foi a única que não entrou em racionamento. O povo precisa estar de vestes duplas e bem organizados porque disparos de revolver no claro é arriscado, imagine no escuro!!!

ROSA MARIA PAIXÃO



## PADRONIZAÇÃO EMPOBRECE CAMELOS

A padronização do centro da cidade, que está sendo feita pela prefeitura do Recife, com os camelôs e os ambulantes, nas ruas estreitas do Rosário Largo do Rosário e rua do Livramento; estão deixando os camelôs e ambulantes cada vez mais pobres.

Para se ter uma idéia, a padronização obriga o ambulante a trabalhar com um espaço de um metro e meio por oitenta centímetros. Mas, o problema maior, é que cada barraca custa Cz\$ 6.900,00. Os tabuleiros variam de Cz\$ 2.500,00, até 5.100,00.

A maioria dos camelôs e ambulantes, são trabalhadores que perderam seus empregos, outros não querem se sujeitarem a ganharem o salário de fome do governo.

Como se não bastasse, os impostos que pagam com o IPTU, água, luz, etc; afinal, todos os impostos são pagos de maneira direta, para organizar a cidade, e, para dar grandes lucros aos donos de serrarias, pelo fabrico das barracas e tabuleiros. Além disso, os camelôs são obrigados a fazerem propaganda do prefeito, com embreimas da prefeitura pregados nas barracas e tabuleiros.

O correto seria que o prefeito custasse pelo menos com a metade do custo.

Ass. Elias de França  
Delegado do Sindicato dos Ambulantes

## Meninos de Rua Celebram I de Maio

O Movimento meninas e meninos de rua de Pernambuco está organizando um grande encontro no Geraldão. São os meninas e meninas de ruas, dos mangues, das favelas, dos morros, e dos Côrregos vão mostrar como é a vida deles.

Eles e elas vão gritar por uma Constituição que presta, mas eles também vão brincar e pular.

Vai ser um acontecimento operário muito importante aqui em Pernambuco.

## Você Tem Direito

### ALUGUEL E MORADIA

O número de ocupações de terrenos ocorridos no mês de março na cidade do Recife é o retrato da crise habitacional que assola o país. O que se observa é que, com esta crise, os proprietários começaram a pressionar os inquilinos no sentido de desocuparem os imóveis ou majorando os aluguéis acima do valor estabelecido pelo Governo.

Esta coluna, portanto, tem a preocupação de dar alguns conhecimentos básicos sobre **Locação Residencial**.

#### Locação Residencial

##### Como é o contrato

O contrato de Locação é aquele pelo qual o locador (proprietário) aluga o imóvel a um Locatário (inquilino) que se obriga a pagar um preço, que deve ser justo, pelo uso daquele imóvel.

É bom ressaltar, que o contrato verbal tem a mesma validade do contrato escrito gerando assim, direitos e obrigações para as partes, isto é, proprietários e inquilinos.

##### Duração do contrato

O contrato de aluguel pode ser realizado por prazo determinado, pelo qual, findo o prazo do contrato o inquilino deve entregar o imóvel; ou indeterminado, caso em que não se estabelece prazo de duração, logo o inquilino pode permanecer no imóvel por tempo indefinido.

Terminando o contrato, o proprietário não pode expulsar o inquilino nem chamar a polícia para pressuná-lo. É necessário a propositura de ação de despejo, fundamentada na lei.

##### Quando pode ocorrer despejo?

O proprietário tem direito de pedir a saída do inquilino de seu imóvel, desde que prove em juízo, nas seguintes hipóteses básicas:

- a) a falta de pagamento no prazo firmado;
- b) infração de obrigação legal ou contratual;
- c) para residência de familiares ascendentes ou descendentes (pais e filhos) que não disponham de casa própria;
- d) para uso próprio, quando não tiver um outro imóvel de sua propriedade;
- e) para realizar reparações urgentes no imóvel determinadas por autoridades públicas.

É bom ficar atento para o seguinte: se o Locador não utilizar o imóvel para o fim declarado na ação no prazo de sessenta dias, ou nele não permanecer durante um ano, ficará sujeito a multa estipulada pelo juiz, até o máximo de vinte e quatro meses de aluguel. Ao mesmo tempo, o Locador estará sujeito ainda a responder por crime punível com prisão de cinco dias a seis meses e multa de até dez aluguéis.

##### Como se fará o reajuste de aluguéis?

Sabe-se que o reajuste fixado pelo Governo foi de 70,68%, desde 1 de março de 1987. Se os inquilinos assinaram seus contratos depois do plano cruzado, sofrerão reajustes quando completarem 12 meses, com base neste índice.

Ex.: Em março, terminou o contrato do imóvel pelo qual se pagava 200,00 mensais. Para saber quanto você vai pagar, multiplica o valor do aluguel (200,00) pelo índice (70,68%). Encontrado o valor correspondente ao reajuste (141,36) soma-se com o valor do antigo aluguel (200,00). O valor do novo aluguel será: de 341,36.

Vejam os na prática:  
 $200,00 \times 70,68\% = 141,36$   
 $200,00 + 141,36 = 341,36$

A majoração dos aluguéis é proibida, logo o Locatário só é obrigado a concordar com o aumento do aluguel com base no índice fixado pelo Governo.

O Locador incidirá em penalidades toda vez que exigir do Locatário: valor além do aluguel e dos encargos permitidos, recusar-se a fornecer recibo de aluguel; cobrar o aluguel antecipadamente, salvo tratar-se de prédio situado na orla marítima, ou estação climática, alugando por prazo não superior a três meses, a pessoa domiciliada em outra cidade.

Se você está sendo pressionado pelo proprietário a desocupar o imóvel, dirija-se a Federação de Casa Amarela, e peça uma orientação a respeito de seus direitos.



## BLACK WHITE

### CABELEIREIRA'S

EXCLUSIVAMENTE FEMININA  
Domingos e Feriados

Entrada Nova Descoberta, 75 — Casa Amarela  
Recife - PE — Fone: 241-8651

AGRADECEMOS A PREFERENCIA

## A ESPERANÇA ESTÁ AÍ

Miguel Arraes de Alencar, durante sua campanha para governador de Pernambuco, em seus discursos públicos, firmou compromisso com a população pernambucana; principalmente com as camadas sociais mais carentes, no sentido de em seu governo atacar os fatores que leva os trabalhadores a sobreviverem de forma precária no campo e na cidade, prometeu lutar para gerar emprego e aumentar a produção de alimentos no campo, e desta forma socorrer a fome sede, comida, água e justiça em que se encontra a classe trabalhadora de nosso estado.

#### OS CARGOS DE

#### CONFIANÇA DE ARRAFS

Como todos os governadores, Miguel Arraes já definiu seu secretário, os secretários são os órgãos que atuam diretamente juntos ao governo, seu papel é ajudar na administração do estado, por isso a secretaria é considerado um cargo de confiança, dela depende uma boa ou má administração de um governo. Todas as secretarias são importantes para um estado, mas algumas delas são extremamente necessárias, essas são também as mais difíceis de ser administradas de forma correta, diante dos desajustes sociais em nosso estado e perante a carência da população, 7 secretaria do estado se destacam mais, nesse momento. Neste número o jornal de Casa Amarela oferece aos leitores alguns dados importantes sobre as secretarias mais procuradas pela população desassistida.

#### Secretaria de Transportes e

Comunicação - Fone: .....  
231.6252 e 221.5206

O transporte coletivo de Pernambuco são verdadeiras latas de sardinhas na cidade. A EMTU é o calo dos usuários, o transporte é caro e de má qualidade, os coletivos intermunicipal sempre as empresas vendem a mesma cadeira a 2 3 pessoas esses são apenas alguns dos muitos problemas do transporte coletivo de Pernambuco, que tem como secretário atual o engenheiro civil e advogado Paulo Cassumê com 60 anos de idade.

#### Secretaria de Saneamento Obra e Meio Ambiente tel. 221.1378

Em Recife 80% dos Baúros não tem saneamento básico nem o mínimo de condições sanitária. No campo a poluição dos rios e o desmatamento desordenado, continuam impune à revelia da irresponsabilidade das autoridades sanitária do estado, essa secretaria agora está sobre a responsabilidade do vice pre-

feito da cidade do Recife, o engenheiro de 44 anos, José Carlos Melo.

#### Secretaria de Segurança Pública fone: 221.5036

Essa secretaria ultimamente tem promovido mais insegurança do que segurança a população, pensando em oferecer realmente a segurança ao povo pernambucano, Arraes escolheu para secretário o General de Brigada RF com 60 anos de idade. Evidêlso de Barros Gondim.

#### Secretaria de Educação - fone: 231.7288

Esta secretaria está sobre a administração da professora Silke Weber, 48 anos, socióloga. A professora Silke participou do movimento de cultura popular no primeiro governo de Miguel Arraes, do jeito que anda a Educação em Pernambuco, Silke, para desenvolver um bom trabalho vai precisar reeducar a educação.

#### Secretaria de Saúde fone ..... 222.2426

No Brasil dois ministérios cuidam da saúde, Ministério da saúde e o Ministério da Previdência e Assistência Social, apesar dos 2, a população continuam sem saúde. E, nessa calamidade que, Ciro de Andrade Lima encontra a Secretaria de Saúde de Pernambuco, Ciro de Andrade é médico e tem 57 anos de idade. A fiscalização da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco atende pelo fone: 222.1545.

#### Secretaria de Habitação fone: 241.3469.

Habitação em Pernambuco é um dos grandes problema, o sonho da casa própria para a população já se tornou um horror! pesadelo, as ocupações aumentam a cada dia, e, com ela nasce as novas favelas, para tentar contornar essa situação, Arraes escolheu para secretaria de Habitação o ex-advogado da Justiça e Paz e atual deputado estadual, Pedro Eurico de Barros e Silva.

#### Secretaria da Agricultura fone: 228.1855

Quando se fala em agricultura todos lembram da distribuição da terra para quem nela trabalha e pensam em muito leiteão, macaxeira, batata doce e bastante verdura boa e barata. Todos sabem que em Pernambuco na zona da mata a terra dá tudo que plantar, só que as terras da zona da mata estão palmo a palmo ocupadas com uma única plantação, a cana de açúcar. Apesar disso, o povo põe-se no governo de Arraes e em seu secretário Pedro Eugênio Cabral, um economista de 37 anos.

## R P A . 5, Um Zero à Esquerda

No dia 29 de Março a Federação das Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela, Realizou uma Assembléia extraordinária com as Associações daquele Bairro, cuja Assembléia teve o objetivo de avaliar o programa municipal, chamado de Prefeitura nos Bairros, nesse programa Casa Amarela está situada na região Política Administrativa Nº 5 (R P A 5).

Na assembléia os diretores das diversas associações criticaram seriamente o programa municipal, os mesmo afirmaram que nos primeiros encontros, os moradores ficaram entusiasmados e se fizeram presentes massivamente encontrando propostas e reivindicações. Hoje o povo se sente desanimado e as lideranças comunitária desastadas perante suas comunidades, isto se deve ao fato de que a Prefeitura sempre alega que não dispõe de verbas para atender as reivindicações do bairro de Casa Amarela, que por sinal problemas é o que não falta.

#### PARTICIPAÇÃO E PODER DE DECISÃO

Na plenaria da tarde, todas as lideranças reclamaram da falta de poder de decisão do movimento de bairro, frente aos órgãos públicos, e fizeram algumas propostas bem concretas no sentido de viabilizar as RPT 5, e dinamizar as obras municipais nas áreas, no final a assembléia votou e aprovou as seguintes propostas:

A Prefeitura deve divulgar para a população as razões da falta de verbas municipais, inclusive os nomes dos responsáveis, para que a população possa junto a Prefeitura pressionar os mesmos, quanto a RPA 5 os moradores propõe que seja uma comissão com poder de decisão às prioridades de serviços e de aplicação de verbas participando das elaborações dos programas e projetos comunitários que venham a ser elaborados por parte da Prefeitura.

Na questão da fiscalização das obras públicas, a assembléia decidiu que os fiscais de obra devem ser pago pela Prefeitura e eleito pelas associações de moradores local, a área deve ter o poder de eleger o fiscal e demitir se necessário. Para encaminhar essas propostas a assembléia elegeu uma comissão formada por 3 pessoas do conselho de representante, Teresa do conselho de moradores da Guabiruba, Pedro Noé do Zé Grande e Maria Antônia de Nossa Senhora de Fatima).

Além das 3 pessoas do conselho de representantes ficou decidido que o Sr. Manoel Edilson e o Sr. Antonio Meira, ambos diretores da FEACA deveriam integrar-se a comissão, a qual tem o papel de fazer chegar até a Prefeitura o resultado desta avaliação e uma carta de advertência onde deve ficar claro que as associações de Casa Amarela, não estão mais dispostas a ouvir a Prefeitura afirmar que não tem verbas, as Associações estão conscientes de seus direitos e vão cobrar até de forma dura, se for preciso, pois as comunidades acham que já deram tempo suficiente para a Prefeitura conseguir recursos no sentido de cumprir o que prometeu em praça pública.

## PLACAS - FAIXAS ESTAMPAS E PINTURAS EM CAMISAS E FAIXAS ETC...

### Faça com ROBERTO

Rua do Canal, 382 - Macaxeira - Recife - PE

Informações: FEACA - Rua Nova Descoberta, 114  
Casa Amarela - Recife - PE

# MIGUEL ARRAES TOMA POSSE POVO OCUPA TERRENOS

Era domingo, 15 de março de 87, dia da posse do Governador eleito de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar. À tarde, quando o governador Arras, arrastava uma multidão no centro da cidade, muitos moradores de Casa Amarela, sem terra e sem casa resolveram ocupar as terras do Alto do Burity, que nunca foram utilizadas. Eles tinham a esperança de construir suas moradias com o apoio do novo governo. Na ocasião, cada ocupante fazia foguinhos nos terrenos que futuramente seriam uma grande favela.

Segunda-feira, dia 16 a invasão ocorria normalmente sem a intervenção do governo e nem da polícia. O novo governador do Estado passou o dia inteiro em solenidades com hasteamen-

to de bandeiras estadual e nacional e dando posse aos novos secretários.

Na terça-feira à tarde, o secretário de habitação, Pedro Eurico, tomando conhecimento do fato, se deslocou do seu gabinete até o local da invasão. Foi tarde. A invasão já estava chegando em Nova descoberta, Córrego do Jenipapo, além das áreas loteadas que fica nas proximidades da pista em ligação com a Avenida Norte e a BR. 101, com mais de 6.000 famílias ocupando as terras desocupadas.

Pedro Eurico, entrando em contato com várias lideranças comunitárias, as quais resolveram marcar uma assembleia para o mesmo dia com os ocupantes na igreja do Burity.



Em plena posse de Arraes, o povo demarcavam terrenos

## ASSEMBLÉIA

A assembleia foi realizada à noite da terça-feira, na igreja do Burity com a presença dos ocupantes, representantes de conselhos de moradores do bairro e o secretário de habitação, Pedro Eurico.

Na ocasião, o secretário de habitação disse a todos que tinha mantido contato com os proprietários das terras, e que havia possibilidades do governo comprar os terrenos. Eurico apelou aos presentes que dessem votos de confiança ao governo, e, que ninguém construísse as casas em quanto não houvesse as negociações das terras.

A plenária se manifestou, dizendo que aceitaria a proposta do secretário desde que houvesse um prazo mínimo para concluir as negociações, que a comunidade tivesse direito de

participar das negociações junto com o governo e os Othons, e, que a polícia não fosse para o local espancar o povo e sim, proteger os ocupantes.

Chegando a um acordo entre o governo e comunidade, todos decidiram suspender a construção das casas, porém, cada um ficaria no local da invasão, segurando os lotes. Ficou certo ainda, a secretaria de habitação e a comunidade fazerem o cadastramento das famílias sem casas, para saber o número exato dos necessitados.

A partir daí, a comissão viu a necessidade de tirar uma coordenação geral para encaminhar os trabalhos com mais organização, com a composição de representante dos ocupantes, representantes de Conselho de Moradores e a FEACA.



Moradores em assembleia, na Igreja do Burity

## CADASTRAMENTO

Com menos de dois dias de cadastramento foi inscrito 4.000 famílias só na parte alta do Burity. Ficando cerca de 5.000 sem serem cadastradas.

As famílias não cadastradas são as que ocuparam terrenos desocupado fora do Alto do Burity. Inclusive, a parte baixa, pertencente à imobiliária

## NA PARTE DE BAIXO NINGUÉM MEXE!

Aparentemente, dá-se a entender que os proprietários da Othon, vêm sendo bonzinhos para o povo. Entretanto, existe um interesse de especulação da imobiliária de venderem as terras dos altos, onde os ricos não têm coragem de subir. É como diz o adágio popular: "Esmola grande até cego desconfia".

Os Othons demonstraram bastante interessados para o governo comprar aquele alto

para servir a pobreza de Casa Amarela. Chegaram a doar 10 hectares de terras, desde que o governo comprasse 21 hectares por um preço de 100,00 o m2. Enquanto que no Córrego do Jenipapo, tem uma área com a mesma topografia, cujo o preço custa Cz\$ 43,00 o m2. (menos da metade do que os Othons cobram).

Logo no início das ocupações enquanto mantinham contactos com a secretaria de ha-

bitação, entraram com documentos na justiça pedindo o direito de proteger a propriedade.

Dias depois o Juiz deu ordem de despejo. Pedro Eurico, sabendo da notícia, procurou a comunidade para informar em assembleia que todos teriam de sair da parte baixa, porque além da polícia ter o direito de expulsar os ocupantes, os Othons só aceitariam a negociarem a parte alta da propriedade.

## QUEM SÃO OS OCUPANTES?

Segundo os integrantes da comissão comunitária, os ocupantes são pessoas simples, de baixa renda que precisam de um teto para morar, a maioria vive de biscetes, ou ganham salário baixo, que não dar para pagar

os alugueis de casas que são caros de mais. Muitas outras famílias vivem em casas de parentes, acumulando mais de uma família numa só residência.

O comportamento do povo é de ordem e disciplinas. Todos

estão unidos e alertos para evitar desconforto. Quando alguém tem uma dúvida ou problema, sempre procura a comissão e a FEACA para esclarecimento. E nós orientamos de acordo com nossas condições.

## PENETRAS E FOCOS

Como não poderia deixar de ser, não faltou a penetração do politiquero e as focos envolvendo pessoas que não tinham nada a haver com o caso. A fococa foi bater na Assembleia Legislativa, no dia 26 de março, com o pronunciamento do deputado estadual líder do governo, Marcos Cunha, acusando o vereador Roberto Arrais de incentivar as invasões.

Roberto Arrais está inocente, não tem nada a ver com o caso.

Constatou-se politiquero, cabos eleitorais, pertencente ao partido PH, andaram com faixas e papel dizendo ao povo que Roberto Arrais e Miguel Arraes teriam mandado invadir. Afirmando Alcídio (Cidão) membro da comissão comunitária em conversa com o Jornal de Casa Amarela.

Moacir Ramos, disse que logo no início, tudo estava desorganizado. Até a 3ª reunião não

se chegava a um denominador comum, exatamente por conta da penetração de politiqueros. Porém, a partir da 4ª reunião, e com a organização da comissão, eles por si só, perdidos se afastaram, e o grupo ficou unido, havendo compreensão entre a comissão, passando assim ter reuniões na FEACA. Agora estamos todos com um só ideal. Conseguir casa para os que precisam. Finalizou Moacir.

Leia e Anuncie  
no Jornal de  
CASA AMARELA

## Guabiraba Também Luta Por Moradia

O Conselho de moradores da Guabiraba — Casa Amarela, vem realizando assembleias com os moradores para discutir um projeto de Habitação para a comunidade. A proposta do Projeto foi elaborada por uma comissão de moradores e um membro da Diretoria. Na última Assembleia realizada no dia 05 de abril, os moradores decidiram fazer um cadastramento das famílias que não tem casa e que moram na comunidade. Esse cadastramento será feito por uma comissão tirada na Assembleia do dia 05 de abril e determinará a quantidade de casas a serem solicitadas no projeto e será apresentado no dia 03 de maio quando será realizada outra assembleia.

O objetivo do projeto é atin-

gir a camada de baixa renda, que sempre foram excluídas dos projetos habitacionais, combater o desemprego aproveitando a mão-de-obra local conter a especulação imobiliária e combater doenças como filariose, parasitose, entre outras, que são causadas pela precariedade de moradia.

Os moradores já decidiram que o governo terá um ano para entregar a chave da casa ao proprietário; cada casa custará Cz\$ 156.000 que será pago em 20 anos, em parcelas que correspondem a 5% do salário mínimo. Os critérios para a aquisição da casa são morar na comunidade a 01 ano, não ter casa própria, ser uma família e estar participando da luta. A

forma de encaminhamento do projeto ainda não está definida, mas existe uma perspectiva de que o projeto seja entregue ao Secretário da Habitação em uma Assembleia com os moradores na Comunidade.

O presidente do Conselho, Iraquitã frizou que a luta travou-se nestes últimos 23 anos de governos bônicos, por melhores condições de vida e em especial a questão da habitação que foi se complicando cada vez mais. Agora, com perspectiva de um governo mais aberto, estamos elaborando este projeto e vamos discutí-lo com o governo, caso ele não nos atenda, voltaremos a discutir com os moradores e tomaremos outras atitudes — concluiu Iraquitã.

## Secretário da Habitação Declara Medidas Habitacionais

O secretário de habitação deu uma entrevista por escrito ao Jornal de Casa Amarela, dizendo a posição sobre o plano de habitação.

**P — Qual a posição do Governo perante a questão da moradia?**

**R —** Os programas de habitação desenvolvidos pelos Governos anteriores estiveram voltados quase que exclusivamente para a população de renda acima de três salários mínimos. No Governo de Arraes, no entanto, a prioridade será a habitação popular destinada aos que recebem menos de dois salários mínimos, já que este contingente representa 75% da população do Estado.

**P — Quais as alternativas que o Governo pretende oferecer para as famílias de baixa renda?**

**R —** A Secretaria está preparando um Plano de Habitação, no qual apresenta algumas alternativas que deverão ser discutidas com a população. A princípio estamos pensando na possibilidade de oferecimento de lotes urbanizados providos de infra-estrutura, onde o povo poderia edificar suas moradias da forma como achasse mais conveniente. Os materiais de construção seriam financiados pela Secretaria e a comunidade se encarregaria de edificar os imóveis em regime de mutirão. Pensamos ainda em baratear os custos das habitações pesquisando novas tecnologias. Além disso, continuaremos produzindo os conjuntos tradicionais da CAHAB para quem ganhe entre três a cinco salários mínimos.

**P — O que vai acontecer com as famílias que foram cadastradas na invasão do terreno do Grupo Othon, em Casa Amarela e em quanto tempo a Secretaria espera resolver a questão?**

**R —** Como é do conhecimento público, os proprietários

do terreno doaram ao Governo do Estado dez hectares e se comprometeram a negociar, mais 21 hectares para que a Secretaria assentasse a população. Já iniciamos as negociações, os topógrafos já começaram a realizar o estudo da área e já concluímos o cadastro das famílias que ocuparam o terreno, fase seguinte será a triagem das pessoas que serão beneficiadas pelo projeto que ali implantaremos. Após a triagem entre as famílias cadastradas, vez que muitas, que invadiram a área já possuem casas em outras localidades e desejam se apropriar de um ou mais lotes apenas para revendê-lo ou construir um barraco para alugar os lotes serão entregues urbanizados com serviços de terraplenagem e urbanização, estabelecendo o traçado das ruas, as vias de acesso, munido de água, luz e esgotos sanitários. Estamos empenhados em agir o mais rápido possível mas não temos ainda previsão de prazo para a conclusão dos trabalhos.

**P — Quantas invasões existem no Recife?**

**R —** Não se tem ainda informações precisas, estima-se que no Recife, 600 mil pessoas habitam em áreas invadidas. Com a posse de Miguel Arraes, ocorreram algumas novas invasões. Entendemos que a ansiedade da população em relação à resolução de seus problemas é natural. Afinal, durante as últimas duas décadas, as comunidades de baixa renda não tiveram a assistência que necessitavam, principalmente em relação à questão de moradia. A eleição de Arraes significou para o povo uma esperança nova e fez com que todo mundo desejasse resolver suas dificuldades de forma imediata. É preciso no entanto, que fique claro para a população que no primeiro mês de Governo não podemos responder a todas as reivindicações, nem resolveremos todos os problemas. Estamos conversando com o povo, esclarecendo a situação e encontrando muita compreensão. A prova disso

é que as invasões que se delimitaram no início diminuíram na medida em que pedimos tempo para elaborar o Plano de Habitação Popular. O povo tem o limite do possível.

**P — Quantas famílias foram cadastradas?**

**R —** Cerca de 4 mil famílias. Muitas delas, no entanto, já possuem casas em outras localidades e não serão beneficiadas pela entrega de lotes que será feita pelo Governo. É a comissão de triagem composta por membros da comunidade e da Secretaria de Habitação quem vai identificar as famílias realmente carentes e que necessitam do terreno para construir suas habitações. Acreditamos que após a triagem esse número será muito menor.

**P — Como o Secretário se sentiu ao receber a notícia de invasão?**

**R —** A primeira invasão deu no primeiro dia em que assumi a Secretaria. Foi um momento difícil para mim porque eu ainda não sabia nada sobre a situação da Secretaria e não poderia ir conversar com o povo sem uma proposta concreta para apresentar. Resolvi então enfrentar o problema, pela via mais natural: ouvir a população, pedir um tempo para resolver, procurar os proprietários e negociar uma solução. Deu certo e disso tudo eu tirei uma lição importante: as coisas não são tão complicadas quanto parecem no primeiro momento, desde que as pessoas ajam de forma clara, falando com honestidade ao povo, dizendo o que pode ou não ser feito. O que o povo não admite é ser enganado. Quando a gente coloca as cartas na mesa, a população entende as questões e colabora na busca de uma solução. O povo já começa a perceber que o Estado não é mais um bichopapão, um inimigo que é preciso combater junto com a comunidade, o Governo vai debater alternativas e encontrar soluções.

## Corrego do Genipapo: Agora tem Eleições Diretas

Desde que foi fundado, em 1980, o Conselho de Moradores do Corrego do Genipapo — Casa Amarela, sempre fez eleições por cargo e só com os associados. Numa avaliação realizada em fevereiro deste ano, os sócios propuseram que fosse feita uma eleição aberta e por chapa. Foi então tirada uma comissão para preparar um Regimento Eleitoral; que foi apresentado e aprovado numa Assembleia no dia 04 de abril de 87, com os moradores.

A eleição se realizará no dia 31 de maio o dia todo e terá 2 locais de votação: sede do Conselho de Moradores e na Escola Erondina. O processo eleitoral será coordenado por uma comissão composta por 3 pessoas da Diretoria atual, 1 delegado de cada chapa apresentada na Assembleia do dia 04 de abril; 1 representante da FEACA, 1 advogado do Conselho e 1 advogado do GAJOP. Poderão concorrer a eleição os moradores do Corrego do Genipapo, maiores de 18 anos e tenham tornado-se sócio do Conselho, pelo menos 60 dias antes do pleito. Poderão votar, os moradores acima de 16 anos, que residam dentro dos limites estabelecidos pelo mapa que está afixado na sede, do Conselho de Moradores do Corrego do Genipapo.

Para evitar que pessoas de outras áreas venham votar e para facilitar o controle da eleição; a Assembleia realizada no dia 04 de abril decidiu que a Diretoria do Conselho junto com as chapas e a FEACA, realizar-se um cadastramento dos moradores a partir de 16 anos. E a cada morador cadastrado receberá um título eleitoral feito pelo Conselho.

Dois chapas estão inscritas; e a Diretoria em exercício espera que a chapa eleita dê continuidade aos trabalhos do Conselho, reforçando as comissões existentes e que lute organizadamente para formar novos quadros afim de que novas pessoas assumam a luta e que partipe do movimento como um todo (FEACA, Assembleia de Bairro etc...).

A comunidade começa a viver em clima de eleição. Até o dia 31 de maio, quando se realizará o pleito, muitas águas vão rolar. Duas chapas estão inscritas; e o jornal de Casa Amarela conversou com Antonio e Natan, respectivamente candidato a presidente e coordenador da campanha da chapa 01; e Iranete, Levi e José Isidoro, candidatos a presidente, vice-presidente e tesoureiro na chapa 02. Eis aí o que pensamos que pretendem chegar a Diretoria do Conselho de Moradores do Corrego do Genipapo.

**JCA — O que motivou vocês a concorrerem esta eleição?**

**CH — 1 —** Algumas pessoas afastaram-se do Conselho porque não tinham espaço para colocar suas ideias e isso motivou agente a concorrer como também por ser uma eleição aberta para os moradores.

**CH — 2 —** A manutenção da autonomia do Conselho, pois quando vimos a chapa adversária inscrita, sentimos que a autonomia do Conselho estava ameaçada.

Por ser uma eleição aberta, seremos julgados pelos moradores e não por um grupo.

**JCA — Que critérios foram adotados para a composição da chapa?**

**CH — 1 —** Pessoas que tivessem um trabalho na comunidade, que estivesse participando do Conselho e tivesse compromisso com a comunidade.

**CH — 2 —** Pessoas que tivessem um trabalho na comunidade, que seja no conselho ou não, o importante é ter trabalho com a comunidade.

**JCA — Quais as prioridades de luta?**

**CH — 1 —** Água encanada em todas as casas, transporte — a volta do Guabiraba, Rui Barbosa, complementação da pavimentação, creche para a comunidade, implantação da Rádio Difusora, quadra de futebol de salão e vôlei, e um continu-

dade aos trabalhos já desenvolvidos pela atual diretoria.

**CH — 2 —** Em uma pesquisa realizada na comunidade em 1983 — os moradores indicaram as prioridades de luta. E nos propomos a discutir com os moradores e encaminhar estas lutas.

**JCA — Quais as mudanças que haverá na sua gestão?**

**CH — 1 —** Maior participação dos jovens, grupos de teatro, representação por rua para formação de comissões, implantação de um posto médico com dentista, pediatria e ginecologia.

**CH — 2 —** Criar departamentos específicos, reforçar as comissões existentes para que sejam representativas, bem como criar comissões que se façam necessárias.  
**JCA — Se a sua chapa for a perdadora, como será a sua reação com a diretoria eleita?**  
**CH — 1 —** Nós não vamos perder, a nossa chapa será eleita.

**CH — 2 —** Para nós o importante não é o cargo e sim participar da luta, e esperamos que os adversários nos respeite, pois não vamos permitir que a diretoria haja de forma dominadora.

**JCA — Qual a perspectiva de margem de votos para chapa?**

**CH — 1 —** Vamos ganhar com uma diferença de 2.000 votos.

**CH — 2 —** Estamos recebendo muita adesão, com excesso dos bademeiros, estamos encontrando muito apoio. Permanecendo este quadro seremos eleitos com 70% dos votos.

Um Conselho de Moradores é um instrumento de luta importante na comunidade. É importante que os moradores participem e saibam escolher seus representantes. O jornal de Casa Amarela, espera ter contribuído para que os moradores façam uma escolha consistente, divulgando o pensamento das chapas que concorrem esta eleição.

## HORÓSCOPO

Prof. Tereza Ramos (Astróloga popular)

### CAPRICÓRNIO 21/12 à 20/01

Se você é professor estadual, participe da greve. Se não é, apoe. Afinal, o dinheiro que os marajás estão comendo também é seu.

### AQUÁRIO 21/01 à 20/02

Prá você que gosta do cheiro da gasolina, acho bom se preparar. Agora só o cheiro, vai lhe custar um punhado de cruzado.

### PEIXES 21/02 à 20/03

Não há ninguém totalmente perfeito. Como também não existe ninguém totalmente errado. Portanto, procure ver o lado bom das pessoas.

### ÁRIES 21/03 à 20/04

Cuidado para não pisar na bola. 88 ainda está muito longe, faça seu eleitorado, sem espancar o Movimento popular.

### TOURO 21/04 à 20/05

Não esqueça que tudo se procura, se encontra. Seja bom ou ruim, você sabe que só se colhe o que se planta.

### GÊMEOS 21/05 à 20/06

Você já notou que a única coisa que está caíndo na economia do Brasil, é o salário? um pé de maxixe tá ganhando na altura!

### CÂNCER 21/06 à 20/07

Use sua imaginação pelo menos uma vez na vida, a não ser que o ingrediente de sua cabeça, seja o mesmo da cabeça do camarão.

### LEÃO 21/07 à 20/08

Comece transformar suas ações, depois ficará mais fácil transformar qualquer coisa. Inclusive a sociedade.

### VIRGEM 21/08 à 20/09

Quantos meses faz que você não paga sua contribuição de sócio do Conselho? o seu conselho de moradores depende muito de sua contribuição e participação.

### LIBRA 21/09 à 20/10

O melhor remédio pra acabar com seu permanente mal humor, é dá um jeitinho de toda semana ler o jornal Pa Pa Figo.

### ESCORPIÃO 21/10 à 20/11

Se você está querendo acompanhar os disparo do gatilho, participe ativamente de seu sindicato. É o único jeito de ficar informado.

### SARGITÁRIO 21/11 à 20/12

Amadureça mais suas idéias. Elas são ótimas, mas ainda não é o momento de por-as em prática. Por enquanto, guarde-as para si, e espere uma fase melhor.

## A FILHA DE IARA

Antônio Guinho

Iara encosta-se na árvore e vai arriando devagarinho, até sentar no chão.

Põe sua filha no colo — quer dizer, sua boneca. Iara quer ter uma filha, mas é ainda uma menina.

Então você é minha filha, pronto! Diz Iara para a sua boneca. E vai fechando os olhinhos que a menina sempre tem sono depois do almoço. Antes de adormecer Iara vê alguns carcois de pitomba pelo chão e pensa: "Se eu fosse uma pitombeira teria muitos filhos." Dorme. Dorme e sonha que é uma pitombeira. No sonho, Iara-pitombeira tem o tronco muito largo: Logo se sabe do que se trata: A pitombeira está grávida, muito grávida. A pitombeira tem uma xixi de todas as meninas. Pois pelo xixi da pitombeira vai nascendo uma linda filhota. Mas não se parece com pitomba... Parece, sim, é com a boneca de Iara.

A pitombeira põe sua filhota no colo e se sente muito feliz. E de felicidade adormece. Adormece e sonha. E no sonho, a pitombeira é uma menina chamada Iara que está cochilando sentada ao pé de uma árvore com a sua boneca no colo.

## CASA AMARELA LUTA ASSEMBLÉIA POR TRANSPORTES DE BAIXO

As comunidade de Casa Amarela vem se organizando na luta por seus problemas mais imediatos como sejam: saúde, educação, moradia, saneamento básico, água e transportes entre outros.

No momento a FEACA — Federação de Associações, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela conta com uma comissão de transporte que vem desenvolvendo junto as entidades interessadas na questão, debates para firmarmos nossas posições frente a política de transporte aplicada pelas empresas contra os trabalhadores. Nos debates realizados com as várias entidades chegamos à conclusão que devemos tomar iniciativas junto aos órgãos do governo responsável pelo setor para que possamos ter melhor condições de transporte, e que pos-

samos decidir sobre a sua política.

Com esse objetivo, a comissão de transporte de Casa Amarela elaborou um documento com todas as reivindicações das áreas, e no dia 22 de abril às 9:00 horas foi marcada uma audiência com o secretário de transporte, Paulo Cassundé, à quem entregaremos um documento com nossas propostas de como queremos e como deve ser a política de transporte no nosso bairro.

Após esta audiência, a comissão de transporte terá em breve outra audiência com o Governador quando solicitaremos sua interferência nas questões políticas que constam no documento que será entregue pela Comissão de transporte da FEACA.

A Assembléia de Bairros da região metropolitana do Recife, está promovendo um encontro com os representantes de Conselhos de Moradores do grande Recife, neste domingo, dia 26 de abril, no CTC — Centro de Trabalho e Cultura, o dia todo. O objetivo do encontro é discutir as propostas dos estatutos da futura Federação de Bairros do Recife.

É importante que todos os Conselhos e Associações de Moradores do Recife participem deste processo de organização, porque somente com a participação de todos é que haverá uma federação que seja de interesse das comunidades.

### ALTO SANTA ISABEL COM DUAS CHAPAS

Na edição anterior deste jornal, foi divulgada a eleição do Conselho de Moradores do Alto Santa Isabel, Casa Amarela; que seria no dia 22 de março deste ano.

Na matéria foi dito que todas as tendências progressistas daquele alto se uniram para compor uma só chapa de consenso, formada pelas principais lideranças como o grupo sobe e desce, liderado por Moura, e o grupo de Nelson Barbosa.

Só, que a união durou pouco. Quando as correntes estavam bem unidas. Moura com seu grupo resolve se separar de Nelson Barbosa, formando outra chapa para concorrer as eleições; mudando inclusive a data do pleito, que ficou adiantada para o dia 12 de abril.

O resultado da eleição, foi de 964 votos para a chapa 1, liderada por Nelson Barbosa; e 780 votos para chapa 2, liderada por Moura. Sendo Nelson Barbosa eleito presidente do Conselho de Moradores, com uma diferença de 144 votos na frente de Moura.

Secretário dos  
Transp o t s Não

### At'nde Comunidades

As comunidades continuam sofrendo chá de cadeiras nas secretarias para serem atendidas. Isso aconteceu com a Comissão de transporte da Federação de Casa Amarela, que há 15 dias atrás marcou uma audiência para o dia 22 de abril às 9:00 hs., com o Secretário dos transportes do Estado, Paulo Cassundé, para entregar-lhe um documento com as reivindicações das áreas de Casa Amarela para melhoria do transporte coletivo.

A Comissão chegou para a audiência pontualmente às 9:00 hs. e esperou até às 11:00 hs. e não foi atendida pelo secretário, mesmo estando marcada a audiência. O pior é que nem o chefe de gabinete se deu ao trabalho de dar uma explicação da ausência do secretário; numa demonstração de total desatenção e irresponsabilidade e desrespeito pelas entidades organizadas.

Depois da espera em vão, a comissão deixou um convite para que o secretário comparecesse a uma Assembléia na FEACA, no dia 02 de maio às 19:30 hs. quando será entregue o documento.

## AS PLANTAS COMO FONTE DE SAÚDE

Na comunidade do canal da Macaxeira ocorreu de 10 de fevereiro a 14 de abril o 2º curso de plantas medicinais, e remédios caseiros, que contou com a participação de 4 áreas de Casa Amarela. Com o objetivo de atingir um maior número de agentes de saúde de outras áreas, e outros bairros serão realizados novos cursos com datas a serem marcadas. Fiquem de olho e aguardem.

Os cursos são promovidos pelos agentes de saúde do local: Edivanilza Maria do Carmo, Tota, Maria Jasé, Neide e Lia, e destinam-se a transmitir experiência e incentivar os agentes de saúde de outras áreas a fazerem remédios caseiros como por exemplo: Pomada de babateno (para ferimentos) vinho de jurubeba (figado), e segue uma receita de remédio de verme.

Estes remédios e outros de inúmeras utilidades estão na farmácia caseira do centro comunitário São João, rua do Canal.

Participaram do curso: - Escollabe-2 agentes de saúde. Morro da conceição 2 agentes

de saúde e a médica da comunidade. Alto do Reservatório 2 agentes de saúde. Corrego do jenipapo - 1 agente de saúde, 1 acompanhante da horta comunitária.

Secretaria de Ação Social do Recife, 1 representante que acompanha os trabalhos de saúde das creches.

### Interesses dos Participantes do Curso

Demonstraram que gostaram muito do curso e prometeram levar para as outras pessoas, toda a riqueza adquirida. Alguns estão planejando fazer uma horta comunitária (é o caso do Morro da Conceição e do Alto do Reservatório).

Estes cursos são demonstrações de pessoas que estão muito interessadas em preservar a saúde de maneira simples, natural e saudável; em protesto contra certas drogas que alguns médicos que obrigam o povo a engolir e que ao invés de curar e aliviar fazem mal a saúde e ao bolso, pois são caríssimos. Pense nisso e faça das plantas sua fonte de saúde.

## REMÉDIOS PARA VERMES OXIUROS

Ingredientes para a pessoa, tomar durante 3 dias, melão de São Caetano 1 copo de folhas — meio copo de mel de abelha — 3 dentes de alho — meio copo de água.

### COMO PREPARAR

Lava as folhas do melão Caetano, passa no liquidificador com meio copo de água filtrada, deixa ficar bem passada, e, após, cõa em peneira fina. Volta ao liquidificador com meio copo de mel de abelha.

### MODO DE USAR

Tomar 2 colheres de sopa, 2 vezes ao dia.

Remédio para vermes: lombrigas, geardia, ameba, triomuris ancilóstomo ingrediente: Hortelã, 1 molho — mastros, 1 molho — alho, 3 dentes — meio copo de água filtrada — 1 copo de mel de abelha — 10 folhas de coroa branca, gande.

### COMO PREPARAR

Lavar as folhas e passar no liquidificador. Folha e alhos cõa no liquidificador, acrescentando-se um copo de mel de abelha.

### MODO DE USAR

Tomar 2 colheres de sopa pela manhã e 2 colheres à noite, durante 3 dias.

Obs: Para crianças, a metade da dose.